

CYBELLE DUTRA DA SILVA

**IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: ESTUDO DE CASO
DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CÍCERO DIAS- RECIFE /PE
(2010-2014)**

**NATAL
2015**

CYBELLE DUTRA DA SILVA

**IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: ESTUDO DE CASO
DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CÍCERO DIAS- RECIFE /PE
(2010-2014)**

Dissertação de mestrado, apresentada à
Coordenação do Programa de Pós- Graduação em
Educação Profissional, do Instituto Federal do Rio
Grande do Norte, como requisito parcial para
obtenção do título de mestre em Educação
Profissional.

Área de concentração:Educação Profissional

Orientadora: Dra. Andrezza M. B. do N. Tavares

**NATAL
2015**

CYBELLE DUTRA DA SILVA

**IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: ESTUDO DE CASO
DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CÍCERO DIAS- RECIFE /PE
(2010-2014)**

Dissertação de mestrado, apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação, _____ pela Banca Examinadora composta pelos professores

Aprovada em ___/___/___

Profª Drª. Andrezza M. B. do N. Tavares
(Orientadora- PPGEP/IFRN)

(Examinadora/Externa-)

(Examinadora/ Interna-)

**NATAL
2015**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus que permite todas as coisas. Faz tudo em minha vida na hora certa, trazendo mudanças e crescimento profissional e espiritual.

Aos meus pais (Eliane Dutra e Antonio Lima) a quem devo tudo que sou, por ter acreditado, apoiado para que eu chegasse até aqui.

Aos mestres que compõem a linha de pesquisa Política e Práxis da Educação, no Programa de Pós- Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

À minha orientadora Professora Doutora Andrezza M. B. do N. Tavares pela sua contribuição nessa etapa em minha vida. Agradeço ainda pela sua generosidade humana e pelo incentivo permanente para o meu avanço intelectual.

Ao meu irmão Gutemberg pelo acompanhamento e dedicação de seu tempo dando contribuições valiosas nessa etapa de minha vida.

A minha cunhada Joseane pelo incentivo de acreditar no meu potencial, incentivando a fazer o mestrado.

A minha madrinha Elizabeth Braz por compartilhar e acreditar no meu potencial, incentivando e vibrando por cada conquista.

A minha irmã/ amiga Erika Lima pelo apoio de estar em outra cidade, vivenciando e ajudando sempre nesta etapa de minha vida.

Ao meu Amigo e amado João Paulo pelo seu companheirismo de dias de estudo, seu jeito meigo e amável de ser.

A minha dupla Haudália Verçosa (*In memorian*) por um tempo curto de convivência, mais o suficiente para deixar ensinamentos e lições de vida que carrego comigo em toda minha vida.

A minha amiga Aline Cristina, por estarmos sempre confidenciando e trocando experiências em nossas vidas.

A minha amiga Ana Lídia Braga, pelo seu acolhimento e companheirismo nessa etapa.

A minha segunda irmã/ amiga Natália Silva por acreditar e seu jeitinho sempre prestativo auxiliando em nossa convivência em nossa humilde residência.

Ao meu amigo Marcos Uchoa, sempre nas nossas idas e vindas Recife Natal trocando experiências e sempre na torcida que tudo der certo.

Ao meu namorado Edinaldo Nascimento pelo apoio e compreensão dessa etapa em minha vida.

Aos amigos que estiveram diretamente envolvidos nessa minha caminhada.

“Tudo é do Pai
Toda honra e toda glória
É Dele a vitória
Alcançada em minha vida”.

Frederico Cruz

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: EXPANSÃO DAS ESCOLAS TÉCNICAS ESTADUAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO DO ANO 2010- 2014

GRÁFICO 02: QUANTITATIVO DE ESTUDANTES POR CURSOS OFERECIDOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CÍCERO DIAS

GRÁFICO 03: TITULAÇÃO DOS DOCENTES NA INSTITUIÇÃO

GRÁFICO 04: DADOS DO ENEM 2009-2013

GRÁFICO 05: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO TÉCNICO DE NÍVEL SOBRE O CURSO A SATISFAÇÃO DE ESTAREM CURSANDO ENSINO MÉDIO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

GRÁFICO 06: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO TÉCNICO DE NÍVEL SOBRE A REFLEXÃO DO CONCEITO DE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL EM SUA FORMAÇÃO

GRÁFICO 07: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO TÉCNICO DE NÍVEL SOBRE SUA FORMAÇÃO PAUTADA NO CURRÍCULO INTEGRADO

GRÁFICO 08: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO TÉCNICO DE NÍVEL SOBRE O OBJETIVO DA FORMAÇÃO OFERTADA NA ESCOLA

GRÁFICO 09: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE OPÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DOS ESTUDOS

GRÁFICO 10: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE FONTE DE PESQUISAS MAIS UTILIZADAS

GRÁFICO 11: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A FREQUÊNCIA DO USO DA BIBLIOTECA

GRÁFICO 12: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE AS DISCIPLINAS QUE MAIS CONTRIBUEM PARA SUA FORMAÇÃO COMO CIDADÃO ATUANTE NA SOCIEDADE

GRÁFICO 13: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE OS CONTEÚDOS ESTUDADOS E O SEU COTIDIANO

GRÁFICO 14: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE O CONHECIMENTO DOS EIXOS ESTRUTURANTES

GRÁFICO 15: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE O DIALÓGOS DOS EIXOS ESTRUTURANTES E SUA FORMAÇÃO

GRÁFICO 16: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE OS CONTEUDOS MINISTRADOS

GRÁFICO 17: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A DIDÁTICA MAIS VIVENCIADA NA SUA FORMAÇÃO

GRÁFICO 18: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO SUBMETIDOS DURANTE O CURSO

GRÁFICO 19: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A EXTENSÃO DO SEU CURSO COM AÇÕES COMUNITÁRIAS.

GRÁFICO 20: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DE FORMA INTEGRADA

GRÁFICO 21: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE O DOMÍNIO DO CONTEUDO POR PARTE DOS PROFESSORES MINISTRANTE AO LONGO DO CURSO

GRÁFICO 22: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE AS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA ESCOLA

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO DE SUJEITOS QUE RESPONDERAM A ENTREVISTA

QUADRO 2: QUANTITATIVO DOS ESTUDANTES QUE RESPONDERAM O QUESTIONÁRIO POR CURSO

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: ENTRADA DA ESCOLA

FIGURA 02: SALA DE AULA DA ESCOLA

FIGURA 03: BIBLIOTECA DA ESCOLA

FIGURA 04: AUDITÓRIO DA ESCOLA

FIGURA 05: LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS I

FIGURA 06: LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS II

FIGURA 07: LABORATÓRIO DE PROGRAMAÇÃO DE JOGOS

LISTA DE SIGLAS

BDE-Bônus de Desempenho Educacional

CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB- Câmara de Educação Básica

CEEGP-Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano

CF- Constituição Federal

CNE-Conselho Nacional de Educação

CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

CESAR- Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife

DCNEM- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

DOE- Diário Oficial do Estado

EAD- Educação à Distância

EJA- educação de Jovens de adultos

EMI- Ensino Médio Integrado

ENEM-Exame Nacional do Ensino Médio

EREM –Escolas de Referência do Ensino Médio

ETE- Escolas Técnicas Estaduais

EUA- Estados unidos da América

FIAT- Fiat Chrysler Automobiles

FHC- Fernando Henrique Cardoso

FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GUI- GraphicalUser Interface

IA-Inteligência artificial

ICE-Instituto de Corresponsabilidade pela Educação

IDEPE-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco

INDG-Instituto de Desenvolvimento Gerencial

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MBC-Movimento Brasil Competitivo

MEC- Ministério da Educação

MP4- Music Play 4

NAVE- núcleo Avançado em Educação

OSCIP's- Organizações Sociais Civis de Interesse Público

OS-Organização Social

PDE-Plano de Desenvolvimento da Educação

PE- Pernambuco

PPP-Parceria Pública e Privada

SAEPE-Sistema de Avaliação Educacional para a Educação Básica

SE- Secretaria de Educação

SECTMA-Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

SEEP- Secretaria Executiva de Educação Profissional

SEFOR – Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional

SEMTEC- Secretaria da Educação Média e Tecnológica

SENTEC-- Secretaria de Ensino Técnico

SESMT- Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TEAR-Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação: Gestão de Resultados

TEO-Tecnologia Empresarial Odebrecht

TESE-Tecnologia Empresarial Socioeducacional

RESUMO

Esta dissertação aborda a temática da implementação das políticas de Educação Profissional técnica de nível médio, expressa na Escola Técnica Estadual Cícero Dias, localizada no município de Recife, Pernambuco. Tem por objetivo analisar como está sendo implementada a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Estado de Pernambuco, no recorte temporal de 2010 a 2014. Para consubstanciar a investigação, tomamos como procedimento metodológico a pesquisa teórica empírica sobre a Educação Profissional, na perspectiva do materialismo histórico dialético, e como metodologia de investigação, o estudo de caso. Utilizamos metodologicamente os procedimentos de pesquisa bibliográfica, análise documental, observação, entrevista semiestruturada, questionário-roteiro e pesquisa virtual. Para atender aos objetivos propostos na pesquisa, no primeiro momento levantamos uma questão norteadora da pesquisa acerca das políticas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, tais como: Como, a partir das prescrições normativas, foram historicamente constituídas as Políticas Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica? O segundo momento da pesquisa volta-se para as discussões sobre currículo. No terceiro momento, buscamos investigar como a Educação Profissional Técnica de Nível Médio está sendo ofertada no Estado de Pernambuco últimos quatro anos (2010-2014), analisando a experiência público privada na Escola Técnica Estadual Cícero Dias- PE. Quanto aos resultados, constatamos que desde a implantação do Ensino Médio Integrado no Estado de Pernambuco, as medidas políticas e educacionais tomadas podem ser consideradas um avanço se levarmos em consideração sua prematuridade e originalidade em relação aos demais estados brasileiros e ao histórico da educação no país e que a plena formação humana só pode ser alcançada à medida que o ser humano desenvolve suas capacidades de decisão e ações sustentadas pela superação do antagonismo entre trabalho intelectual e manual, a partir de um ensino pautado na perspectiva de formar sujeitos autônomos, críticos e reflexivos, que estejam capazes de compreender os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, interferindo em seu meio, refletindo sobre sua condição social e participando das lutas em favor dos interesses da coletividade. E Quando se propõem inovações educativas como esta de integrar o Ensino Médio a Educação Profissional, é importante considerar as condições, os fatores e as variáveis determinantes de seu êxito ou fracasso. As experiências dessa integração, requerem uma reorganização curricular é um processo dinâmico, aberto e formativo e sua estratégia de concepção e implementação precisa ser participativa e construída, tendo em vista assegurar sua eficiência no saber encontrar os meios de atingir os objetivos da aprendizagem. No que tange a dinâmica da parceria público privada na educação do Estado de Pernambuco, os docentes e discentes precisam procurar mudar esta visão ingênua de apenas atender a lógica do capital que impulsiona o mercado, mercantilizando a educação, em que os empresários ditam as políticas públicas de educação, com um discurso de que é democrático e a sociedade está participando.

Palavras-chave: Educação Profissional, Currículo integrado, Parceria Público Privada

RESUMEN

ABSTRACT

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	
LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE QUADROS	
LISTA DE GRÁFICOS	
RESUMO	
INTRODUÇÃO	
Realçando as questões propulsoras do estudo e delimitando os objetivos da pesquisa.....	21
Demarcando o Percorso Metodológico	22
Composição da Dissertação	28
1. POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: CONTEXTUALIZAÇÕES, CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS A PARTIR DOS ANOS 1990.....	29
1.1 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA SOB IDEÁRIO NEOLIBERAL.....	30
1.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PERSPECTIVA HISTÓRICA E PRESCRIÇÕES NORMATIVAS.....	33
1.3. POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL.....	41
2. O SENTIDO DO CURRÍCULO INTEGRADO E DOS EIXOS ESTRUTURANTES PARA A FORMAÇÃO HUMANA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	18
2.1 CONCEITOS E CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO	51
2.2.CURRÍCULO E A PERSPECTIVA DA INTEGRAÇÃO.....	60
2.3 EIXOS ESTRUTURANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: TRABALHO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA.....	64
3. A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO ESTADO DE PERNAMBUCO (2010-2014) 88	
3.1POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO	69
3.2. PARCERIA PÚBLICA E PRIVADA	74
3.2.1. Trajetória da atual Escola Técnica Estadual Cícero Dias	78
4. OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE EPT DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO: UM OLHAR NA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CÍCERO DIAS	92
4.1 FORMAÇÃO CIENTÍFICO-FILOSÓFICA	94
4.2 CURRÍCULO E OS EIXOS ESTRUTURANTES	104
4.3 DIDÁTICA E METODOLOGIA DO CURSO.....	110
4.4 QUALIDADE DO CURSO	113
CONSIDERAÇÕES.....	117
REFERÊNCIAS.....	121
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo estudar a implementação da política de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Estado de Pernambuco, especificamente na Escola Técnica Estadual Cícero Dias, situada no Município de Recife /PE, compreendendo o período de 2010 ao primeiro semestre de 2015.

O objeto de estudo é fruto de discussões e investigação ocorridas no âmbito da linha de pesquisa “Políticas e Práxis em Educação Profissional” do Mestrado Acadêmico em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, a qual tem proporcionado a produção de novos conhecimentos, um novo olhar sobre as políticas para Educação Profissional Técnica de Nível Médio como também, a construção de referenciais teóricos para a discussão social e acadêmica, referendando a Educação Profissional como campo de pesquisa científica.

Outro fator igualmente importante para a escolha da temática é o envolvimento da pesquisadora, à época, como membro do quadro efetivo da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, nasceu o interesse em contribuir para o desenvolvimento e discussão de propostas às políticas públicas de Educação profissional técnica de Nível Médio, contribuindo para a produção do conhecimento na área.

Segundo Fonte (2004), a pesquisa científica tem por objetivo contribuir com a evolução dos saberes humanos em todos os setores, sendo sistematicamente planejada e executada através de rigorosos critérios de processamento das informações.

Concordamos com Gatti (2000) quando afirma que a pesquisa é primeiramente obter conhecimentos sobre alguma coisa. De um modo geral, a necessidade de pesquisar surge a partir de inquietações, perguntas, dúvidas a respeito de algum tema, a busca de respaldo para pensamentos e afirmações.

Assim, poderia dizer que a escolha de trabalhar com um referencial metodológico a ser executado em uma dissertação e o seu domínio consistiram em um processo de trabalho que se deu entre escolha de temáticas, leituras e discussões sobre diversas teorias. As primeiras aproximações com o objeto de

estudo partiu de elaboração de questões que me chamavam à atenção, de hipóteses de trabalho. Dessa forma, foi um movimento contínuo entre minhas experiências e minhas reflexões que sugeriram e indicaram os fundamentos teóricos e os caminhos empíricos a serem percorridos pela investigação.

A presente dissertação apresenta reflexões acerca das Políticas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no contexto dos anos de 1990, em seus aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos. Nesse momento, intensificou-se o ideário neoliberal no Brasil – configurado a partir de um cenário mundial de grandes transformações em todos os âmbitos sociais, sobretudo de uma intensificação do processo de globalização e reestruturação produtiva, que determinou amplas reformas na educação para atender às novas exigências sociais do mercado de trabalho.

As políticas públicas para Educação Profissional e tecnológica no Brasil estão em fase de investigação científica crescente, cada vez mais estão sendo compreendidas como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, numa perspectiva hegemônica. Para tanto, apresentamos uma discussão sobre política de Ensino Médio e Educação Profissional que supere a dualidade entre formação propedêutica e profissional e que busque um sentido para o Ensino Médio, sobrepondo a preparação exclusivamente para o mercado de trabalho.

Partindo dessa compreensão e à luz da constituição das políticas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio realizada no Sistema Estadual de Pernambuco, revisitamos a experiência de parceria público-privada na Educação Profissional desenvolvida pelo projeto piloto denominada de Centro de Ensino Experimental Boa Viagem - Recife, atual Escola técnica Estadual Cícero Dias. Apresentamos, dessa forma, o cenário de sua implementação e realçamos os desafios enfrentados para o alcance de sua práxis¹ como currículo integrado por meio dos eixos estruturantes: trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

¹ No marxismo, o conjunto de atividades humanas tendentes a criar as condições indispensáveis à existência da sociedade e, particularmente, à atividade material, à produção, e à prática. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/pr%C3%A1xis/>> Acesso em: 22 de maio de 2014.

Realizamos, para tanto, um levantamento bibliográfico dos teóricos Apple (1982), Giroux (1993) Moreira (1990), McLaren (2000), entre outros, que versam sobre concepções de Currículo e do Currículo Integrado, discorrendo sobre a sua história, da origem às questões atuais. A temática sobre Currículo é apresentada tendo em vista as relações de poder, a ideologia e a cultura, para uma construção teórica que fundamente o Currículo Integrado, assim como, a sua intenção como proposta de educação transformadora.

Quanto aos resultados, constatamos que, desde a implantação do Ensino Médio Integrado no Estado de Pernambuco, as medidas políticas e educacionais tomadas podem ser consideradas um avanço, se levarmos em consideração sua prematuridade e originalidade em relação aos demais estados brasileiros e ao histórico da educação no país.

A plena formação humana só pode ser alcançada à medida que o ser humano desenvolve suas capacidades de decisão e ações sustentadas pela superação do antagonismo entre trabalho intelectual e manual, a partir de um ensino pautado na perspectiva de formar sujeitos autônomos, críticos e reflexivos, que sejam capazes de compreender os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, interferindo em seu meio, refletindo sobre sua condição social e participando das lutas em favor dos interesses da coletividade.

Quando se propõem inovações educativas de integrar o Ensino Médio à Educação Profissional, objeto de estudo empreendido aqui, é importante considerar as condições, os fatores e as variáveis determinantes de seu êxito ou fracasso. As experiências dessa integração requerem uma reorganização curricular como um processo dinâmico, aberto e formativo, com uma estratégia de concepção e implementação participativa.

No que tange à dinâmica da parceria público-privada na educação do Estado de Pernambuco, os docentes e discentes precisam procurar mudar esta visão ingênua de apenas atender à lógica do capital, que impulsiona o comércio, mercantilizando a educação, deixando a cargo dos empresários e ao mercado as regras sobre como deve proceder as políticas públicas de educação, com um discurso de que é democrático, com a participação da sociedade.

Realçando as questões propulsoras do estudo e delimitando os objetivos da pesquisa

Desenvolver um estudo envolvendo a implementação e execução das políticas públicas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, resgatando as concepções, diretrizes e princípios gerais norteiam esta política, leva-nos a uma ação reflexiva, no compromisso de construir uma política educacional, visando à consolidação de ações efetivas, que resultem no aperfeiçoamento da democracia, na melhor qualificação do cidadão e na integração da formação profissional, adquirindo-se, dessa forma, características humanistas e científico-tecnológicas para a formação integral dos sujeitos.

Perseguindo essa intenção, algumas questões nortearam as discussões durante todo o texto, mais precisamente sobre Educação Profissional e sobre o Ensino Médio – no sentido de explorar o objeto de estudo, estabelecendo as relações entre o mesmo e o contexto no qual se inscreve.

A seguir, desenvolvemos reflexões que buscam responder o seguinte problema: como a Educação Profissional Técnica de Nível Médio está sendo implementada no Estado de Pernambuco?

O caminho que orientou o objetivo geral dessa pesquisa foi analisar como está sendo implementada a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Estado de Pernambuco, entre os anos de 2010 e 2014. o período de 2010 ao primeiro semestre de 2015.

Tivemos como objetivos específicos: 1. apresentar, numa perspectiva histórico-crítica, as políticas Educacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil a partir dos anos de 1990; 2. apontar o sentido do currículo integrado e dos eixos estruturantes para a formação humana na Educação Profissional e Tecnológica; 3. analisar a expansão das políticas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio realizada do Estado de Pernambuco; 4. compreender de que forma acontece a Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecida na Escola Técnica Estadual Cícero Dias- PE.

Para atender aos objetivos propostos na pesquisa, serão consideradas, no primeiro momento deste estudo, algumas questões norteadoras acerca das políticas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. A primeira consiste em compreender como, a partir das prescrições normativas, foram

historicamente constituídas as Políticas Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Num segundo momento dessa pesquisa, voltar-se-á o olhar sobre as discussões a cerca de currículo, a partir das seguintes indagações: quais as concepções de currículo podem estar presentes no cotidiano escolar? Como deve ser o currículo para a Educação Profissional Técnica de nível Médio para a formação dos sujeitos na perspectiva da formação humana integral? O que é o currículo integrado? O que sugere o currículo Integrado? Que concepção permeia o currículo Integrado?

Já num terceiro momento, buscamos investigar como a Educação Profissional Técnica de Nível Médio está sendo ofertada no Estado de Pernambuco. Para tanto, três questões nortearam nossa pesquisa: como a Educação Profissional Técnica de Nível Médio está sendo implantada? Nos últimos quatro anos (2010-2014) houve a expansão da Educação Profissional Técnica de Nível Médio? Como acontece a Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecida na Escola Técnica Estadual Cícero Dias- PE?

Demarcando o Percorso Metodológico

Para a realização deste estudo, tomou-se como procedimento metodológico a pesquisa teórica empírica sobre a Educação Profissional, na perspectiva do materialismo histórico-dialético.

A metodologia de pesquisa assumida no trabalho remete à dialética como método de investigação. A dialética era concebida por Hegel como “a compreensão dos contrários em sua unidade ou do positivo no negativo”. É o método que permite ao pensador dialético observar o processo pelo qual as categorias, as formas de consciência surgem umas das outras para formar totalidades cada vez mais inclusivas, até que se complete o sistema de categorias, formas, como um todo. A dialética hegeliana progride de duas maneiras básicas: trazendo à luz o que está implícito, mas não foi articulado numa ideia, ou reparando alguma ausência, falta ou inadequação nela existente (BOTTOMORE, 1988, p.101, 102).

A dialética supera a compreensão da realidade como dada e pressupõe a inserção dos fenômenos na história e na contradição dos fatos para captar-

lhes a essência (GRAMSCI, 1978, p.20). A realidade, enquanto produto histórico, não resulta de um conjunto de fatos isolados, é síntese de muitas determinações (MARX, 1992, p.116).

Fundamentamo-nos, dessa forma, na dialética proposta por Hegel, na qual as contradições se transcendem, dando origem a novas contradições que passam a requerer solução. É um método de interpretação dinâmico e totalizante da realidade. Considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, etc., mais empregado em pesquisas qualitativas (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993).

Como Metodologia de investigação, observamos que o estudo de caso se adequa mais a presente pesquisa, pois segundo Yin (2010) este método é usado em muitas situações para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados. A pesquisa é de abordagem qualitativa, pois compreende um conjunto de técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados (NEVES, 1996).

Godoy (1995) aponta a existência de pelo menos três diferentes possibilidades oferecidas pela abordagem qualitativa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.

A pesquisa teórica e empírica englobou pesquisa bibliográfica, caracterizada como aquela que se realiza a partir do registro de pesquisas anteriores (SEVERINO, 2007), além disso, utilizamos análise documental, entrevista do tipo semiestruturada e aplicação de questionário, ao estudar sobre as exigências do mundo contemporâneo e os fundamentos que têm norteado a política Educação Profissional Técnica de Nível Médio e sobre os aspectos da legislação vigente.

Num primeiro momento, foram selecionadas as fontes bibliográficas que subsidiassem as discussões sobre política de Ensino Médio e Educação Profissional, como também as que nos pudessem fornecer elementos teóricos e as reflexões dos estudiosos críticos sobre o diálogo das diversas concepções do currículo, com ênfase no Currículo Integrado, realçando uma discussão atualizada sobre as recentes propostas e os eixos estruturantes do Ensino Médio para a formação humana na Educação Profissional. Passamos à leitura dessas fontes e à elaboração de fichamentos críticos sobre os mesmos.

Posteriormente, prosseguimos com pesquisa documental, a fim de respaldar a nossa hipótese e a alcançar nossos objetivos. Chegamos até às leis, decretos, instruções normativas, cartilha, regimento interno e projeto político-pedagógico da escola pesquisada. Assim, passamos a elaborar fichas, sínteses do material para uma análise mais detalhada.

A pesquisa documental fez parte do percurso metodológico. A opção por incluir os documentos oficiais como fonte de dados para a pesquisa baseou-se em Lüdke e André (1986) que argumentam que tais fontes de dados apresentam a vantagem de ser uma fonte repleta de informações sobre a natureza do contexto, e, por tal motivo, sua análise nunca deve ser ignorada, independente de outros métodos de investigação escolhido.

Com o objetivo de analisar a implementação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Estado de Pernambuco e da execução dessas políticas na instituição pesquisada, houve a necessidade de darmos voz aos sujeitos participantes dessa implementação. Para tanto, utilizamos de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionário aos estudantes.

Procurando ampliar as fontes de registros, realizamos pesquisa virtual em sites do Governo Federal, levantamentos e análises de documentos oficiais sobre as políticas públicas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Os dados quantitativos encontrados foram representados e comentados em tabelas e gráficos.

No terceiro momento, optamos utilizar as entrevistas semiestruturadas, pelo fato de possibilitar uma maior flexibilidade no processo de investigação, permitindo ao pesquisador buscar em profundidade os significados e os sentidos expressos pelos informantes, o que não seria possibilitado com tal abrangência se fosse utilizada outra técnica de coleta de dados. Além disso, a utilização das entrevistas semiestruturadas permite a obtenção de dados comparáveis entre os vários sujeitos de uma pesquisa (BOGDAN E BIKLEN, 1994, p.35).

A entrevista é composta por uma conversa intencional entre entrevistador e entrevistados e busca que os sujeitos expressem os seus pontos de vista a respeito do assunto estudado, de forma a compor uma riqueza de dados, recheados de suas próprias palavras, de modo a revelar detalhadamente a perspectiva dos próprios respondentes.

Para Lüdke e André (1986, p.34), a entrevista semiestruturada pode ser caracterizada como sendo aquela que se “desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”.

Nossa intenção, com as realizações das entrevistas, foi de colher dados descritivos na linguagem dos próprios sujeitos, de forma a permitir que o investigador possa desenvolver uma ideia a respeito da maneira como os sujeitos trabalham com os estudantes e sua participação ativa na construção social, qualificando o estudante e propiciando o domínio dos fundamentos científicos das técnicas diversificadas e utilizadas na produção.

As entrevistas semiestruturadas terão seu conteúdo analisado por meio de um aplicativo do Google². As informações orais foram captadas por meio digital com o uso do aparelho MP4, transcritas e analisadas.

O termo “dados” é entendido nesta pesquisa como uma forma de referir-se aos materiais em bruto que o investigador recolheu a respeito do tema que aqui se estuda, constituindo-se nos elementos que irão formar a base da análise. Os dados foram constituídos pelo próprio pesquisador através de seus instrumentos de coleta: as entrevistas individuais. Também foi incluído, como dado na pesquisa, aquilo que foi criado por outros e que se relaciona ao objeto de estudo, tal como os documentos oficiais, os quais o investigador teve acesso para constituir a análise documental (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p.45)

Os sujeitos que colaboraram com nossa pesquisa são formados pelas instâncias da Secretaria Executiva de Educação Profissional e da Escola Técnica Estadual Cícero Dias – PE, selecionados como representantes da jurisdição da Secretaria e amostras dos distintos grupos de sujeitos da Escola. Foram realizadas entrevistas com estes sujeitos, com prévio agendamento, e transcritas na medida em que haviam sido realizadas, o que viabilizou concluir a análise em março de 2015.

Para uma melhor compreensão dos sujeitos entrevistados e suas respectivas funções, selecionamos, em âmbito da Secretaria Executiva de Educação Profissional do Estado de Pernambuco, o Secretário Executivo de Educação Profissional e a Gerente pedagógica da Educação Profissional. No

²O Google Docs é um pacote de aplicativos do [Google](#) baseado em [AJAX](#). Funciona totalmente on-line diretamente no [browser](#). Os aplicativos são compatíveis com o [OpenOffice.org/BrOffice.org](#), [KOffice](#) e [Microsoft Office](#), e atualmente compõe-se de um processador de texto, um editor de apresentações, um editor de planilhas e um editor de formulários

âmbito da Escola Técnica Estadual Cícero Dias, selecionamos o gestor, coordenador pedagógico, coordenadores de curso, representante da Oi, professores. Apresentaremos, a seguir, um quadro com a distribuição dos envolvidos por campo empírico:

Secretaria Executiva de Educação Profissional do Estado de Pernambuco		Escola Técnica Estadual Cícero Dias	
Sujeitos	Quantitativo	Sujeitos	Quantitativo
Secretário Executivo de Educação Profissional	01	Gestor	01
Gerente pedagógica da Educação Profissional	01	Coordenador Pedagógico	01
		Coordenador de curso	02
		Representante da Oi	01
		Professores	10
Total	02	Total	15

QUADRO 1: DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO DE SUJEITOS QUE RESPONDERAM A ENTREVISTA

Essas entrevistas vêm contribuir na elaboração de nossa pesquisa à medida que vamos analisando-as. Ademais, a entrevista permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários (ALVES-MAZZOTI; GEWANDZNAJDER, 2001).

No quarto momento, aplicamos um questionário constituído de perguntas com respostas objetivas de múltiplas escolhas, bem com espaços para possíveis justificativas das respostas, com os estudantes do 3º ano da Educação Profissional Técnica de Nível Médio dos cursos de Jogos Digitais e multimídia da Escola Técnica Estadual Cícero Dias – PE. Fizemos o contato inicial com a coordenação pedagógica da escola, que disponibilizou dias e horários específicos. Neste momento agendado, apresentamo-nos aos professores e pedíamos licença para utilizar aquele horário. Não havendo dificuldade nos diferentes dias de aplicação deste instrumento. Ao final da aplicação, aproveitávamos para trocar mais informações com os professores e alunos informalmente a fim de que pudéssemos, com esse registro, acrescentar algo mais em nosso trabalho. Essa estratégia foi privilegiada em nossa pesquisa, pois segundo Lakatos,

O questionário é um instrumento de coleta de dados que apresenta uma série de vantagens, como atingir um número significativo de pessoas simultaneamente, obter respostas precisas, preservar o anonimato dos atores contribuidores, ser mínimo o risco de distorção, pois não há influência do pesquisador, possibilitar o bem estar do sujeito, pois ele quem determina o tempo para responder e por uniformizar as categorias de análises suficientes à pesquisa (LAKATOS, 2001, p.201).

Vale realçar que os atores que contribuíram com a pesquisa formam o número de 148 (cento e quarenta e oito) estudantes, realizada no mês de fevereiro de 2015 nos laboratório de informática da referida escola pesquisada.

Elaboramos o questionário com base no que discute Quivy e Campenhoudt (2003), pois, segundo os autores, é preciso ter presente “que as perguntas que constituem o instrumento de observação determinam o tipo de informação que obteremos e o uso que dela poderemos fazer na análise dos dados”.

No processo de construção das perguntas, tivemos a preocupação de construí-las de forma clara, apresentando um vocabulário adequado, assim, evitamos ambiguidade nas questões para que os estudantes soubessem exatamente o que se procurávamos saber.

As perguntas foram organizadas de acordo com quatro campos: campo 1- Formação científica filosófica dos estudantes Técnico de Nível Médio; campo 2- Currículo e os eixos Estruturantes; campo 3- Didática e Metodologia do curso; e campo 4- Qualidade do curso.

Trabalhamos com uma diversidade de referencial metodológico, pois, de acordo com Bogdan (1994), todas as informações possíveis de coleta de dados e registros são válidas, desde que tenham uma direção, um norte para aprofundar os eixos que se identificam com o objeto de estudo e a problemática em questão.

A partir das descrições relatadas nesse estudo, em que destacamos parte da realidade percebida e analisada, verificamos que este processo de construção do conhecimento decorre de uma interação entre o sujeito que investiga e a realidade encontrada. Essa pesquisa se desenvolveu com o intuito de que o objeto tomado venha contribuir para as produções de novos conhecimentos, para um olhar sobre políticas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Escola Técnica Estadual Cícero Dias Recife- PE e

para a construção de referenciais teóricos para a discussão social e acadêmica dos preceitos teóricos construídos.

Composição da Dissertação

A introdução delimita o objeto de estudo, apresenta a proposição da pesquisa e contextualiza o tema, expondo o objetivo do estudo. Também discorre sobre a pertinência da pesquisa, indicando os referenciais metodológicos, técnicos e instrumentais utilizados no processo de investigação. Ainda, levanta os problemas indagadores da pesquisa e apresenta a lógica estrutural da dissertação.

A dissertação, além da introdução e considerações finais, está composta por quatro capítulos que discutem o objeto de pesquisa em vários enfoques: político, econômico, social e educacional.

No primeiro capítulo, intitulado de *“Políticas Públicas Educacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Brasil: contextualizações, contradições e perspectivas a partir dos anos 1990”*, apresentaremos, numa perspectiva histórico-crítica, as Políticas Educacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil a partir dos anos de 1990, como também a constituição das políticas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio realizada na Rede Estadual de Pernambuco.

No segundo capítulo, intitulado *“O sentido do currículo integrado e dos eixos estruturantes para a formação humana na Educação Profissional e Tecnológica”*, apresentamos diversas concepções de currículo, dando ênfase ao currículo integrado, realçando o pensamento de teóricos críticos.

No terceiro capítulo, *“O Cenário da implantação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para a Secretaria Executiva de Educação Profissional do Estado de Pernambuco”*, promovemos uma reflexão sobre a implantação e extensão dessa política a partir do ano de 2010.

Já no quarto capítulo, *“Os desafios da integração: a experiência de EPT da rede Estadual de Pernambuco: um olhar na Escola Técnica Estadual Cícero Dias”*, analisamos a experiência da Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecida na Escola Técnica Estadual Cícero Dias a partir do olhar de gestores, coordenadores, representante do Instituto Oi, professores e

estudantes sobre currículo integrado, eixos estruturantes e formação humana integral do sujeito.

Nas considerações finais, abordamos um fechamento provisório acerca de nossas análises sobre o objeto em estudo.

1. POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: CONTEXTUALIZAÇÕES, CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS A PARTIR DOS ANOS 1990

O presente capítulo apresenta reflexões acerca das Políticas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em que se aborda, de forma histórico-crítica, essas políticas no contexto dos anos de 1990. Quando se intensifica ideário neoliberal no país, configurado a partir de um cenário mundial de grandes transformações políticas, econômicas e sociais, como também marcado pela intensificação do processo de globalização e reestruturação produtiva, o que determinou amplas reformas na educação para atender às novas exigências sociais do mercado de trabalho.

Buscamos, com esse texto, apresentar também as Políticas Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica numa perspectiva histórica. Assim, construímos o modelo que apresenta as prescrições normativas que norteiam essas políticas. Terceiros, a partir desse modelo, uma discussão sobre política de Ensino Médio e Educação Profissional que supere a dualidade entre formação propedêutica e profissional e que busque o sentido para o Ensino Médio que não seja meramente a preparação para o mercado de trabalho.

Apresentamos, também, uma discussão sobre as Políticas para Educação Profissional Técnica de Nível Médio na perspectiva da formação humana integral.

1.1 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA SOB IDEÁRIO NEOLIBERAL

No contexto neoliberal, a sociedade brasileira, a partir da década de 1990, sofreu grandes transformações no âmbito econômico, social, político e educacional. A conjuntura neoliberal é marcada pela mundialização da economia e pela reestruturação produtiva. Tais aspectos contribuem para redefinição do papel do Estado, o que levam as implicações diretas nas políticas educacionais.

A ideologia neoliberal nas políticas de focalização desregulamentação da economia, em linhas gerais apresenta como princípios básicos a privatização de empresas estatais, a criação de novas regulamentações, que diminuem a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados, a descentralização administrativa. No âmbito dessa discussão,

Höfling (2001, p. 87) afirma que a descentralização é entendida como uma forma de aumentar a eficiência administrativa do mercado e de reduzir os custos do Estado.

O que tem contribuído para a ideologia neoliberal e todos os seus impactos sociais é a mundialização da economia por meio da globalização dos mercados. A globalização, de acordo com:

(...) pode ser explicada como um processo no qual se produz uma tendência à homogeneização de valores e com padronização de formas de pensar e de agir. Mas, as tensões e complexidades da era do globalismo implicam dimensões tais como: integração e fragmentação, diversidade e desigualdade. O cenário global não atua só por inclusão, atua também por exclusão; esta nova realidade é múltipla: incorpora regionalismos, nacionalismos e fanatismos religiosos. Gamboa (2001, p.33)

Assim, no contexto neoliberal predomina o discurso da participação mínima do Estado, deixando o provimento de serviços aos indivíduos e empresas por eles contratadas, e máxima do mercado como regulador das relações sociais. Tal discurso está embasado em vários acontecimentos de economia, social e política que têm provocado mudanças estruturais na sociedade, como: mundialização da economia, reestruturação da divisão internacional do trabalho, perda de autonomia dos Estados e a sua redefinição no cenário mundial, dentre outros acontecimentos.

Essas mudanças estruturais na sociedade são ratificadas no final do século XX, quando o Estado capitalista não consegue conter a crise do capital dando formas a esta nova organização econômica e utilizando como uma de suas estratégias, a implementação de políticas neoliberais. Draibe (1993, p.88) destaca que “o neoliberalismo é antes um discurso e um conjunto de regras práticas de ação (ou de recomendações), particularmente referidas a governos e a reformas do Estado e das suas políticas”. Essas recomendações são necessárias, tendo em vista a organização de elementos que compõem a estrutura de uma fase nomeada de acumulação flexível.

Dentre as características desta nova fase do capitalismo, destacam-se: mudança no modelo de produção; novas relações e acordos comerciais; aumento da economia informal e reestruturação do mercado de trabalho. O movimento destas características ampliaram a mobilidade do capital e a

segmentação da sociedade, desencadeando desemprego estrutural e a implementação de contratos de trabalhos mais flexíveis. Ainda, como consequência desta reestruturação, o Estado perde autonomia e seu papel é redefinido passando a ser um interventor mínimo nos problemas sociais. Nesse sentido, Harvey (1996, p. 140) mostra que:

A acumulação flexível, [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, de mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços, financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Portanto, a reestruturação produtiva, sob a égide da mundialização do capital, traz em seu bojo um forte processo de flexibilização, o qual pode ser este devendo ser compreendido como a “plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho” (ALVES, 2005, p.80), por meio de significativas mudanças que são implementadas em nível da produção, bem como da organização gerencial³ da força de trabalho, dos mercados de trabalho e da distribuição da produção e serviços financeiros.

O aumento dos poderes de flexibilidade e mobilidade do capital em detrimento da rigidez fordista proporciona aos empregadores mais força para exercer pressões mais intensas de controle do trabalho sobre uma classe trabalhadora já enfraquecida e desarticulada.

Diante disso tudo é importante perceber o enfoque dado às políticas educacionais em meio do desmonte das políticas neoliberal. Há em Pablo Gentili (2000) uma discussão muito pertinente, na qual afirma que apenas a reprodução de discussões defensoras de “direitos” não produz eco, pois é necessário acontecer, principalmente, a defesa da ampliação das condições materiais, objetivas e concretas dos trabalhadores, ou seja:

A educação como direito social remete inevitavelmente a um tipo de ação associada a um conjunto de direitos políticos e econômicos sem os quais a categoria de cidadania fica reduzida a uma mera

3 .O modelo burocrático weberiano não responde mais às demandas da sociedade contemporânea (POLLITT, 1990). Segundo Abrucio (1997, p.8), o modelo gerencial, no entanto, vem sofrendo uma série de mudanças e sendo adaptado aos países em que fincou raízes. Captando as principais tendências presentes na opinião pública, entre as quais se destacam o controle dos gastos públicos e a demanda pela melhor qualidade dos serviços públicos. Utilizando de instrumentos que estão mais direcionados à redução de custos, ao aumento da eficiência e produtividade da organização, como também, a busca da qualidade dos serviços.

formulação retórica sem conteúdo algum. Partindo de uma perspectiva democrática, a educação é um direito apenas quando existe um conjunto de instituições públicas que garantam a concretização e a materialização de tal direito. Defender “direitos” esquecendo-se de defender e ampliar as condições materiais que os asseguram é pouco menos que um exercício de cinismo [...] (GENTILI,2000,p.247)

As Reformas nas políticas educacionais a partir da década de 1990 têm como base o discurso neoliberal, que associa educação à empregabilidade⁴, como discute Oliveira (2000). A autora ainda salienta que no Brasil, nesse referido período, as reformas educacionais associam a Educação Básica como instrumento para empregabilidade, pois, buscou primeiramente a oferta do mínimo de conhecimentos para “integração do indivíduo” à sociedade.

As estratégias da política neoliberal são provenientes de relações mercadológicas, as quais se mantêm por meio da manutenção da divisão e dominação de classes. Diante deste fato, Frigotto (1996) mostra a de desenvolver embates cotidianos e de se retomar a luta pela democracia para garantir a defesa de direitos fundamentais, como saúde, educação e cultura.

1.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PERSPECTIVA HISTÓRICA E PRESCRIÇÕES NORMATIVAS

No Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980, houve vários acontecimentos, impulsionados por transformações econômicas, sociais e política, tais como: a redemocratização do país, articulação dos Movimentos Sociais e o restabelecimento das eleições diretas e secretas.

Por isso, foi necessário um instrumento normativo compatível com o processo social que se estruturava. Portanto, no ano 1988, por meio de

4 A empregabilidade, segundo Oliveira (2001) opta pelo conceito para justificar a necessidade de expansão da oferta de qualificação profissional. Ao assumir este conceito como norteador de suas ações, seu projeto de qualificação abandona a ideia de uma formação para uma atividade específica e passa a objetivar a possibilidade de um indivíduo manter-se empregado, o que remete à necessidade do mesmo somar o maior número de competências possíveis para tal. O indivíduo para se tornar um profissional e obter um emprego e torna-se “empregável” manter-se competitivo é de sua total responsabilidade a sua inserção ou exclusão no mercado de trabalho.

mobilizações sociais é elaborada a Carta Magna, Conhecida como Constituição Federal (CF), que tem a intenção de restituir uma série de direitos sociais dos indivíduos. Com a promulgação da referida CF, de 1988, consolidaram-se os sistemas de ensino federal, estadual, distrital e municipal. Sendo que, conforme o artigo 211, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar os seus sistemas de ensino em regime de colaboração. Com a Constituição, a educação, torna-se direito de todos e dever do Estado.

Com a organização da educação estabelecida pela Constituição Federal, cabe a União “a responsabilidade de organizar o sistema de ensino federal e dos territórios, exercendo a função redistributiva e supletiva e garantindo igualdade de oportunidades educacionais com um padrão mínimo de qualidade, mediante assistência técnica e financeira e responsável pelo Ensino Superior” (BRASIL, 1988, p.37).

Os estados brasileiros ficam na incumbência de oferecer o Ensino Médio e aos municípios o dever de ofertar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Em relação à constituição de 1988, Cury (2011) destaca que ela,

[...] optou por um federalismo cooperativo sob a denominação de regime articulado de colaboração recíproca, descentralizado, com funções privativas, comuns e concorrentes entre os entes federativos. Com efeito, a constituição federal de 1988 e conhece o Brasil como uma república Federativa, formada pela “União indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal...” (art.1º da constituição). Ao se estruturar, assim o faz, sob o princípio da cooperação recíproca, de acordo com os artigos 1º, 18, 23 e 60, § 4º, I. Percebe-se, pois, que em vez de um sistema hierárquico ou dualista, comumente centralizado, a constituição Federal montou um sistema de repartição de competências e atribuições legislativas, entre os integrantes do sistema federativo, dentro de limites expressos, reconhecendo a dignidade e a sua autonomia própria (CURY,2011,p.158)

Assim a Constituição, traz em seu texto um teor mais democrático, visto que, possibilitou a articulação entre Estado e a efetiva participação da sociedade civil, não só na reivindicação, como também na organização, implementação e avaliação. Para Campos (2002, p.10), “são políticas públicas, as ações estratégicas, que dão ao homem a condução ou condições para conduzir os rumos de um agrupamento de pessoas, de uma comunidade ou mesmo de uma sociedade”. No entanto, definições de políticas públicas orientam o nosso olhar para o *locus* em que os embates em torno de

interesses, preferências e ideias se desenvolvem, repercutindo na economia e na sociedade.

No ano de 1990, ocorreu uma reforma de grande impacto, iniciada pela Conferência mundial sobre Educação para todos em Jontien – Tailândia, quando foi firmado um compromisso entre os países participantes, de que a educação seria o foco central das reformas políticas e econômicas. Esta reforma tinha como alvo a democratização, a descentralização e a qualidade do ensino. Com estas reformas, a sociedade e, principalmente, o setor educacional ganham novas características, como nos apresenta Arelaro (2000, p.100):

Novo papel para a escola e um novo padrão de gestão educacional, em que a racionalidade e os critérios de mercado passassem a constituir novos referenciais de competência administrativa e pedagógica, para as escolas e os sistemas de ensino.

Para Pereira e Santos (2008), o projeto de política educacional no Brasil se materializa por meio de dois movimentos: da contradição entre Estado mínimo, dando ênfase à máxima do mercado como regulador das relações e Estado máximo, apresentado nos processos de centralização/descentralização no que se refere ao projeto de descentralização. Krawczyk (2000) destaca que as ações desta reforma implementaram um novo modelo de organização e gestão da educação pública. Esse modelo foi materializado nas normativas legais da educação e impostas por meio de documentos e programas implementados pelos diversos governos.

No momento dessas reformas no setor educacional, foi elaborada uma Lei que vem estabelecer parâmetros para uma educação brasileira: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96. No contexto de sua formulação, mais de trinta organizações científicas e sindicais, ligadas aos interesses mais amplos da sociedade e da classe trabalhadora, constituíram o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública gratuita, laica, universal e unitária. Ocorreu em uma tumultuada trajetória em que coube espaço para mais de um projeto, sucessivas reformulações e disputas internas, pois muitos eram os interesses. Este projeto é aprovado, porque nele convergia a ideologia neoliberal, sobre a qual estava assentado o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (SAVIANI, 1997, p. 199).

De acordo com a política neoliberal empreitada pelo governo Fernando Henrique Cardoso- FHC. NEVES (1999) em seu texto Intitulado “Educação: um caminhar para o mesmo lugar”, traz uma análise sobre o primeiro mandato de FHC no que remete a esfera da Educação, uma crítica embasada na concepção neoliberal adotada pelo Governo e que reflete suas ações e reformas. Traz que:

A necessidade de formação de um novo tipo de trabalhador e de homem requerida também pelo novo padrão neoliberal de desenvolvimento mundial e nacional exigiu mudanças nos papéis sociais da educação e, conseqüentemente, na natureza e na organização do sistema educacional brasileiro neste final de século (NEVES, 1999, P. 134).

Percebemos com esse trecho uma busca de um novo perfil de trabalhador para o mercado, moldado para a empregabilidade, e ainda, o evidente vislumbamento das parcerias com empresas privadas e organismos internacionais.

Na LDB, O Ensino Médio é a última etapa Educação Básica e a Educação Profissional, como modalidade de educação é contemplada nos os artigos 38 a 40. Manfredi (2002) demonstra que foram elaborados mediante uma acirrada discussão, a partir de projetos de diferentes esferas da sociedade. Nesse mesmo contexto, foram criados dois anteprojetos distintos: o do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Ensino Técnico – SENTEC (posteriormente denominada Secretaria da Educação Média e Tecnológica – SEMTEC e atual Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC); e o do Ministério do Trabalho, por meio da Sefor – Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. Na esfera da sociedade civil, várias entidades de profissionais da educação, órgãos de pesquisa, entidades sindicais, não-governamentais e populares utilizaram o Fórum em Defesa da Escola Pública como vetor de seu pensamento (MANFREDI, 2002, p. 114).

Manfredi (2002) expõe que o foco do projeto do Ministério do Trabalho estava eminentemente voltado a políticas de formação dos trabalhadores, diante do que nega a importância da Escola Básica e eleva a Educação Profissional. Isso porque acredita que a formação do profissional deve estar pautada na ênfase de habilidades e de conhecimentos básicos, específicos, voltados para o desenvolvimento plural do indivíduo, os quais só poderão ser

adquiridos e validados por experiências de trabalho. Além disso, a Educação Profissional é contemplada como uma política pública inserida num plano nacional de desenvolvimento econômico e tecnológico, que se entrelaça com políticas de emprego e de trabalho.

O projeto do MEC, por meio da SENTEC, atual SETEC – propunha uma Educação Profissional dissociada do Ensino Médio, para o que deveria ser criado um Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Com isso, o governo, entidade representativa do povo, que deveria defender os interesses da população, voltou-se para atender às necessidades do capital. Essa separação de acordo com Manfredi (2002, p.119)

Acabou por configurar um desenho de Ensino Médio que separa a formação acadêmica da Educação Profissional, aproximando-se muito mais dos interesses imediatos dos empresários e das recomendações dos órgãos internacionais do que das perspectivas democráticas inerentes aos projetos defendidos pelas entidades da sociedade civil.

A LDB nº 9.394/96, atribuído à educação um papel de formar cidadãos, mas também, de qualificá-las ação para o trabalho, isto é, a função da educação seria capacitar profissionalmente o indivíduo para atuar no mercado de trabalho. Para o governo, essa seria uma forma de sanar os problemas da crise de emprego e da própria exclusão social, porém esse é apenas mais uma falácia, pois o governo desconsidera toda a conjuntura estrutural da sociedade brasileira na análise desse problema e leva em conta as recomendações dos organismos internacionais. Também é necessário chamar atenção que ao mesmo tempo em que o governo teria o discurso sobre a preparação para o trabalho como forma de sanar problemas de emprego, a reforma seria um meio de modernizar a educação. (Ramos, 2002, p.102)

No que tange à Educação Profissional, é discutida na LDB como uma modalidade de ensino, desobrigando o governo de sua oferta e cedendo espaço para que a iniciativa privada a o oferte. Percebe-se o descaso do governo com as questões educacionais, principalmente com a Educação Profissional, que vem apresentada na LDB não como uma Política Pública, mas como um programa de governo que ratifica a segmentação entre a formação propedêutica e a formação técnica. Segundo a ótica neoliberal a formação geral deve ser ofertada com exclusividade pela Educação Básica.

Com menos de um ano de promulgação da LDB, é estabelecido o Decreto nº 2.208/97, um marco legal da política educacional da era de FHC, como afirma Oliveira (2003). O Decreto nº 2.208/97 promoveu a Reforma da Educação Profissional e determinou “a extinção da integração entre educação geral propedêutica e profissional, voltadas para atender as exigências do mercado de trabalho” (OLIVEIRA, 2003, p.54).

O Decreto nº 2.208/97 intensifica o dualismo na educação, uma vez que estabelece no seu art 5º que, “A Educação Profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do Ensino Médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997, p.05), ou seja, uma vez a Educação Profissional separada do Ensino Médio constitui dois caminhos de formação diferentes, não possibilitando que haja a ampliação da produção científica, técnica e tecnológica de forma integrada.

Ainda nessa discussão, Pereira e França (2012 p. 224) afirmam que esse Decreto:

Resultou ensino propedêutico direcionados para os extratos sociais economicamente providos e em uma Educação Profissional para atender a maioria dos sujeitos que, precocemente, ingressa no mercado de trabalho segregador, por questão de sobrevivência.

É consenso entre os teóricos que este Decreto trouxe muitos prejuízos consolidação da Educação Profissional como políticas públicas e proíbe a pretendida formação integrada, pois, regulamenta formas fragmentadas e aligeiradas de Educação Profissional, em função de formar apenas atender as exigências do mercado de trabalho.

A partir do final do ano de 2002, a discussão sobre a relação entre Ensino Médio e Educação Profissional é retomada, culminando com a discussão sobre a relação entre o Ensino Médio e Educação Profissional. Com o Decreto nº 5.154/2004, em que manteve as formas de articulação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional.

O Decreto abre espaço para que a integração entre Ensino Médio e Educação Profissional aconteça. Entretanto é necessário um reordenamento da estrutura do sistema de educação e especificamente da Educação Profissional. Esse reordenamento passa pela reestruturação das ações relacionadas à parte pedagógica, adequação da estrutura física e perceber a Educação Profissional como Política Pública. Um aspecto fundamental neste

processo é a mudança de mentalidade e/ou a desconstrução da concepção de Educação Profissional que foi construída no imaginário social.

Assim, os aspectos que diretamente contribuem para uma formação integral, guiada por objetivos coerentes que promovam a emancipação social do sujeito em suas múltiplas dimensões, fundamentam-se nos princípios de trabalho, ciência, tecnologia, cultura e formação profissional específica. Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o Ensino Médio integrado ao Ensino Técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a travessia para uma nova realidade.

Com o Decreto nº 5.154/2004, novos instrumentos legais foram instituídos para oferecer suporte para sua implementação, como o Decreto nº 5.840/06 - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, a Lei nº 11.180/2005 – Programa Escola de Fábrica, a Lei nº 11.494/2007, criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e a Lei n.º 11.892/2008 – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Mesmo com as normativas legais e programas implementados ainda falta compreensão sobre a concepção de integração entre Ensino Médio e Educação Profissional. Uma educação polivalente voltada para aplicação de tecnologias emergentes, a possibilidade de administração do tempo do trabalhador, não importando com a mudança qualitativa das tarefas executadas, sem uso dos conhecimentos empíricos.

Conforme os autores Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a integração é a “travessia” para a politecnia, educação esta representada pelo domínio da técnica intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível com as recomposições das tarefas a nível criativo, utilizando-se de conhecimentos empíricos, sendo capaz de atuar criticamente em atividade de caráter criador e inovador para um progressivo aperfeiçoamento. Essa está associada á ideia de omnilateralidade. Para Pereira e França (2012, p.233) a omnilateralidade,

Implica considerar que o ser humano deve ser integralmente desenvolvido em suas potencialidades, por meio de um processo educativo que privilegie a formação científica, a política e a estética. Assim, tal concepção compreende todas as dimensões do ser humano, para se alcançar o desenvolvimento integral do trabalhador, o que não é viável para os interesses dos representantes do capital.

Diante desse embate, faz-se necessária a implementação de um projeto pedagógico descomprometido com as determinações exclusivas do capital.

Mesmo com todo aparato legal, ainda falta muito para que a integração entre Ensino Médio e Educação Profissional de fato aconteça. O que existe são normativas legais, muitas reflexões e pesquisas como desenvolvidas por diversos autores, entres eles destacamos os seguintes: Ciavatta, Ramos, Moura, iniciativas estas que contribuem para o entendimento e amadurecimento da temática.

Nesse sentido, de integração do Ensino Médio com a Educação Profissional, a Lei 11.741/08 altera a LDB n. 9.394/1996, enfatizando as formas de articulação da Educação Profissional com o Ensino Médio. No discurso sobre integração, falta ainda os governos assumirem a Educação Profissional como política pública, isto é, ações construídas, partindo de bases concretas, pautadas em representações sociais e culturais de uma realidade local.

No ano de 2011, é aprovado o Parecer CNE/CEB nº 5/2011, que vem estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras. Desse modo, o documento diz:

Art. 1º Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a serem observadas na organização curricular pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares.

Parágrafo único. Estas Diretrizes aplicam-se a todas as formas e modalidades de Ensino Médio, complementadas, quando necessário, por Diretrizes próprias.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pelo Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, planejamento, implementação e avaliação das propostas curriculares das unidades escolares públicas e particulares que oferecem o Ensino Médio (PARECER CNE/CEB nº 5/2011)

O Ensino Médio parece vivenciar uma crise de identidade ainda não revelada ou compreendida, pois, muito se discute sobre a função do sentido Ensino Médio, que, no entanto, se deve formar os jovens para inserção do mercado de trabalho ou para ingresso na Universidade. Trazemos uma

denúncia de um jornal do Brasil que vem chamar a atenção, há que realmente se propõe a última etapa da Educação Básica.

Etapa de aprofundamento dos conhecimentos básicos, antessala do ensino superior, preparatório para entrada no mercado de trabalho. Qual é, afinal, o objetivo do ensino médio? O ensino médio brasileiro carece de ferramentas para se tornar atrativo. Tem um currículo sobrecarregado e vive a dificuldade de apontar caminhos. (Toscano 2013, p.57)

O Ensino Médio, bem como suas condições atuais, está longe de atender às necessidades dos estudantes. Muitos jovens passam pela escola e não permanecem por não acharem atrativos que lhes permitam e estimulem uma maior permanência. Outros adaptam o horário pela necessidade de trabalhar. Há também aqueles evadidos por motivo de envolvimento em violência, em gravidez ou em drogas. É necessário, ao falar do Ensino Médio, conhecer qual a sua realidade e procurar identificar quem são esses sujeitos, seu perfil e suas condições sócio-histórico-cultural, seus interesses suas expectativas.

A formação dos jovens deve levar em considerações as dimensões biológicas, etárias, culturais e sociais para construir uma relação significativa, ou seja, formação crítica para emancipação e formação para o mundo do trabalho. Também a relevância na construção da identidade deste jovem com o universo escolar mediando o processo de aprendizagem que colabore na construção do conhecimento pertinente para suas vidas. Não uma educação só voltada para o trabalho manual, uma educação que pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às dimensões necessárias para trabalhar e para produzir a existência e riqueza.

É importante compreender que o Ensino Médio é a etapa da educação básica em que a relação entre ciência e práticas produtivas se evidencia, e é a etapa biopsicológica e social de seus estudantes em que ocorre o planejamento e a necessidade de inserção no mundo do trabalho. Portanto, uma educação que propicie à realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção da vida.

1.3. POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Nesse tópico do texto, discorreremos de forma reflexiva sobre a dinâmica do processo de construção de uma política pública de ensino nacional. Há necessidade de pensar uma formação a qual não se limite aos interesses mais imediatos e pragmáticos do mercado de trabalho, mas que acolha o desafio de pensar a formação humana que precisa estar em consonância com os sujeitos para os quais ela se destina uma formação em sua plenitude. Convidamos, assim, à reflexão em torno da ideia de um Ensino Médio sustentado na e pela finalidade de uma formação humana integral.

No quadro histórico das políticas públicas do ensino brasileiro, traz um perfil de educação que não prioriza a integração entre Educação Profissional e o Ensino Médio. No contexto desta trajetória, encontra segundo Ramos (2011), respaldo jurídico na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, e na Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que incorporou o conteúdo do Decreto nº 5.154/2004, que favoreceu a integração entre Ensino Médio e Educação Profissional. Portanto, nesse sentido, entende-se que a Educação Profissional e Tecnológica assumiu uma nova dimensão e adquiriu um caráter integralizado que traz o pressuposto de uma formação integral do indivíduo.

Observando-se o sentido que tem a formação humana, ao longo dos períodos da história da humanidade. Qualquer que seja a definição que se queira atribuir à mesma deve ser entendido como um processo contínuo. Sob o olhar histórico dos conceitos de formação humana, os relatos demonstram que Marx (1982) lançou os fundamentos de uma concepção de formação humana, cujo teor apresentou-se explicitado por meio da articulação entre espírito e matéria, entre subjetividade e objetividade, entre a interioridade e a exterioridade do ser social.

Nesse contexto, e retornando a uma fase mais contemporânea da história, Ramos (2005), afirmar que “compreender que homens e mulheres são seres histórico-sociais que atuam no mundo concreto para satisfazerem suas necessidades subjetivas e sociais e, nessa ação, produzem conhecimentos”, na realidade, deixa ver que tal pressuposto traz, à luz do entendimento, que toda e qualquer apreensão de conhecimento está ligada às necessidades concretas do indivíduo em todas as suas dimensões.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2010 p. 87), a ideia de formação integrada sugere:

Separar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão em sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social.

Nessa direção, pensamos ser adequado definir como principal referente para pensar a organização pedagógico-curricular do Ensino Médio as diferentes juventudes que o frequentam, suas identidades, suas culturas, suas necessidades. Parece-nos necessário também que essa formação esteja em conformidade com as transformações históricas e sociais as quais geram e sustentam essa diversidade de juventudes.

Já na visão de Alves, Lima e Cavalcante Júnior (2009),

Talvez a necessidade de um novo perfil profissional explique o porquê de o capital A educação como instância modelada se interessar pela educação do trabalhador. [...] pelo capital, tende a se adaptar no sentido de oferecer ao trabalhador uma formação compatível com o interesse do mercado, isto é, com as novas técnicas de gestão de produção e de organização que mudam o conteúdo do trabalho.

A formação humana nos leva, ainda, ao encontro do avanço do conhecimento científico e tecnológico, e isso significa, em termos curriculares, partir da contextualização dos fenômenos naturais e sociais, de sua significação a partir das experiências dos sujeitos, bem como da necessidade de superação das dicotomias entre humanismo e tecnologia. Tal organização curricular pressupõe, ainda, a ausência de hierarquias entre saberes, áreas e disciplinas.

Para Gramsci (1989), a formação do trabalhador não poderia se dar desvinculada da formação do cidadão. Em que este trabalhador possa fazer a leitura do mundo, atuando como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

Diante de tais concepções, há de se entender que uma formação humana integral pressupõe que o indivíduo assim formado, não sejam apenas capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural, mas também, estar preparados para o mundo e para o trabalho. Nesse sentido, de acordo com Ramos (2005), o trabalho é mediação ontológica e histórica na

produção de conhecimento. Nessa concepção se tem que todo conceito de formação humana está interligado à produção de conhecimento e atrelado ao trabalho, não se restringindo apenas atender os interesses do capital. Estando inserido e atuando nesta sociedade, técnica e politicamente, de modo competente e ético. Ainda para Ramos (2005), a concepção de formação humana, está integrada a todas as dimensões da vida – constituídas pelo trabalho, pela ciência e pela cultura - com vistas à formação omnilateral dos sujeitos.

Corroborando o enunciado acima, Alves, Lima e Cavalcante Júnior (2009) afirmam que:

A formação na perspectiva do homem omnilateral ou do novo homem só se realizará na construção de uma nova sociedade que organiza o trabalho a partir de novas relações de produção, as quais permitam que as forças produtivas se desenvolvam na lógica de atender às necessidades do conjunto da sociedade e que tenha como horizonte a extinção das classes sociais [...]. Portanto, a tarefa de formação hoje é de criar uma concepção da necessidade da superação do capitalismo, de transformação da sociedade e pela revolução socialista. (2009, p.39)

Tais proposições evidenciam que o conceito de formação humana integral é abrangente e se dá de forma contínua. Diante de tal contexto não se pode falar em formação humana sem levar em consideração uma sociedade mutilada pela máquina produtiva, em prol de atender as necessidades do capital, com sérias rupturas sociais, adaptada em prol de padrões sociopolíticos de uma ideologia capitalista, que, por sua vez, está inserida em uma globalização desenfreada, na busca de mais produções, promovendo cada vez mais uma acentuada desigualdade social.

A perspectiva acima encontra respaldo nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio- DCNEM (Parecer CNE/CEB 05/2011) em que indicam a necessidade de que se realize uma profunda discussão na escola a partir dos fundamentos propostos para o Ensino Médio e que se discuta de qual modo tais pressupostos dialogam ou poderiam dialogar com o projeto pedagógico e com as práticas curriculares da escola.

As DCNEM elegem as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular. Não se trata de organizar atividades ora referentes ao trabalho, ora à ciência, ora à

tecnologia, ora à cultura. O que elas propõem é que toda a atividade curricular do Ensino Médio se organize a partir de um eixo comum – trabalho, ciência, tecnologia e cultura – e que se integre, a partir desse eixo, à totalidade dos componentes curriculares. Compreender a inter-relação destas dimensões na formação humana implica, necessariamente, que se entenda a importância e a dimensão das categorias.

Essas dimensões inserem o contexto escolar no diálogo permanente com os sujeitos e com suas necessidades em termos de formação, sobretudo pelo fato de que tais dimensões não se produzem independentemente da sociedade e dos indivíduos.

As proposições das Diretrizes deixam evidente que, no Ensino Médio, adquire centralidade promover a compreensão do mundo do trabalho, da cultura e das inter-relações entre esses campos e o do desenvolvimento científico e tecnológico, de modo a tomá-los culturalmente, tanto no sentido ético pela apreensão crítica dos valores postos na sociedade quanto estético, com vistas a potencializar capacidades interpretativas, criativas e produtivas da cultura nas suas diversas formas de expressão e manifestação.

Como podemos perceber o discurso e a construção curricular no Mundo e no Brasil não se deu sob uma única ideologia, mas com influência de tendências, objetivos e interesses diferentes. Ao analisar o contexto histórico do currículo e do pensamento pedagógico brasileiro pode-se evidenciar que ambos estão permeados de ideologias, valores e concepções diferenciadas em relação ao processo educacional.

Em vista disso, entendemos como urgente e necessário avançar para implementação um currículo que supere o ideário do dualismo entre formação propedêutica e formação profissional, que venha proporcionar um caminho formativo motivador, de transformação da sociedade em que os sujeitos precisam apropriar dos conhecimentos, ideias, atitudes, valores para uma prática social mais reflexiva, numa perspectiva de uma educação transformadora, que possa interferir de forma crítica no contexto em que estão inseridos, ou seja, uma formação humana integral. Tanto pela integração entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia como pela prospecção de um futuro melhor, articulando a formação cultural e o trabalho produtivo. Currículo este, que apresente uma perspectiva na formação humana dos sujeitos e abra

espaço para que diferentes etnias, gêneros, faixas etárias e necessidades de aprendizagem além de outras categorias da diversidade sejam efetivamente contempladas.

Diante disso, decorre o compromisso com a necessidade de esses sujeitos terem a formação profissional mediada pelo conhecimento. Na perspectiva dessa educação transformadora. Todavia, as possibilidades de integração do Ensino Médio com a Educação Profissional refletirão amparada nas palavras de Ciavatta (2005) quanto ao termo integrar, tornar integro tornar inteiro.

Remetemos o termo ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. (CIAVATTA, 2005 p. 84).

Portanto, defendemos a possibilidade do Ensino Médio integrado à Educação Profissional, tanto possível quanto necessário, tendo a função social de formar os jovens, com base científica e técnica. Primeiro para a vida, depois para o mundo do trabalho, ou seja, oferecer uma Educação Profissional integrada à educação básica. Há necessidade de tirar o foco se desvincular as finalidades do Ensino Médio a preparação para o trabalho do mercado de trabalho e colocá-los sobre as necessidades dos sujeitos.

Uma formação em que a ação educativa está centrada numa perspectiva propedêutica, dissociada do trabalho em suas dimensões ontológica e histórica; da ciência e da tecnologia como conhecimentos produzidos e acumulados pela humanidade e que produzem o avanço contraditório das forças produtivas; e da cultura como código e expressão dos comportamentos dos indivíduos e grupos que integram determinada sociedade e como manifestação de sua forma de organização política e econômica.

É imprescindível que a escola como um todo perceba as *nuances* presentes nas concepções do currículo e do pensamento pedagógico, podendo desta maneira, ter claro na sua práxis pedagógica qual a tendência e qual o currículo que almeja no processo de ensino e aprendizagem. Como lembra Llavador, (1994, p. 370), “a palavra currículo engana-nos porque nos faz pensar numa só coisa, quando se trata de muitas simultaneamente e todas elas inter-relacionadas”.

O currículo como sendo visto, prática socialmente construída e historicamente formada. Ele envolve o conjunto das experiências planejadas proporcionadas pela escola tendo em vista a concretização dos objetivos da aprendizagem. Não é algo estático vinculado somente a conhecimentos que se deseja transmitir. Envolve, também, práticas políticas e administrativas, condições estruturais, materiais e a formação dos educadores.

Reconhecer os sujeitos do Ensino Médio e dar centralidade aos conhecimentos e saberes representa uma intencionalidade política e uma concepção inovadora. Essa perspectiva desloca o Ensino Médio de uma visão abstrata, racionalista para uma compreensão histórica e social do processo educativo e da construção dos conhecimentos nesta etapa formativa.

Apesar de que a classe trabalhadora brasileira e seus filhos precisam obter uma profissão ainda no nível médio. Têm a preocupação de estar inserido o mais breve possível na vida produtiva, por questão de necessidade da complementação de renda e sobrevivência, é algo que acontece assim que esses sujeitos tomam consciência dos limites que sua relação de classe impõe aos seus projetos de vida.

A plena formação humana só pode ser alcançada à medida que o ser humano desenvolve suas capacidades de decisão e ações sustentadas pela superação do antagonismo entre trabalho intelectual e manual, a partir de um ensino pautado na perspectiva de formar sujeitos autônomos, críticos e reflexivos, que estejam capazes de compreender os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, interferindo em seu meio, refletindo sobre sua condição social e participando das lutas em favor dos interesses da coletividade.

Quando se propõem inovações educativas, como esta de integrar o Ensino Médio e a Educação Profissional, é importante considerar as condições, os fatores e as variáveis determinantes de seu êxito ou fracasso. Trata-se de um fenômeno complexo, sem delimitações precisas e que pode ser interpretado sob diferentes pontos de vista. As experiências de integração do Ensino Médio e do ensino técnico de nível médio, requerem uma reorganização curricular é um processo dinâmico, aberto e formativo e sua estratégia de concepção e implementação precisa ser participativa e construída, tendo em vista assegurar sua eficiência no saber encontrar os meios de atingir os objetivos da aprendizagem.

Discutir a educação pelo viés de se pensar na construção do currículo emancipado e emancipador. Não se trata de uma proposta fácil; antes é um grande desafio a ser construído processualmente pelos sistemas e instituições de ensino, objetivando práticas curriculares e pedagógicas que levem à formação integral do educando e possibilitem construções intelectuais elevadas, dando prioridade à autonomia, à democracia e ao respeito à subjetividade do indivíduo, mediante a apropriação de conceitos necessários à intervenção consciente na realidade. Chegar a essa máxima é superar a contradição entre o que a escola tem feito e o que ela precisa fazer para garantir a emancipação do sujeito.

Diante disso, a formação integrada, precisa ir além de proporcionar o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos e acumulados pela humanidade. É preciso, que desenvolva possibilidades formativas que contemplem múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos, reconhecendo-os, não como cidadãos e trabalhadores de um futuro indefinido, mas como sujeitos de direitos no momento em que cursam o Ensino Médio no processo de sua formação, seja proporcionado um efetivo desenvolvimento desses sujeitos para compreenderem o mundo e construirmos seus projetos devido mediante relações sociais e que enfrentem as contradições do perverso sistema capitalista, visando à emancipação humana por meio da transformação social. Nesse processo de formação deve ser proporcionado um efetivo desenvolvimento desses sujeitos para compreenderem o mundo e construirmos seus projetos devidos mediante relações sociais e que enfrentem as contradições do perverso sistema capitalista, visando à emancipação humana por meio da transformação social.

2. O SENTIDO DO CURRÍCULO INTEGRADO E DOS EIXOS ESTRUTURANTES PARA A FORMAÇÃO HUMANA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Pensar a sociedade brasileira fortemente organizada em luta por melhorias e sua relação com a educação é refletir sobre a emancipação como propósito maior e sobre a dimensão política do currículo que se faz permeado

de concepções de ideologia, cultura, poder e de um conjunto de intenções, muitas vezes, explícito ou oculto.

Diante disso, pretendemos colocar em diálogo as diversas concepções do currículo, com ênfase do Currículo Integrado. Para discutirmos o Currículo recorreremos à sua história, à sua origem e às questões atuais em torno da temática em questão. Para tanto, buscando no aporte teórico que as embasam as implicações para a construção de um Currículo Integrado, discutindo-o a partir de análise desses no campo de relações de poder, ideologia e cultura. Para tanto, a partir de aspectos considerados relevantes na revisão bibliográfica de alguns teóricos curriculistas, como representantes da concepção de currículo crítico nos embasamos em: Apple (1982), Giroux (1993) Moreira (1990), McLaren (2000), entre outros.

Na ocasião da pesquisa sobre o objeto de estudo “Currículo e Currículo Integrado”, realizamos o estudo da arte, partindo da sistematização das informações sobre grupos pesquisas, foi utilizado o diretório de grupos de pesquisa do CNPq em atividade no Brasil. (http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf). As informações contidas nesse banco de dados se referem à identificação do grupo de pesquisa, aos recursos humanos que compõem os grupos (pesquisadores, técnicos e estudantes), as linhas de pesquisa e indicadores do grupo.

Buscamos na plataforma dos Diretórios de Grupos de Pesquisa no Brasil. Dados sobre grupos que pesquisam sobre Currículo e Currículo Integrado, a qual possibilita a busca de grupos certificados na base, até o momento do recolhimento dos dados. Identificamos com a expressão “Currículo”, 85 grupos de pesquisas e 354 linhas de pesquisa. Já com a expressão “Currículo Integrado”, apenas 02 grupos de pesquisas e 05 linhas de pesquisa.

Em relação aos periódicos, realizamos a busca no portal de periódicos da CAPES, apenas no conteúdo gratuito do portal, como usuário comum (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>). Fizemos uma busca no campo assunto com a expressão “Currículo”, constatamos a existência de 02 títulos e com a expressão “Currículo Integrado”, não foi localizado nenhum título. Esses dados afirmam a importância do presente estudo com vista a refletir sobre os objetos da educação com escassez de investigação.

Para realização do mapeamento das dissertações e teses, foi escolhido o banco de dissertações e teses da CAPES por ser a base de dados mais completa do Brasil e por disponibilizar em meio eletrônico a produção científica de todos os cursos de pós-graduação existentes e extintos no país. A busca foi realizada com o objeto “Currículo” do ano de 2010 até o dia 22/08/2014. Foram encontrados 1060 registros, e com a expressão “currículo Integrado” no mesmo período 34 registros. Observamos uma multiplicidade cada vez mais crescente de referências teóricas no campo curricular, mais ainda muito escasso pesquisas referentes ao currículo integrado.

Neste capítulo, abordaremos a conceituação da integração, assim como, quais os elementos que colaboram para a práxis escolar na perspectiva da educação humana integral. Assim sendo, partiu-se entender como é possível neste modelo de sociedade, de educação e de escola, uma proposta que rompa com o modelo de escola dual, ou que reafirme a sua necessidade constituída em outras bases. Nossa premissa é a de que a educação tem um papel estratégico, cabe encontrar espaços possíveis para pôr o conhecimento a favor do trabalhador, realçando para isso, quais as mediações que possibilitem fazê-lo.

Sabe-se que o princípio da integração opõe-se dialeticamente à escola capitalista. De acordo com Kuenzer, (2004, p.79) “assim a escola, fruto da prática fragmentada, expressa e reproduz esta fragmentação, por meio de seus conteúdos, métodos e formas de organização e gestão”. Esse cenário escolar provoca uma inclusão excludente, pois sua proposta não possibilita uma educação que amplie efetivamente as possibilidades de inclusão do trabalhador em contexto de Educação Profissional.

A instituição que escolhe desenvolver o trabalho docente e pedagógico ancorado no Currículo Integrado na Educação Profissional está sintonizada como a alternativa de desenvolvimento omnilateral de ser humano, tendo o trabalho como princípio educativo. Ao celebrar a categoria trabalho na concepção curricular, a escola tende a proporcionar uma maior compreensão dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais envoltos dos estudantes em desenvolvimento.

Imbuídos desses interesses e expectativas, tecemos neste capítulo II da dissertação uma discussão sobre o currículo enquanto dimensão fundamental

para a política de Ensino Médio e Educação Profissional, realçando a dualidade entre formação propedêutica e profissional e que busque o sentido para o Ensino Médio que não seja meramente a preparação para o mercado de trabalho e para a fragmentação do pensamento.

2.1 CONCEITOS E CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO

As concepções de currículo podem ser analisadas e discutidas a partir de três tipos de abordagem: tradicionais/ conservadoras, crítica e pós crítica. Silva (2005, p. 35). De maneira geral, as vertentes que discutem conceitos e abordagens de currículos tiveram origem nos Estados Unidos ou na Inglaterra, e influenciando o pensamento escolar do ocidente, destacadamente o cenário brasileiro.

As influências das correntes de pensamento que orientaram a configuração do ensino e precisamente do currículo tiveram origem no começo dos tempos modernos, na Europa. A escola elementar surgiu para atender, sobretudo, as necessidades da nascente burguesia urbana que se constituía. O discurso e a construção das diversas propostas de currículo escolar no Brasil não se deu sob uma única ideologia, mas com influência de tendências, objetivos e interesses apontados nos diferentes contextos da história do país.

Tomando com base Silva (2005), a palavra currículo, de origem latina, regressou à nossa linguística por mediação anglo-saxônica. Vem do latim *curriculum* e significa «pista de corrida». Podemos dizer que, no curso desta “corrida”. Podemos dizer que, no curso desta “corrida”, por meio da trajetória escolar, acabamos por receber muita influência para nos tornar quem somos. Um currículo não surge do nada, mas de intencionalidades, fruto de necessidades sociais, econômicas, científicas, tecnológicas, entre outras.

As concepções de currículo expressam visões, crenças e interesses, pois estas se constituem por meio de processos intencionais que envolvem pessoas concepositoras. Esse processo, pela sua própria natureza do desenvolvimento curricular, não pode ser negligenciado que é caracterizado tanto pelo processo interpessoal (vários autores) quanto pelo processo político (tomada de decisões) das organizações (PACHECO, 2005, p. 40).

Ao estudarmos as concepções de currículo escolar, em distintos tempos, percebemos como um campo⁵ de estudo que recebe influência de teorias do conhecimento no movimento de alterações de seus sentidos. A discussão sobre o currículo escolar vem assumindo importância e ocupando cada vez mais espaço no campo das pesquisas em educação no Brasil. Associada a esta centralidade, identificamos uma multiplicidade cada vez mais crescente de referências teóricas que dialogam sobre esse campo curricular.

Discutir currículo significa discutir a própria educação formal⁶, pois diante de qualquer aspecto que se queira abordar a área, seja a política curricular, a prática pedagógica, as representações sobre diversos elementos, as questões das diversidades, a organização escolar, dentre outros, não há como negar a eminência de um campo de estudos que se dedica a compreender os movimentos de construção da escolarização e seus significados.

Repensar o currículo e a sua expressividade em uma sociedade que clama por aprendizagens significativas implica, acima de tudo, repensar alguns pressupostos que norteiam a sociedade da informação, do conhecimento e das aprendizagens. Nesse contexto, impõe-se romper com a concepção do currículo isolado, descontextualizado, fragmentado que não propicia a construção e a compressão de nexos que permitam a sua estruturação com base na realidade (SANTOMÉ, 1998, p. 40).

Conforme pontuamos, a definição de currículo educacional é condicionada de acordo com cada época vivenciada pela humanidade. A ideia de formação completa do homem, por meio de processos educacionais é discutida desde a antiguidade e exaltada pelo Marxismo⁷ e à Escola Unitária de

5. Segundo Pacheco (2003, p. 55), “para Cloy Hobson (1943, p. 15) “Franklin Bobbitt é corretamente considerado o pai do moderno momento de construção do currículo”. Ele publicou em 1918, nos Estados Unidos, *The Curriculum*.”

6. Chama-se educação formal a que é ministrada formando parte do sistema de educação oficialmente reconhecido, com estrutura e organização aprovada pelos organismos competentes e cujos produtos (aprendizagem ou desempenhos alcançados pelo aluno) são verificados por meio de avaliação e legitimados por diplomas ou certificados.

7. Marxismo é o conjunto de ideias filosóficas, econômicas, políticas e sociais. Baseado na concepção materialista e dialética da História interpreta a vida social conforme a dinâmica da base produtiva das sociedades e das lutas de classes. O marxismo compreende o homem como um ser social histórico e que possui a capacidade de trabalhar e desenvolver a produtividade do trabalho, o que diferencia os homens dos outros animais e possibilita o progresso de sua emancipação da escassez da natureza, o que proporciona o desenvolvimento das potencialidades humanas. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Marxismo>. Acessado em 20 de abril de 2015.

Gramsci⁸, também estava presente no período dos pensadores renascentistas, a preocupação com a formação completa do ser humano. Comenius, na clássica obra “*Didática Magna*”, assinala:

Importa agora demonstrar que, nas escolas, se deve ensinar tudo a todos. Isto não quer dizer, todavia, que exijamos a todos o conhecimento às ciências e de todas as artes (sobretudo se trata de um conhecimento exato e profundo). E pretendemos apenas que se ensine a todos a conhecer os fundamentos, as razões e os objetivos de todas as coisas principais, das que existem nanatureza como das que se fabricam, pois somos colocados no mundo, não somente para que façamos de espectadores, mas também de atores (Comennius, 1985, p. 145).

Entretanto, essa noção de currículo destacado por Comenius deve ser analisada dentro de um contexto histórico e político, diferentemente da discussão de totalidade e omnilateralidade⁹de uma visão mais humanista, em que se percebe o homem de maneira ontológica. Daí a importância de perceber o homem como sujeito do processo de organização, construção e transformação da sociedade.

O Currículo que sugere a formação humana difere de um currículo derivado de concepções pedagógicas tradicionais. É importante ressaltar que em qualquer conceituação de currículo, estar em evidência algum tipo de poder, pois não existe neutralidade no currículo, ele é o veículo de ideologia, da filosofia e da intencionalidade educacional. Para Sacristán,

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos de ensino. O currículo é uma prática na qual se estabelece diálogo, por

8. A escola unitária defendida por Gramsci reúne em si características que priorizam uma cultura humanística e formativa. Esta escola deve estar envolvida com a criação, com o trabalho independente e autônomo, não se preocupando apenas com a exagerada valorização da memória e com o ensino puramente dogmático e repetitivo. http://www.unig.br/cadernosdafaef/vol1_num1/ARTIGO%20RAMOFLY%20-%20CORRIGIDO. Acessado em 20 de abril de 2015.

9. O conceito de ominilateralidade, embora não haja em Marx uma definição precisa é verdade que o autor a ele se refere sempre como a ruptura com o homem limitado da sociedade capitalista. Uma formação humana oposta à unilateral provocada pelo trabalho alienado. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/omnilateralidade/> acessado em 18 de agosto de 2014.

assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam. (2000, p.15-16)

É justamente na construção ou na elaboração dos modelos e das propostas curriculares, que se define que tipo de sociedade e de cidadão se quer construir. É também na construção ou definição dessas propostas, que são selecionados conteúdos, que tem intenção de ajudar as pessoas, a entenderem melhor a sua história e a compreenderem o mundo que as cercam.

Assim sendo, cumpre-me anunciar que esta discussão tem assento na teoria crítica do currículo que vêm questionar a busca da eficiência defendida por Ralph Tyler (1976), em que o currículo deveria ser orientado a partir de quatro questões básicas, a saber:

“1. Que objetivos educacionais deve a escola procurar atingir? 2. Que experiências educacionais podem ser oferecidas que tenham probabilidade de alcançar esses propósitos? 3. Como organizar eficientemente essas experiências educacionais? 4. Como podemos ter a certeza de que esses objetivos estão a ser alcançados?” (SILVA, 2000, p.34).

As questões elencadas anteriormente permanecem à busca da eficiência¹⁰ como critério para o planejamento curricular e a redução do currículo somente à sua dimensão técnica. Essa compreensão de currículo e de planejamento curricular passa a ser alvo de críticas a partir da segunda metade da década de 1970. Como superação do olhar tecnicista, desponta a teoria crítica do currículo, com os estudos sociológicos que questionam o caráter prescritivo, a suposta neutralidade do currículo escolar e sua análise desvinculada do contexto social mais amplo.

A teoria crítica sustentada pela crença de uma escola que tenha seu papel ressignificado na construção de uma sociedade mais democrática e mais justa (MOREIRA, 2002, p. 39). A sua construção passa por fases que subentende no período de 1970 a 1990, concebe que as decisões sobre o currículo compreendem dimensões culturais amplas, como as relações econômicas, as relações de poder, as relações de gênero e etnia.

10. O termo eficiência refere-se atingir o resultado com um mínimo de perda de recursos, isto é, fazer o melhor uso possível do tempo, materiais e pessoas. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/omnilateralidade/a> acessado em 18 de agosto de 2014.

A concepção de currículo crítico elucidada pelo pensamento Michael Apple, o qual esteve envolvido com os movimentos sociais e intelectuais de esquerda dos EUA nos anos de 1980.

Michael Apple revelou-se um intelectual e um pensador *avant la lettre*, denunciando ao longo de mais de três décadas uma explícita evolução intelectual, revelando uma complexidade de pensamento e amplitude de análise e ainda um ecletismo que impede a possibilidade de lhe reduzir a um mero rótulo. Cai assim por terra, os que, de uma forma algo precipitada, o defendem, de uma forma pálida, simplesmente, como um Neo-Marxista. (2002, p. 111).

Michael Apple (1982, p. 252) sustenta que há uma relação estreita entre o modo como se organiza a produção da vida em sociedade e o modo como se organiza o currículo. Ainda que tal relação não se dê de forma direta, só é possível falar dessa relação se pensarmos em subordinação e dominação que existem em nossa sociedade, mas esta é mediada pelos vínculos os quais vão sendo produzidos, construídos, criados na atividade cotidiana das escolas.

Pensar currículo escolar na perspectiva crítica significa realçar as questões de dominação e subordinação, entender as relações entre as várias áreas disciplinares e o modo como elas nos permitiriam enxergar a realidade, para além de direcionar tão somente o olhar para o conteúdo ou forma do currículo. Como afirma APPLE (1982), aprendemos para obter um conhecimento teórico do mundo e isso também deve envolver uma análise das contradições entre as relações de poder. (APPLE, 1982, p. 205)

Quanto a isso Giroux (2005, p.135) nos ajuda a compreender que:

A teoria é um instrumento essencial para o estudo de práticas diárias que circulam através das diversas formações sociais e para a descoberta de melhores formas de conhecimento. Não é necessariamente um luxo relacionado com a fantasia do poder intelectual. Pelo contrário, a teoria é um recurso que nos permite definir e responder a problemas à medida que vão emergindo em contextos específicos. O seu poder transformador reside na possibilidade de gerar formas de ação e não na sua capacidade de resolver problemas. A sua natureza política decorre da sua capacidade de fazer imaginar um mundo diferente e de fazer agir de modo diferente e este é o seu principal contributo para qualquer noção viável de educação para a cidadania.

A Concepção crítica de currículo em que também se insere a produção de Henry Giroux olha os estudos das práticas diárias no cotidiano da escola pela ótica da criticidade necessária para desmascarar as desigualdades sociais e abrir as possibilidades de resistência a estas. Impulsiona a discussão sobre o

papel do professor como intelectual transformador, da escola como esfera pública democrática, em que a voz dos sujeitos é ouvida com os propósitos da produção cultural e da emancipação.

O autor dialoga sobre propostas suficientes à emancipação do sujeito e do espaço escolar. Aponta o currículo como documento politizado e democraticamente construído com suficiência à emancipação. Salienta que o processo de construção do referido currículo deva ser engendrado pelos gestos de refletir criticamente sobre a prática, pensar epistemologicamente, assumir a natureza complexa do processo de construção e, em virtude disso, insistir num refazer consubstanciado pela cultura do diálogo.

Salienta ainda que o currículo emancipador promove a conscientização dos sujeitos, para sua própria emancipação, além de legitimar o espaço escolar enquanto espaço público democrático no qual o professor atua com clareza política. Compreende que os elementos situados nas discussões contemplam os princípios que sustentam as propostas que logram instituir a cultura da autonomia e do respeito e, por eles, da liberdade conscientemente construída.

Quando falamos de currículo, não podemos entender como algo predeterminado, segundo regras e normas específicas. Pensamos em currículo, pensamos em conhecimento, em local privilegiado em que se inter cruzam saberes, poderes e esquecemo-nos de que o conhecimento que o constitui está envolvido no que somos e nos tornamos, nossa identidade, nossa subjetividade. Implica assumir um posicionamento frente às teorias que se desenvolvem na atualidade – entre seus conflitos e crises – anunciando perspectivas que informam nossa compreensão de sociedade e os valores que comungam. O currículo corporifica relações sociais é visto como campo de relações de poder, ideologia e cultura. (SILVA, 2000. p.102-103).

Como Lopes e Macedo ponderam,

“O campo do currículo se constitui como um campo intelectual: espaço em que diferentes atores sociais, detentores de determinados capitais sociais e culturais na área, legitimam determinadas concepções sobre a teoria de currículo e disputam entre si o poder de definir quem tem a autoridade na área.” (2002 p. 17,18)

Sobre o currículo McLaren (1977, p.216) comenta que esse representa “a introdução a uma forma particular de vida; ele serve, em parte, para preparar os estudantes para posições dominantes ou subordinadas na sociedade

existente”. Nesta perspectiva, acredita-se que o currículo venha favorecer uma elite que impõe historicamente o conhecimento válido em prol de uma maior parcela da população desprovidas de conhecimentos.

Para que possamos compreender a relação ideológica posta no currículo, nos embasamos em Moreira e Silva (2002), quando vem afirmar é a veiculação de ideias que transmitem uma visão do mundo social vinculada aos interesses dos grupos situados em uma posição de vantagem na organização social. É por meio do currículo que é traduzida a linguagem do mundo social e uma linguagem que representa a classe burguesa. Isso nos remete à concepção de que o currículo também é inseparável da cultura.

É nesse contexto, que a cultura se dá em meio a relações de poder na sociedade. Por isso, o currículo se torna um terreno propício para a transformação ou manutenção das relações de poder e, portanto, nas mudanças sociais. Daí a importância o pensamento entre ideologia de um processo educacional pautado em uma formação mais humanística, para que o sujeito possa perceber as contradições inerentes em uma sociedade de classes.

Conforme Moreira e Silva (1997, p. 28), “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação”. O currículo escolar tem ação direta ou indireta na no desenvolvimento e na formação do estudante. Dessa forma, percebe-se a ideologia, a cultura e o poder configurados nele.

Giroux concorda com essa concepção ao afirmar que:

Está no âmago da própria definição de pedagogia crítica à vontade coletiva de reformar as escolas e de desenvolver modos de prática pedagógica em que professores e alunos se tornem agentes críticos que questionem ativamente e negociem a relação entre teoria e prática, entre a análise crítica e o senso comum e entre a aprendizagem e a transformação social. (2005, p.135).

Também é pela análise dessas relações de formação de agentes críticos na sociedade que Henry Giroux nos propõe pensar o currículo apoiado nos propósitos de refletir criticamente o caráter político embutido nele, por ele também, favorecer a autonomia da escola proporcionando a torna-se emancipadora.

Contudo, o novo cenário educacional do século XXI apresenta que o grande desafio não é somente discutir as questões apresentadas no currículo oficial. Vai além, das novas concepções educacionais que o professor pretende alcançar neste complexo universo da chamada pós modernidade.

Contribuindo com esta análise, Giroux afirma que:

O pós modernismo, assinala uma mudança em direção a um conjunto de condições sociais que estão reconstituindo o mapa social, cultural e geográfico do mundo e produzindo, ao mesmo tempo, novas formas de crítica cultural. (1993, p. 15)

Ressaltamos que o currículo tradicional não tem mais espaço na atual conjuntura. Defendemos um currículo imbuído de tradições dos diferentes grupos da sociedade. Que para isso, demande de uma formação docente que dialogue com o contexto da conjuntura atual. Um currículo que seja uma experiência de reflexão sobre a própria vida da escola. Na qual os sujeitos sejam obrigados a pensar e refletir sobre suas relações com o mundo, conscientizando-se, emancipando-as.

A construção do currículo voltado para emancipação dos sujeitos realça o caráter político da escola, quanto às escolhas que precisam ser assumidas quanto à concepção de “homem” que se tem sobre os sujeitos que aprendem à seleção dos objetos a serem conhecidos e aos métodos e técnicas que viabilizarão o processo de conhecer.

Por essa natureza é incoerente pensar a construção do currículo distante dos atores que fazem o dia-a-dia escolar acontecer. Assim, o exercício do diálogo à construção do currículo emancipador deve promover a discussão sobre a realidade, problematizando-a, em que os sujeitos sejam tomados pela conscientização e motivados à mudança. Concordamos Giroux e Simon (2011, p. 34) quando afirmam que o currículo emancipador não propõe às diferentes identidades um discurso unificador, mas pretende a reflexão sobre as diferenças, o estímulo às paixões e à imaginação e a superação de formas de exclusão.

Diante da discussão de um currículo que promova a emancipação Giroux (2005), afirma que a proposta de promover a escola à condição de esfera pública com suficiência democrática é responsável também por uma discussão a respeito do papel do professor, sendo intelectual, já revela uma

“luz” necessária aos propósitos de conscientização das massas, garantindo condições de apontar novos rumos a serem almejados. E, se essas garantias se derem no espaço público, estará garantido também que ali serão contempladas as ampliações sociais tão desejadas pela pedagogia crítica.

Também se torna necessário que o currículo, de acordo com Silva (2000,) incorpore os nexos entre o saber, poder e identidade, pois, o currículo é um meio, não somente para se apresentar conteúdos, sugerir expectativas de aprendizagem, mas também orientar a escolha de materiais didáticos, planos e práticas de aula do docente, rumos dos projetos de ensino e pesquisa da escola, e, sobretudo, o exercício de uma política de humanização que considere o sujeito com o qual se trabalha, na qual educamos.

Vale destacar ainda que o currículo constitui o elemento orientador do processo de ensino e de aprendizagem. Contribuindo com essa análise Sacristán afirma que:

O currículo é a ligação entre cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições (Sacristán, 1999, p. 61).

O currículo pode ser compreendido como a seleção dos conhecimentos e das práticas sociais historicamente acumulados, considerados relevantes em um dado contexto histórico e definidos tendo por base o projeto de sociedade e de formação humana que a ele se articula; se expressa por meio de uma proposta pedagógica definida coletivamente e na qual se explicitam as intenções de formação, bem como as práticas escolares as quais deseja realizar com vistas a dar materialidade a essa proposta (SILVA, 2012).

Ao pensar em currículo, devemos pensar em um processo que é construído social e culturalmente, daí afirmarmos que é fruto de conflitos das lutas de classes, tendo em vista as tradições culturais variadas e as diferentes concepções sociais advindas da organização do trabalho e conseqüentemente das lutas de classes. Tais diferenças são realçadas por conta da divisão decorrente da organização do trabalho, visto que a escola, por meio do currículo, historicamente utiliza mecanismos para instituição de um discurso ideológico da classe burguesa.

A sociedade injusta e alienada pode ser transformada à medida que o homem inserido em um contexto, social, econômico, cultural, político e histórico adquire, por meio da reflexão, consciência crítica para assumir-se sujeito de seu próprio destino.

Nesse prisma, a educação, é um agente social que promove a mudança. A visão social da educação e currículo consiste em provocar no indivíduo atitudes de reflexão sobre si e sobre o contexto social em que está inserido. É um processo de promoção que objetiva a intervenção consciente e libertadora sobre si e a realidade, de modo a alterar a ordem social. Sob o norte de emancipação do indivíduo, o currículo deve confrontar e desafiar o educando frente aos temas sociais e situações-problema vividos pela comunidade.

De posse desse conhecimento, acreditamos que o currículo na perspectiva formação humana tem ação direta na formação de pessoas autônomas, conscientes, capazes de interferir na sua realidade, solucionando problemas. Assim sendo, o currículo torna-se imprescindível na transformação das relações de poder e, portanto, nas mudanças sociais.

2.2.CURRÍCULO E A PERSPECTIVA DA INTEGRAÇÃO

Nesse tópico do texto buscamos contrapor o currículo Integrado aos processos de formação meramente voltados para a preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, por meio de uma construção teórica, assim como, sua intenção enquanto proposta de educação transformadora, pois contempla outras dimensões do conhecimento, como a ciência e a cultura. Na tentativa de articulação dialética da teoria e da prática dos processos de ensino e de aprendizagem. Trazer essa visão da totalidade abre um espaço para que o pensamento não fique limitado aos valores hegemônicos da sociedade.

Segundo Bernstein (1988), se faz necessário construir ou buscar uma atitude que rompa ou saia dessa perspectiva de currículo fragmentado, do tipo coleção (BERNSTEIN, 1988) implica não somente um desejo, mas uma vontade política que vá além do discurso, redimensionando velhos paradigmas ou concepções em muitas vezes estão arraigados em nossa formação, acreditando no novo, porque na construção de uma proposta curricular não podemos negligenciar que “[...] é preciso levar em consideração que existem diferentes classes de conhecimento e que cada uma delas é reflexo de

determinados propósitos, perspectivas, experiências e valores humanos” (SANTOMÉ, 1998, p.100).

A concepção apresentada e defendida por Santomé (1998) das diferentes classes e seus reflexos trazem no seu íntimo uma intervenção educativa mais dialógica, que propicia no ato de aprender como no ato de ensinar, uma abertura maior de comunicação entre os atores sociais que constroem o cenário curricular.

Corroborando essa ideia, Bernstein (1988) salienta que o currículo do tipo coleção se expressa por meio de uma relação fechada, conteúdos claramente delimitados e separados entre si. Nessa formatação este tipo de currículo, existe uma relação educativa tende a ser hierarquizada, sendo dessa forma um currículo rígido, pois “a ordem provém de sua natureza hierárquica e das relações de autoridade, da ordenação sistemática dos conteúdos separados, de um controle de exame relativamente objetivo e explícito”. (Ibid., p. 79).

Para tanto, faz-se necessário deixar claro que currículo está sendo, aqui, considerado como forma de superação, o currículo integrado, que possui uma relação aberta entre si. Desafiado pela fragmentação, linearidade e hierarquização que historicamente deixam estanques nos saberes e práticas pedagógicas. Por outro lado, sabe-se que a postura de assumir um currículo integrado é uma atitude desafiadora pedagogicamente, mas também política, pois, implica enorme esforço dos sujeitos envolvidos na sua construção e na sua implementação, assim como, o governo quanto ao investimento em educação.

A decisão de realizar a integração curricular, segundo Ciavatta (2005, p. 84) demanda compreender o sentido quanto ao termo integrar, tornar íntegro tornar inteiro.

Remetemos o termo ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. (CIAVATTA, 2005 p. 84).

Portanto, concebida dessa forma a ideia de integração, é fundamental pensar “nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos

educativos”, conforme explicita Ciavatta (2005), dialogando com as distintas concepções dos sujeitos envolvidos.

Para que este desafio de integração seja possível e bem aproveitada pelas escolas. Um bom ponto de partida está posto entre as finalidades e objetivos da escola à prática pedagógica tornando-os efetivamente concretos. Em quaisquer circunstâncias, será sempre uma construção dinâmica, em que os educandos trazem a partir de suas experiências de vida, que precisam juntar-se aos conhecimentos científicos para significá-los, concretizada nas relações pedagógicas, cujo sucesso depende da participação e da capacidade de auto avaliação destas práticas pelos sujeitos que as tecem, entendendo como alguém dinâmico da interação e dos processos históricos, sociais, econômicos e culturais relevantes que estes vivenciam.

A fim de ampliar o debate em torno do conceito da educação, integração e do currículo, utilizamos uma citação de Ramos (2010), onde destaca:

O conceito de integração, entretanto, vai além da forma. Não se trata de somar os currículos e/ou as cargas horárias referentes ao ensino médio e às habilitações profissionais, mas sim de relacionar, internamente à organização curricular e do desenvolvimento do processo de ensino- aprendizagem, conhecimentos gerais e específicos; cultura e trabalho; humanismo e tecnologia. A construção dessas relações tem como mediações o trabalho, a produção do conhecimento científico e da cultura. O currículo integrado do ensino médio técnico visa à formação dos trabalhadores como dirigentes, tendo como horizonte a superação da dominação dos trabalhadores e perspectivas de emancipação (p.52).

É preciso deixar de lado um currículo disciplinar com conteúdos delimitados, rígidos. A integração representa um grande desafio às instituições, que buscam sistematizar as suas ações educativas na direção de uma formação integral, humanística, de cultura geral e técnica. Em contraponto a isto, busca-se o rompimento com a dicotomia entre o geral e o específico, o político e o técnico, dentro de um sistema capitalista. Moura (2010) afirma que a integração Ensino Médio a Educação Profissional

Representa uma possibilidade de avanço na direção de construir um ensino médio igualitário para todos, pois apesar de não se confundir com a politecnia, fundamenta-se em seus princípios e é exigência de uma sociedade na qual a elevada desigualdade socioeconômica obriga grande parte dos filhos das classes populares a buscar, bem antes dos 18 anos de idade, a inserção no mundo do trabalho, visando a complementar a renda familiar (2010, p.883).

No tocante a educação, a formação humana integral demanda uma nova função social da escola, um novo conceito de ensinar e aprender, uma definição de tempo e de espaço, tomando o trabalho como princípio educativo. É necessário saber que ser humano e que profissional se que formar. Nesse processo de formação, o planejamento, a organização, a sistematização, o controle e a orientação do processo didático da atuação docente e a participação ativa do estudante se tornam importante, construindo propostas e projetos pedagógicos comprometidos como base da formação de personalidades críticas e transformadoras, favorecendo no processo afirmativo da própria identidade dos sujeitos de ensino-aprendizagem, estudantes e professores.

Necessariamente, a construção do currículo integrado exige uma mudança de postura pedagógica, um reordenamento da estrutura física, pedagógica e de pessoal das instituições, constituindo uma nova relação da escola com o mundo do trabalho. Precisamos pensar em uma educação que veja o homem como um ser histórico, social e concreto. É preciso uma disposição verdadeira para o rompimento com a fragmentação dos conteúdos, uma tentativa de possibilidade de ruptura com o isolamento disciplinar e com as dicotomias teoria/prática e Educação geral/Profissional para propor atividades integradoras.

Para tanto, se faz necessário selecionar e organizar conteúdos que viabilizem o conhecimento da realidade vivida e das experiências destes sujeitos, que reafirmem seu potencial de protagonistas da história e da cultura, no qual esses sujeitos possam ter acesso aos conhecimentos científicos e culturais da humanidade e possam também, ter acesso a espaços para o desenvolvimento da experimentação e das práticas de estudo e investigação.

Pensar o currículo integrado na perspectiva de uma formação integral, e pensar que os sujeitos possam ser propiciados um desenvolvimento omnilateral, portanto, suas múltiplas dimensões e da superação da dualidade brasileira estrutural da sociedade e da educação, sendo proporcionada a compreensão dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais em que estejam inseridos.

Assim sendo, como um instrumento capaz de auxiliar educandos e educadores na identificação das contradições existentes no sistema econômico

e social (Frigotto, Ciavata e Ramos, 2005). Para que isso ocorra, no entanto, é fundamental entender que “Não se trata de uma ferramenta de ensino (aspecto operacional/instrumental/metodológico), mas de uma concepção de currículo e prática pedagógica” (LIMA FILHO; MACHADO, 2012, p. 5).

O currículo assim pensado é uma relação entre partes e totalidade. Ele organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações históricas e dialéticas que constituem uma totalidade concreta. Esta concepção compreende que as disciplinas escolares são responsáveis por permitir apreender os conhecimentos já construídos em sua especificidade conceitual e histórica; ou seja, como as determinações mais particulares dos fenômenos que, relacionadas entre si, permitem compreendê-los.

Nesse contexto apresentado, precisa-se de uma atitude docente diferenciada. Essa passa necessariamente pelo processo de formação inicial e continuada que deve estar subjacente à Política Pública de Educação Profissional. Daí se afirmar que o ensino pautado em um Currículo Integrado se diferencia dos projetos vinculados aos interesses de mercado. É um ensino que pretende formar um profissional crítico, que seja capaz de refletir sobre sua condição social e participar das lutas em favor dos interesses da coletividade.

Diante do exposto, a Política Pública de Educação Profissional vêm se consolidando e construindo uma identidade própria. Em seu percurso histórico apresentou alguns avanços e recuos, porém, em termos de avanços destacamos a concepção de Currículo Integrado. A discussão sobre esta concepção data da década de 1990 e por meio do Decreto n. 5.154/2004 foi instituído, embora saibamos que um Decreto é provisório, mas ele acena para uma perspectiva, de uma Educação Integrada.

2.3 EIXOS ESTRUTURANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: TRABALHO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA

Previamente a qualquer proposição acerca da organização curricular do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é imprescindível buscar compreender como os eixos estruturantes da base unitária dessa modalidade, trabalho e tecnologia, articulam-se à ciência e à cultura. Diante disso, se faz

necessário discutir o conceito de cada eixo estruturante, para que possamos entender a relevância desses eixos no currículo do Ensino Médio Integrado.

Diante da centralidade dos sujeitos, chegamos a um ponto fundamental no qual a proposição de um Ensino Médio que articule trabalho, ciência, tecnologia e cultura não podem ser homogeneizada e padronizada por parâmetros e prescrições curriculares. Entretanto, é preciso assegurar que um conjunto de conhecimentos e saberes científicos, éticos e estéticos seja garantido no Ensino Médio a partir da diversidade dos seus sujeitos. Isso nos coloca diante do desafio de que todos possam ter o direito ao patamar básico nesta etapa de educação básica com um grau de universalidade histórica construída nessa diversidade que contribuam para promover a pretendida integração, visando a atender às necessidades e características sociais, culturais, econômicas e intelectuais dos estudantes.

Nesse sentido, buscaremos compreender sentido do trabalho como mediação entre o homem e a natureza e, portanto, elemento central na produção da existência humana. Dessa forma, é na busca da produção da própria existência que o homem gera conhecimentos, os quais são histórica, social e culturalmente acumulados, ampliados e transformados.

O conceito de trabalho aparece no PARECER CNE/CEB Nº: 5/2011 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio na perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência. Se configurando com caráter teleológico da intervenção humana sobre o meio material, isto é, a capacidade de ter consciência de suas necessidades e de projetar meios para satisfazê-las, diferencia o ser humano dos outros animais, uma vez que estes não distinguem a sua atividade vital de si mesmos, enquanto o homem faz da sua atividade vital um objeto de sua vontade e consciência. Esta dimensão é, assim, o ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais.

Segundo Moura (2011), é importante esclarecer que compreendemos o trabalho como princípio educativo, considerando, portanto, o seu caráter histórico e ontológico na produção da existência humana. O trabalho, como caráter ontológico e histórico, integra e organiza a base unitária do Ensino Médio e permite aos estudantes estabelecer relações entre os conhecimentos

científicos e sua realidade concreta. Assim, assumir o trabalho como princípio educativo na perspectiva do trabalhador, como aponta Frigotto (1989, p.8),

Implica superar a visão utilitarista, reducionista de trabalho. Implica inverter a relação situando o homem e todos os homens como sujeitos do seu devir. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, onde o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo.

De acordo com Saviani (2008) o trabalho como princípio educativo, está em três sentidos, mas articulados entre si:

Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção [...] correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação. [...]. Num segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. [...]. Finalmente o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, à medida que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico (Saviani, 2008, p. 152)

O trabalho como princípio educativo na formação dos sujeitos, na última etapa da Educação Básica, o Ensino Médio, proporciona a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, assim como também, conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a participação na sociedade, transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos.

No tocante a concepção de ciência, pode ser vista como conjunto de conhecimentos sistematizados, legitimados produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade. Expressa-se na forma de conceitos representativos das relações de forças determinadas e apreendidas da realidade.

A ciência e a tecnologia podem ser definidas como um conjunto complexo que compreende e associa dispositivos técnicos, saberes e saber-fazer. São compreendidas também como uma representação dos métodos disponíveis ou pertinentes para resolver algumas necessidades, ou ainda um

conjunto de ideias sobre as experiências, que podem dar visibilidade sobre o futuro possível ou provável para as tecnologias (PINCH; e BIJKER, 1997,p.95).

O desenvolvimento da tecnologia visa à satisfação de necessidades que a humanidade se coloca, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas. A partir do nascimento da ciência moderna, Ramos define a tecnologia, então, como mediação entre conhecimento científico (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real) (2005, p. 25).

O eixo “cultura” se faz relevante porque se refere ao processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do/pelo tecido social, norma de comportamento dos indivíduos numa sociedade e expressão da organização política dessa sociedade, no que se refere às ideologias que cimentam o bloco social (GRAMSCI, 1991).

Por essa perspectiva, a cultura deve ser compreendida no seu sentido mais ampliado possível, melhor dizendo, como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização, constituindo o modo de vida de uma determinada população.

Dessa forma, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura são instituídos como base da proposta e do desenvolvimento curricular no Ensino Médio Integrado, que exige uma atualização do Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares, o reconhecimento do professor como sujeito e protagonista desse novo desenho curricular, representando uma possibilidade de êxito do projeto a ser construído, que passem de documentos os quais apenas atendem às exigências burocráticas dos sistemas de ensino e terminam sendo arquivados e esquecidos.

Os eixos estruturantes do Ensino Médio devem estar articulados entre si, para possibilitar uma formação omnilateral dos sujeitos. Com isso, torna possível um Ensino Médio que supere a dualidade da formação propedêutica da profissional, deslocando o foco da inserção no mercado de trabalho para a formação humana integral.

3. A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO ESTADO DE PERNAMBUCO (2010-2014)

As políticas públicas de Educação Profissional no Brasil, ainda estão em fase de grandes discussões, cada vez mais estão sendo revestidas como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea. Para tanto, suas dimensões são amplas e complexas e não se restringem, portanto, a uma compreensão que, simplesmente, treina o trabalhador para empregabilidade e repetição de tarefas.

Esse texto apresenta algumas reflexões acerca da implementação e expansão das políticas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio realizada pela Secretaria Executiva de Educação Profissional do Estado de Pernambuco a partir do ano de 2010. No entanto, a questão fundamental da Educação Profissional envolve necessariamente o estreito vínculo com o contexto maior da educação, vista como instrumento de transformação da sociedade em que os sujeitos precisam apropriar-se dos conhecimentos. Assim como, um processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, ético-políticas e desenvolva um espírito investigativo, uma visão crítica, sabendo resolver problemas e conflitos para atuar na sociedade.

Portanto, há necessidade ainda de discussões e reflexões acerca dessa temática. Neste contexto que propomos analisar as políticas de Educação Profissional na Rede Estadual de Educação de Pernambuco, a partir da implementação dos Programas no Estado, Programa Brasil Profissionalizado, como Programa Nacional que propõe a Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio na rede Estadual de Educação e o Programa de Modernização da Gestão Pública, como também, descrever a trajetória da implantação Secretaria Executiva de Educação Profissional e suas responsabilidades.

Entendemos como obrigação do Estado gerar desenvolvimento sustentável, efetivo e de excelência, assim como ofertar uma educação de qualidade. No entanto, a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, teve a necessidade da entrada de outros atores no processo de

desenvolvimento socioeconômico e educacional, firmando a parceria com o Instituto Oi futuro, para implantação de núcleo Avançado em Educação – NAVE.

Nesse sentido, terçemos uma discussão, a fim de entender como vem sendo a experiência de parceria pública privada na Educação Profissional no Estado de Pernambuco. Dessa forma, resgatando a trajetória da implantação atual Escola Técnica Estadual Cícero Dias.

3.1 POLÍTIICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO

No estado de Pernambuco, vem tendo crescimento econômico, reflexo de investimentos em diversos setores, recursos federais captados, instalações de empresas, como o Complexo Industrial Portuário de Suape, instalado, parte, no município do Cabo de Santo Agostinho e, parte, no município de Ipojuca, vem sendo objeto de uma soma vultosa de investimentos, desde o ano de 2007, sendo constatado no ano 2010 que já havia sido viabilizado mais de 17 bilhões de dólares em investimentos que geraram cerca de 15 mil novos empregos permanentes e mais 45 mil empregos temporários para construção dos empreendimentos estruturadores. (SOUZA, 2012)

No setor Automobilístico, a instalação da empresa FIAT e no setor farmacêutico, a instalação da Hemobrás, ambas localizados no município de Goiana, situado na zona da mata norte. Promovendo assim, diversas oportunidades de empregos. Tal processo vem fazendo com que haja uma demanda por diferentes tipos de trabalhadores. Dentre estes, podemos encontrar os que participam todos os dias, da migração pendular, saindo do seu município de origem e deslocando-se para a sua área de trabalho, como também os trabalhadores que optam por demandar moradias próximas ao Complexo Industrial Portuário de Suape, havendo, também, uma subdivisão desta mão-de-obra que irá gerar demandas por tipos habitacionais diferentes (SOUZA, 2012).

No tocante, as redes estaduais de Educação Profissional, têm incentivos do Governo Federal para sua estruturação, como por exemplo, o Programa Brasil Profissionalizado, instituído pelo Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, inicia-se a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

Neste plano, o Ministério da Educação- MEC prevê R\$ 900 milhões para os próximos quatro anos (2008 – 2011) para o incentivo a expansão e modernização de matrículas em Educação Profissional, como também, permitiu que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio se transformasse em alvo dos programas e ações governamentais, liberando financiamento para a melhoria da qualidade e ampliação dessa oferta de ensino nas redes estaduais.

Com o Programa Brasil Profissionalizado, o MEC passou a incentivar os estados e municípios a retomar a Educação Profissional. Para isso, dando assistência financeira e técnica (obras, gestão, formação de professores), em contrapartida os estados e municípios deverão apresentar planos que ofereça novas matrículas em cursos e programas de formação profissional com elevação de escolaridade, como também, deverão criar uma cadeia de oferta que, em sintonia com as demandas regionais e de diferentes modalidades (EJA, a distância, indígena, rural), permitindo que o cidadão tenha ao seu dispor sempre um local para acrescentar formação profissional e escolar a sua vida, seja verticalmente, prosseguindo em etapas superiores, ou horizontalmente, em outras formações de mesmo nível. .

Sendo assim, o Programa Brasil Profissionalizado, de acordo com o documento base (BRASIL, 2007, p.4), busca estimular a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, por meio da integração entre a formação geral e a Educação Profissional, prestando assistência financeira para construção, ampliação, modernização e adequação de espaço físico; construção de laboratórios de Física, Química, Biologia, Matemática, informática e os recomendados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos da SETEC; aquisição de acervo bibliográfico; material de consumo e formação de docentes, gestores e pessoal técnico-administrativo.

O referido programa chegou ao Estado de Pernambuco - PE, após os resultados negativos de avaliações externas¹¹ do Ensino Médio no ano de 2007. Foi instituído um grupo de trabalho na incumbência de formulação da política

11. Avaliação externa é uma avaliação de larga escala, um dos principais instrumentos para a elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e redirecionamento das metas das unidades escolares. Seu foco é o desempenho da escola e o seu resultado é uma medida de proficiência que possibilita aos gestores a implementação de políticas públicas, e às unidades escolares um retrato de seu desempenho. <http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/tipos-de-avaliacao/avaliacao-externa/>

pública de Educação Profissional de Pernambuco. De acordo com seu Plano de Ação de 2007 – 2008,

As discussões foram orientadas pela necessidade urgente de se modernizar os equipamentos de Educação Profissional existentes no estado e construir novas unidades educacionais, ampliando a oferta de cursos profissionais, melhorando a qualidade da mão de obra pernambucana para atender aos Arranjos Produtivos Locais (APL's) e formar o cidadão participativo, crítico e competente em sua área de atuação (PERNAMBUCO, 2007).

Com isso, o governo sentiu a necessidade de propor políticas públicas que possibilitasse modificações nas estruturas organizacionais da Secretaria de Educação do Estado, como forma de intervenção para melhorar o Ensino médio ofertado pela rede pública.

Nesse período, a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA, que respondia pela Educação Profissional no estado, instituída pela Lei Complementar nº 49, de 31 de janeiro de 2003 e corroborada pelo Decreto Estadual nº 25.389, de 14 de abril de 2003, conforme esclarece o artigo 1º:

O Programa de Centros Tecnológicos de Educação Profissional, vinculado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, em consonância com as novas diretrizes traçadas pela Reforma do Estado, através da Lei Complementar nº 49, de 31 de janeiro de 2003, tem por objetivo geral apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado de Pernambuco, através da integração de ações de Educação Profissional, em nível básico e técnico, para jovens e adultos, incorporação e difusão tecnológica e estímulo ao empreendedorismo, visando à geração de emprego e renda, através de parcerias estratégicas envolvendo diferentes setores da sociedade, em especial, o setor produtivo (PERNAMBUCO, 2003, p. 1).

Além do Programa Brasil Profissionalizado, surgiram outros programas, dentre eles o Programa de Modernização da Gestão Pública¹², surge no período de 2007 a 2010, o referido programa se propõe a focar na melhoria dos indicadores educacionais do Estado, trabalhando a gestão por resultados. Tendo como objetivo consolidar nas unidades de ensino, a cultura da democracia e da participação popular, baseada em diagnóstico, planejamento

12. O Programa de Apoio à Modernização da Gestão pública é coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e tem como objetivo geral modernizar a Administração Pública dos Estados e do Distrito Federal, mediante a integração das funções planejamento, orçamento e gestão, visando à melhoria da prestação de serviços para atender as demandas da sociedade. <http://www.seplag.rs.gov.br/conteudo/2862/Programa-Nacional-de-Modernizacao-e-Gestao-Publica---PNAGE>

e gestão. Esse trabalho foi sendo desenvolvido em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC) ¹³ e o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG)¹⁴.

Com a implantação do referido programa, o governo do estado de Pernambuco criou para as Secretarias Estaduais de Saúde, Segurança e Educação um mapa estratégico de acompanhamento mensal das ações desenvolvidas pelas secretarias. No que tange a Secretaria de Educação, foram eleitos dez eixos estratégicos a serem acompanhados e monitorados pela Secretaria de Planejamento e Gestão e pelo Governado do Estado. Dentre os eixos estratégicos encontrava-se a criação do Programa de Educação Integral, com a finalidade de reestruturar o Ensino Médio, que foi instituído em 2008, por meio da Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, que deu início à Política Pública de Educação Integral do Estado, em que foi subsidiada pelo um projeto piloto em Educação Integral para o Ensino Médio no ano de 2004, coma Criação do Centro Experimental Ginásio Pernambucano ¹⁵, considerando a primeira parceira pública- privada na área educacional do estado (PERNAMBUCO, 2008).

Com a revogação do Decreto n. 2.208/1997 e a promulgação do Decreto 5.154/2004, foram criadas as condições para que, no ano de 2009, o Governo do Estado indicasse novamente a Secretaria de Educação de Pernambuco para gerenciar a Educação Profissional, sendo criada, com isso, a Secretaria Executiva de Educação Profissional (SEEP) e instituída por meio de Decreto Estadual nº 33.989/09, passando a compor o organograma da Secretaria de Educação (PERNAMBUCO, 2009).

A SEEP, dentre as suas atribuições, de acordo com Decreto nº 35.681, de 13 de outubro de 2010, que aprova o regulamento da Secretaria Estadual

13. O Movimento Brasil Competitivo tem a missão de contribuir expressivamente para a melhoria da competitividade das organizações privadas e da qualidade e produtividade das organizações públicas, de maneira sustentável, elevando a qualidade de vida da população brasileira <http://www.mbc.org.br/mbc/novo/index.php?option=conteudo&Itemid=25>

14. O Instituto de Desenvolvimento Gerencial é uma sociedade anônima, de capital fechado, não familiar, cujo principal sócio é o Professor Vicente Falconi Campos. A instituição é especializada na transferência de conhecimento gerencial voltados à obtenção de resultados nas organizações privadas (indústria e serviços) e públicas. http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_de_Developolvimento_Gerencial

15. O Centro Experimental Ginásio Pernambucano de acordo com o decreto nº 25.596, de 1º de junho de 2003, tinha como objetivo promover uma mudança significativa nos conteúdos, métodos e gestão dessa etapa de ensino.

de Educação, é de responsabilidade da Secretaria Executiva de Educação Profissional:

Participar da elaboração, implantação e implementação do Plano Estadual de Educação; elaborar, implantar e implementar a Política de Educação Profissional e de Educação Integral, de acordo com a legislação vigente e normas do Sistema Estadual de Ensino e do Conselho Estadual de Educação, nas diversas formas e na modalidade presencial e a distância visando ao atendimento das demandas sociais por educação e trabalho, em consonância com as políticas de governo; acompanhar e avaliar a oferta de Educação Profissional e Educação Integral no Sistema Estadual de Ensino; assegurar a expansão da Educação Integral e da Educação Profissional para todas as microrregiões do estado, atendendo as especificidades dos arranjos produtivos locais, regionais e nacionais; coordenar os processos, programas, projetos, procedimentos e ações desenvolvidas na política da Educação Profissional e Integral (PERNAMBUCO, 2010, p. 45).

Assim como, gestão das Escolas de Referências em Ensino Médio do Estado (EREM's), e Escolas Técnicas Estaduais (ETE's), sendo detentora da autonomia administrativa e financeira do programa. No que tange ao Ensino Médio e cursos técnicos ofertados pelo Estado, a SEEP, a partir de 2010, passou a ofertar a Educação Profissional nas formas articuladas ao Ensino Médio, como prevê a Lei Federal nº 11.741/08, que trata da reforma dos artigos de 39 a 42 da LDBEN sobre a Educação Profissional. Concomitante por meio de oferta em Educação a Distância (EaD) e Educação Profissional técnica de nível médio em tempo integral, nas ETE'se no turno noturno, na forma subsequente, para aqueles estudantes que concluíram o Ensino Médio, portanto o Estado conta com as ETE's que ofertam a Educação Profissional em todas as formas previstas na legislação.

No ano de 2009, quando a Secretaria Executiva foi criada, existiam apenas cinco Escolas Técnicas Estaduais e uma regular que ofertava cursos técnicos, com matrículas apenas nas formas de concomitante e subsequente. Em 2010, foram inauguradas mais sete ETE's, já com oferta da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, em horário integral. Em 2011, mais uma escola foi construída. No ano de 2013, totalizavam 25 ETE's, incluindo a ETE de Criatividade Musical. Em 2014, no Estado de Pernambuco conta com 27 ETE's encontra-se em construção mais 13 Escolas Técnicas, contabilizando 40 ETE's em todo o Estado.

Para uma melhor ilustração, apresentamos a seguir, gráfico mostrando a expansão das ETE's no estado de Pernambuco do ano de 2009 até o ano de 2014.

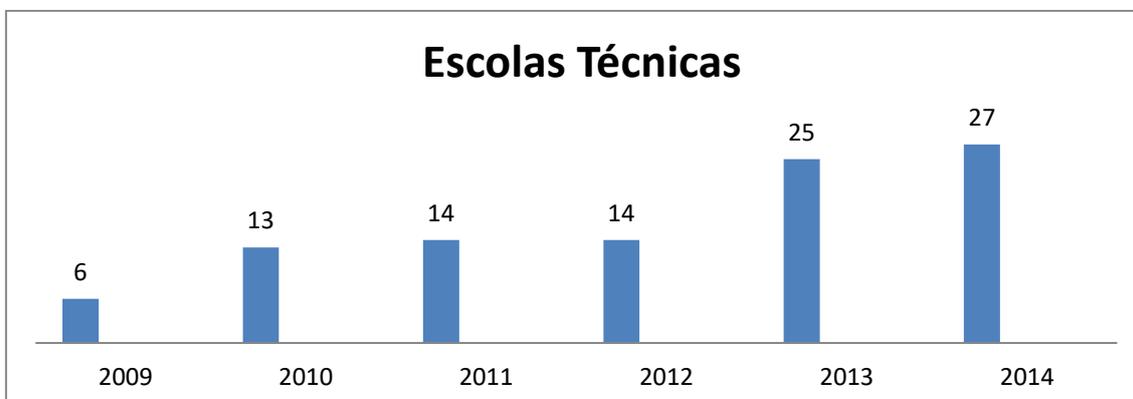


Gráfico 01: Expansão das escolas Técnicas Estaduais no estado de Pernambuco do ano 2010-2014
Fonte: elaboração própria a partir de dados do Sistema de informações da Educação de PE- SIEPE
<http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/>

Com o aumento gradativamente ao longo dos anos das ETES dentro do estado de Pernambuco, observamos uma importância da expansão da Educação Profissional em suas formas concomitante e subsequente para os gestores da Educação de Pernambuco.

A fim de entendermos a oferta de uma educação com a entrada de alguns atores com financiamento no processo de desenvolvimento socioeconômico e educacional. Propomos discutir a legislação que norteia a parceria público privada na área educacional no Brasil e no estado de Pernambuco. Resgatando a experiência da parceria pública privada do Instituto Oi futuro com a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, a atual Escola Técnica Estadual Cícero Dias, objeto de investigação de nosso estudo.

3.2. PARCERIA PÚBLICA E PRIVADA

Ao longo desse tópico, utilizaremos segundo Linder (1999) para descrever empreendimentos cooperativos entre o Estado e as empresas privadas e atualmente desfruta de aclamação em ambas as esferas, a sigla PPP (Parceria Público-Privada). De acordo com Pasin e Borges (2003), a PPP teve origem na Europa, mais precisamente na Inglaterra, em virtude dos desafios encontrados pelo país na busca de caminhos para fomentar

investimentos sem, entretanto, comprometer os escassos recursos públicos, e rapidamente foi adotada por outros países.

Já para o Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (2007), estudos demonstram um potencial importante para países em ascensão e posiciona o Brasil como país de grande potencial futuro de parcerias entre o governo e a iniciativa privada. No Brasil a proposta do PPP teve sua implantação inicial no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), e obteve maior visibilidade a partir da gestão Fernando Henrique Cardoso (FHC), no período de 1995-2002. Alavancado na gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), no período de 2003-2010, ganhando amplitude do desencadeamento desta lógica no Governo de Dilma Rousseff, iniciado no ano de 2011.

Na gestão de FHC, regulamentou-se a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 – Lei das Organizações Sociais Civis de Interesse Público (OSCIP's). Esta lei dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, bem como institui e disciplina o termo de Parceria, e dá outras providências. Ainda neste governo, é instituído pela Lei nº 9.790, de 1999, o Termo de parceria, é um ajuste firmado entre o poder público e as entidades qualificadas, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para o desenvolvimento e a execução de atividades consideradas de interesse público.

Em 2004, já na gestão do presidente Lula, foi sancionada a Lei nº 11.079/04, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Esta lei determina uma forma de provisão de infraestruturas e serviços públicos em que o parceiro privado é responsável pela elaboração do projeto, financiamento, construção e operação de ativos que posteriormente são transferidos ao Estado. Busca propiciar maior atratividade para o setor privado em setores carentes de investimentos públicos. A legislação estabelece normas gerais para essa forma de contrato administrativo de concessão a ser celebrado entre o poder público e a iniciativa privada (PECI e SOBRAL, 2006).

Alvarenga (2005) aponta que, por definição, nas PPP compete à iniciativa privada levantar os recursos financeiros necessários aos

investimentos iniciais do projeto como infraestrutura e despesas pré-operacionais. Ao Estado, cabe pagar pelos serviços em função do desempenho do parceiro privado ao longo da vigência da PPP, que no Brasil varia entre 05 a 35 anos.

No âmbito do estado de Pernambuco, foi o pioneiro a ter gestão compartilhada entre o setor público e o privado nas escolas. Por meio dos chamados PROCENTRO¹⁶. Tal lógica ganhou visibilidade a partir do Governo de Jarbas Vasconcelos (1999-2006), na qual instituída pela Lei 11.743/17, de 20 de janeiro de 2000, e alterações, e regulamentação desta a partir do Decreto nº. 23.046/18, de 19 de fevereiro de 2001. A Lei 11.743/2000 alterada pela Lei 12.973/2005 instituiu o sistema integrado de prestação de atividades públicas não exclusivas com a finalidade de disciplinar a atuação conjunta dos órgãos e entidades públicas do Estado de Pernambuco com entidades do Terceiro Setor (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP ou Organização Social- OS), e das entidades privadas, na realização de atividades públicas não exclusivas, mediante o estabelecimento de critérios para sua atuação, qualificação ou credenciamento e de mecanismos de coordenação, fiscalização e controle das atividades delegadas.

Essas parcerias entre o setor público e o setor privado mediante repasses financeiros extraídos dos cofres públicos, incentivando à participação da iniciativa privada, e a participação de novos atores nas políticas públicas favorece a permanência do setor privado em segmentos da educação, o que vem contribuindo para formação voltada para atender ao mercado de trabalho. Assim, permanece “o caráter predominantemente privado e a apropriação privada de recursos públicos na área” (FRIGOTTO, 2011, p. 246). E as parcerias, conseqüentemente, se configuram como elemento estratégico dessa política,

16 PROCENTRO, programa da Secretaria de Educação de Pernambuco elaborado conjuntamente com a representação direta dos empresários, institucionalizou-se a gestão compartilhada nas escolas de ensino médio em tempo integral.

17 A Lei nº 11.743, de 20 de janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 23.046, de 19 de fevereiro de 2001, a lei sistematizou a prestação de serviços públicos não exclusivos, dispondo sobre a qualificação das entidades privadas sem fins econômicos, que podem vir receber mediante Decreto o título de Organizações Sociais (OS), ou de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), possibilitando a delegação das atividades não-exclusivas do Estado de Pernambuco, por meio da assinatura de instrumentos de pactuação, que são o Contrato de Gestão e Termo de Parceria. <http://www.arpe.pe.gov.br/oscips.php> Acesso em 19 nov 2013.

18O Decreto nº 23.046 de 19 de fevereiro de 2001, regulamenta a Lei nº 11.743, de 20 de Janeiro de 2.000, que instituiu o Sistema Integrado de Prestação de Serviços Públicos Não-Exclusivos; dispõe sobre a qualificação e funcionamento das organizações sociais e das organizações da sociedade civil de interesse público, e dá outras providências. Disponível em: www.mp.pe.gov.br/uploads/.../Decreto_n_23.046_de_19.02.01.doc. Acesso em 19 nov 2013.

sem mecanismos condizentes e suficientes para um melhor acompanhamento e fiscalização desses repasses financeiros.

A apropriação privada de recursos públicos na área de educação é expressa em dados na pesquisa de Grabowski (2010). O referido autor afirma:

Historicamente, desde quando o Estado financiou a formação das elites, fê-lo com recursos públicos e, quando o povo começou a acessar a escola, o mesmo Estado incentivou a expansão da escola privada. O apoio oficial às instituições privadas tem-se concretizado não só por essa omissão, como também pelo financiamento público direto e indireto a elas, com a isenção de impostos, da contribuição previdenciária e do salário educação, além da concessão de subvenções, bolsas de estudo, empréstimos subsidiados, crédito educativo FIES, especialmente a partir de 1960, e, de forma mais acelerada, nas últimas três décadas. O saldo hoje é um ensino superior predominantemente privado 71%, uma educação profissional privada (83,3% nos cursos superiores de tecnologia; 58% nos cursos técnicos e 60% na qualificação profissional), e na educação básica, uma rede de escolas privadas para a formação dos filhos das classes A e B e uma rede pública – precarizada, sucateada, com profissionais de educação desvalorizados – para as classes populares (GRABOWSKI, 2010, p. 22)

A atuação das empresas privadas nas questões educacionais em Pernambuco alavancou a partir das experiências de parcerias público privado desenvolvidas pelo projeto piloto denominado de Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP), com investimentos da iniciativa privada empregados na reforma do prédio e na compra de equipamentos. Dessa forma, iniciou-se um processo de criação de outros Centros de Ensino Experimental no Estado de Pernambuco, com recursos públicos, seguindo a lógica de gerenciamento privado implantado inicialmente no CEEGP.

No âmbito do estado de Pernambuco, com a Lei 12.973/2005, a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, firmar a parceria com o Instituto Oi futuro, para implantação de núcleo Avançado em Educação – NAVE, programa voltado para a pesquisa e o desenvolvimento de soluções educacionais utilizando das tecnologias da informação e da comunicação no ensino médio, capacitando os estudantes para profissões na área digital estruturado sobre três pilares: a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas escolas estaduais, objetos da parceria; o desenvolvimento de atividades de Pesquisa e Inovação (Centro de Pesquisa); a disseminação de metodologias e práticas desenvolvidas pelo Programa (Núcleo de Disseminação). Este núcleo se encarrega de avaliar, sistematizar e tornar

públicos os resultados das pesquisas, com a intenção de tornar acessível a outras escolas e aos educadores o conhecimento produzido pelo NAVE¹⁹.

3.2.1. Trajetória da atual Escola Técnica Estadual Cícero Dias

No início do ano de 2006, através do Decreto nº. 28830 18/01/2006, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco do dia 19/01/2006, foram criados Centro de Ensino Experimental de Boa Viagem²⁰, Inscrição Estadual nº. E 050.150, funcionando em prédio próprio, em tempo integral com a perspectiva de inovação em conteúdo método e gestão.

Segundo Cavaliere (2007), o projeto de escola pública em tempo integral vem sendo discutido no Brasil desde a abertura democrática na década de 1980. A autora traz a importância de refletirmos não apenas no aumento de número de horas da criança ou adolescente na escola, mas na busca de qualidade desse tempo.

Ainda no ano de 2006, em homenagem ao artista Cícero Dias²¹, houve a mudança de denominação para Centro de Ensino Experimental Cícero Dias. O referido Centro propõe favorecer subsídios para uma pedagogia dinâmica, centrada na experiência criativa, e um currículo significativo com diversas atividades didáticas com base em projetos desenvolvidos pelos parceiros institucionais, bem como atividade discente em permanente exercício de apropriação e construção do conhecimento mediado pelo professor em atitude colaborativa e corresponsável, objetivando criar estímulos em seus estudantes para a busca do autodesenvolvimento.

Com a mudança do governo Estadual de Jarbas Vasconcelos para Eduardo Campos, a partir do ano de 2007, não houve renovação do contrato de gestão compartilhada para administração dos Centros de Ensino Experimental. Com a consultoria prestada ao estado de Pernambuco pelo ex-

190 Núcleo Avançado em Educação – NAVE é resultado de uma pesquisa do Oi Futuro – instituto de responsabilidade social do Grupo Oi – acerca das relações possíveis entre educação, tecnologia e cultura contemporânea. Inspirado no modelo de instituições como o Instituto do Coração (INCOR), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Rede Sarah de Hospitais, entre outros, o Nave é uma nova institucionalidade para a criação de novas proposições sobre o Ensino Médio Brasileiro.

20 Centro de Ensino Experimental de Boa Viagem, situada à Rua Marques de Valença, 470, no bairro de Boa Viagem, Recife-PE – CEP 51021-500.

21 Cícero Dias, nascido em Escada, Pernambuco, foi o sétimo dos onze filhos do casal Pedro dos Santos Dias e Maria Gentil de Barros Dias, e passou a infância num engenho de sua cidade de origem, na Zona da Mata pernambucana. A atividade mais intensa no Brasil, com Cícero interessando-se sobretudo por murais., artista pintou diversas telas com retratos de mulheres. Em fevereiro de 2002, Cícero Dias esteve novamente na capital pernambucana para o lançamento de um livro sobre sua trajetória artística e fez uma exposição na galeria Portal, em São Paulo. Morreu em 28 de janeiro de 2003, em sua residência na Rue Longchamp, Paris.

presidente Philips e atual presidente do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), Marcos Magalhães²² em uma das suas avaliações, afirma que problema era de gestão. Portanto, o Estado de Pernambuco firma uma parceria, entre o ICE e a Escola Ginásio Pernambucano, sendo implantada a denominada Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE)²³, filosofia de gestão adaptada da TEO (Tecnologia Empresarial Odebrecht), uma proposta de formar consciência empresarial humanística e se assenta nos quatro pilares da educação contidos no relatório de Delors (1996): aprender a ser, a fazer, a conviver e a aprender.

Um dos seus princípios é a elaboração anual de um Plano de Ação que deverá conter cinco premissas: a atitude empresarial baseada na avaliação de resultados de educadores e educandos, o protagonismo juvenil, a formação continuada dos professores, a corresponsabilidade, e a replicabilidade. A partir dos resultados do Ginásio, o modelo passou a se expandir por outras escolas estaduais de Ensino Médio.

Os referidos centros foram transformados em Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM's), utilizando-se do modelo de experiências das escolas integrais utilizadas no governo de Jarbas Vasconcelos. Para efetivar a proposta como política pública do Estado cria-se o Programa de Educação Integral, mediante a promulgação da Lei Estadual Complementar nº. 125 de 10 de julho de 2008 DOE/PE 11/07/2008. O Art. 4º desta lei determina que "os atuais Centros de Ensino Experimental ficam redenominados "Escolas de Referência em Ensino Médio". Com isso o Centro de Ensino Experimental Cícero Dias passa a ser denominado Escola de Referência em Ensino Médio Cícero Dias.

A fundamentação teórico-metodológica desta Política da Educação Integral de Pernambuco desenvolvida pelas escolas é baseada na Educação Interdimensional, filosofia defendida por Antônio Carlos Gomes da Costa (2001). Sua proposta defende uma educação interdimensional, que pretende formar um homem mais apto, o homem necessário para a construção (tarefa

22 Marcos Magalhães foi aluno do Ginásio Pernambucano. Depois de muito ano afastado da realidade escolar, retornou ao Ginásio Pernambuco e tomou contato com o estado caótico da sua escola e da escola pública de modo geral. Em sua avaliação, o problema era de gestão. Ele propôs ao estado de Pernambuco uma parceria, criou o ICE - Instituto de Corresponsabilidade pela Educação.

23 A partir do ano de 2009, o a sigla TESE ocorreu mudança de nomenclatura para que não pudesse ser confundida com trabalho acadêmico, sendo substituída por TEAR- Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação.

de gerações) de uma sociedade, criando oportunidades educativas que permitam aos educandos envolver-se no fazer, no produzir arte e também no fruir, no apreciar as manifestações artísticas, de modo a desenvolver o seu senso estético e a sua criatividade nesta e em outras esferas do agir humano. Nesse contexto passa-se a trabalhar com os estudantes compreendendo sua integralidade como ser.

Essa proposta foi associada a algumas premissas do referencial teórico da Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação: Gestão de Resultados (TEAR), que se propõe a trabalhar o planejamento estratégico aplicado às escolas, tendo à instituição a obrigatoriedade de elaborar um Plano de Ação, sendo analisado e acompanhado pela a referida autora. Segundo Ivaneide Lima (2011, p. 23), “espelhando-se nas concepções filosóficas da Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), Tecnologia desenvolvida com o objetivo de gerenciar as empresas da Odebrecht e nos quatro pilares da Educação ou aprendizagens fundamentais contidas no relatório de Jacque Delors”. Ainda segundo a autora, “a formação permanente é um princípio inerente ao aperfeiçoamento pessoal e profissional de todos os educadores: gestor, coordenadores, professores e pessoal de apoio pedagógico e administrativo” (LIMA, 2011, p.92).

No ano de 2009, por meio da Portaria nº 182/09 de 02 de junho de 2009, a Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente iniciou a oferta do Curso Técnico em Nível Médio de Programação de Jogos Digitais dentro do Eixo Tecnológico Comunicação e Informática, articulado com o Ensino Médio e desenvolvido de forma integrada, com duas saídas intermediárias, em Programação e em Ilustração para Jogos Digitais. Autorizou a abertura de 03 (três) turmas, cada uma com 45 educandos, conforme consta no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, do dia 03 de junho de 2009.

No ano de 2010, por meio das Portarias de nº 7.248, do Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 19 de agosto de 2010, torna pública a adequação da Matriz Curricular do Curso Técnico em Programação de Jogos Digitais– Educação Profissional técnica de nível médio, com uma saída intermediária (Qualificação Profissional em Programação), do Eixo tecnológico– Informação e Comunicaçãoe por meio da Portaria nº 7249, do Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 19 de agosto de 2010, autoriza o Curso Técnico em Multimídia-

Educação Profissional técnica de nível médio com uma saída intermediária (Qualificação Profissional em Ilustração para Jogos Digitais), com efeito retroativo a 02 de fevereiro de 2010.

No ano de 2011, por meio do Decreto nº 36121 de 21 de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, a Escola de Referência em Ensino Médio Cícero Dias passa a ser denominado de Escola Técnica Estadual Cícero Dias, essa mudança se dar para que essas escolas possam ofertar a modalidade da Educação Profissional e suas formas de oferta. Escola esta que possui enquanto mantenedor o Governo do Estado de Pernambuco, por meio da c e como parceiro o Instituto Oi Futuro que tem a missão de democratizar o acesso ao conhecimento para acelerar e promover o desenvolvimento humano, com projetos nas áreas de Educação, Cultura, Sustentabilidade e Esporte, em todo território nacional.

Antes de se tornar Escola Técnica, a “OI” já desenvolvia seus projetos dentro da Escola de Referência Cícero Dias. Dados expressos no trecho destacado abaixo:

A Escola Técnica Estadual Cícero Dias foi criada especialmente para fazer parte do Núcleo Avançado em Educação – NAVE - uma parceria do Oi Futuro com a Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco. Inaugurado em março de 2006, o NAVE Recife conta hoje com 452 estudantes e tem 135 novas vagas abertas anualmente em seleção pública para estudantes de 14 a 17 anos. Ao final de três anos, os jovens saem da escola com diploma de ensino médio integrado ao profissional. (OI FUTURO, 2012)

3.2.1.1 O contexto atual da Escola Técnica Estadual Cícero Dias

Neste tópico são apresentados os últimos dados obtidos no período de dezembro de 2014 a fevereiro de 2015, por meio da equipe gestora, sobre a estrutura da Escola, relacionadas aos cursos, números de professores, alunos, funcionários.

Segundo Chizotti (2005, p. 103):

[...] o trabalho de campo visa reunir e organizar um conjunto comprobatório de informações. A coleta de informações em campo pode exigir negociações prévias para se aceder a dos que dependem da anuência de hierarquias rígidas ou da cooperação das pessoas informantes. As informações são documentadas, abrangendo qualquer tipo de informação disponível, escrita, oral, gravada, filmada que se preste para fundamentar o relatório do caso que será, por sua

vez, objeto de análise crítica pelos informantes ou por qualquer interessado.

A escola está localizada no bairro de Boa Viagem- Recife PE, com alguns estabelecimentos comerciais à sua volta, como padaria, farmácia, restaurantes, academias, bancos, na zona Sul da cidade do Recife. É toda cercada por grades, o que permite uma boa visualização de seu entorno. A unidade Escolar para ter o controle e monitoramento da presença dos estudantes realiza em sua entrada a biometria. Já o acesso das demais pessoas se dá tanto pelo portão frontal, quanto pelo portão lateral, estacionamento, ambos convergem em um ambiente central para qualquer ambiente da escola. Segue abaixo uma foto da entrada e do pátio da escola.

Falta tirar a foto

Figura 01:Entrada da Escola
Fonte: Elaboração própria

Como as demais Escolas Técnicas do Estado de Pernambuco, a escola *locus* de nossa pesquisa oferta as seguintes formas de Educação Profissional:

Educação Profissional Técnica de Nível Médio

- ✓ Técnico de nível médio em Programação de Jogos Digitais: Desenvolvimento de código de jogos e subprodutos relacionados, utilizando padrões, metodologias, tecnologias, linguagens e ferramentas de programação.
- ✓ Técnico de nível médio em Multimídia: Produção de elementos gráficos dos jogos: roteiros, personagens, cenários e objetos de cenas, entre outros.

Educação à Distância (EAD)

- ✓ Administração: Executar vários tipos de funções de apoio administrativo: protocolo e arquivos, confecção e expedição de

documentos administrativos, controle de estoque, auxiliar o departamento financeiro da empresa.

- ✓ Informática: A instalar e configurar redes, a desenvolver sistemas e websites. Ao concluir o curso, o participante torna-se capacitado para atuar em diversos setores da área de tecnologia da informação.
- ✓ Recursos Humanos: Compreender e aplicar os diversos procedimentos em rotinas de administração de pessoal e administração de recursos humanos para suporte à gestão de pessoas.
- ✓ Serviço de Restaurante e Bar: Gestão, planejamento, organização, operacionalização, comercialização e supervisão dos serviços de alimentos e bebidas em restaurantes, bares e similares, considerando os aspectos de higiene, responsabilidade profissional e qualidade.
- ✓ Segurança do Trabalho: Atuar na prevenção de acidentes do trabalho, em cumprimento à legislação pertinente à saúde e segurança dos trabalhadores, integrantes dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, e também como prestador de serviços nas empresas em geral.

Subsequente

- ✓ Administração: Executar vários tipos de funções de apoio administrativo: protocolo e arquivos, confecção e expedição de documentos administrativos, controle de estoque, auxiliar o departamento financeiro da empresa.
- ✓ Logística: Desenvolver competências profissionais para identificar oportunidades de negócios, propor soluções inovadoras para a área, operacionalizar ações integradas de marketing e vendas e de logística, planejar e operacionalizar a produção, operacionalizar a logística internacional, identificar e operacionalizar custos logísticos e consolidar e integrar, no âmbito da cadeia logística, seus processos.

No que se refere aos quantitativos de estudantes ao longo dos anos de 2011 ao ano de 2015. Segue abaixo Gráfico 02, apresentando as matrículas ofertadas na Escola Técnica Cícero Dias.

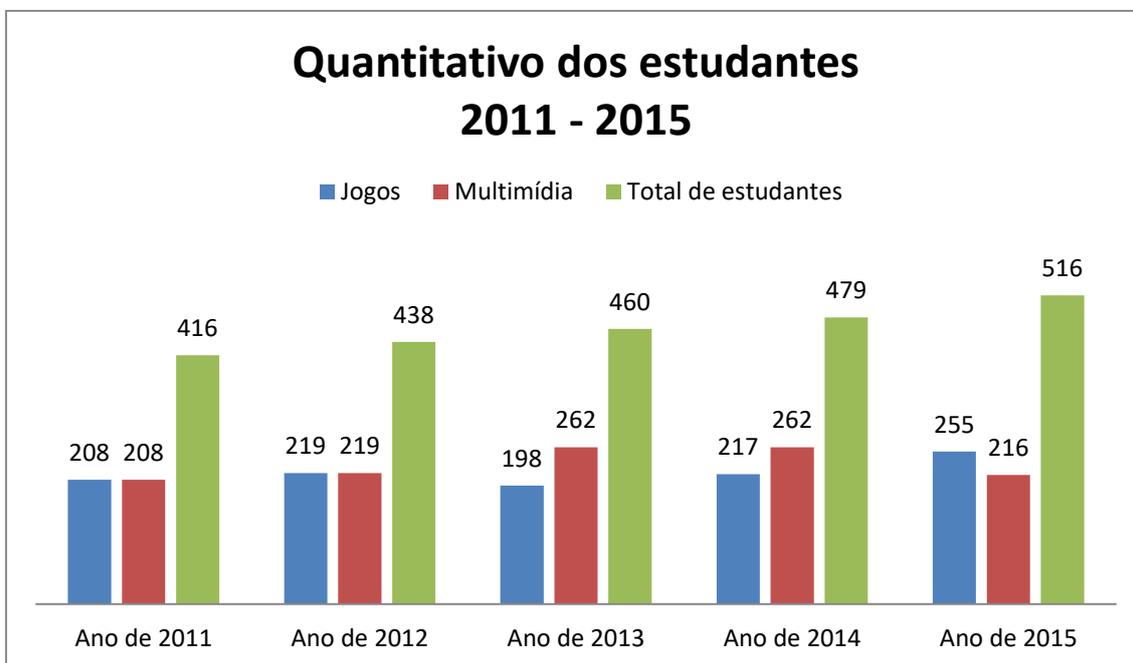


Gráfico 02: Quantitativo de estudantes por cursos oferecidos no Ensino Médio Integrado na Escola Técnica Estadual Cícero Dias
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema de informações da Educação de PE- SIEPE (<http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/>)

Nos anos de 2011, 2013 e 2014, a escola contava respectivamente com 416, 460 e 479 estudantes matriculados distribuídos em 11 turmas de Ensino Médio nos dois cursos oferecidos na instituição conforme mostra o gráfico 01. Essas matrículas estão divididas em 04 (quatro) turmas do 1º ano, 03 (três) do 2º ano e 04 (quatro) do 3º anos. Já nos anos 2012, 2015 contavam respectivamente com 438 e 516 estudantes matriculados distribuídos em 12 turmas de Ensino Médio nos dois cursos oferecidos na instituição. Essas matrículas estão divididas em 04 (quatro) turmas do 1º ano, 04 (quatro) do 2º anos e 04 (quatro) do 3º anos.

Quanto à sua estrutura física, conta com 39 espaços, sendo 01 almoxarifado, 01 auditório, 01 biblioteca, 01 cozinha, 01 espaço sabor, 01 estacionamento, 01 Laboratório de Ciências, 04 Laboratórios de Informática, 02

estúdios de mídia e educação, 01 pátio externo, 02 salas de coordenação, 01 sala de diretoria, 11 salas de aulas, 02 sanitários adaptados.



Figura 02:Sala de aula
Fonte: Elaboração própria

As salas de aulas possuem carteiras estudantis que se interligam num formato de 180°, propiciando uma maior interação entre os estudantes – uma vez que eles trabalham em grupos (times), além de trazê-los mais próximos do professor/educador; toda estrutura foi constituída com base em conceitos que trabalhassem as noções de volume em seu entorno de modo a unir setores como: administração e sala dos professores, as salas de aula e laboratórios, a biblioteca, o auditório, permitindo que todos os espaços estejam ligados e de certa maneira abracem o pátio interno. Tal tipo de distribuição propicia melhor visão em qualquer ponto da escola, além de favorecer a ventilação, propiciar o encontro dos nossos jovens nos horários do intervalo e na culminância de atividades externas às salas de aula.



Figura 03: Biblioteca
Fonte: Elaboração própria

Graças ao layout acolhedor da biblioteca – denominado Espaço de acesso ao conhecimento – os professores de língua portuguesa desenvolvem rodas de leitura e debates com convidados relacionados ao assunto trabalhado em sala de aula; o pátio aberto e ventilado também é usado como sala de aula para aulas dinâmicas e expositivas equipadas com lousa digital e projetor multimídia.



Figura 04: Auditório
Fonte: Elaboração própria

No auditório, local em que ocorre a culminância e socialização das atividades dos estudantes da escola, palestras, reuniões pedagógicas, encontros bimestral com os professores.



Figura 05: Laboratório de Ciências I
Fonte: Elaboração própria

Figura 06: Laboratório de Ciências II
Fonte: Elaboração própria

No que tange aos laboratórios de Ciências I, possuem experimentos e materiais das disciplinas de Química e Biologia, no laboratório de Ciências II, possuem experimentos e materiais das disciplinas de Física e Matemática, segundo a gestora da instituição, podem ser utilizado diariamente com agendamento prévio, atendendo aos planejamentos dos docentes.



Figura 07: Laboratório de Programação de Jogos
Fonte: Elaboração própria

No que se refere aos quatro laboratórios de informática cada um contam com 26 máquinas modernas, totalizando 104 máquinas, atendendo a demanda dos cursos oferecidos na Instituição. Esses laboratórios auxiliam no desenvolvimento de atividades práticas que auxiliam o entendimento das atividades teóricas ocorridas em sala de aula. Também é nesse espaço que acontecem grande maioria das aulas das disciplinas da base técnica.

Quanto à gestão escolar organiza-se em relação ao cumprimento dos horários de atendimento à escola. A gestora está presente na escola nos três turnos – Manhã, tarde e noite; os coordenadores, educadores e os demais funcionários nos períodos matutino e vespertino. Os funcionários de serviços gerais, cozinha e manutenção estão presentes na escola nos turnos da manhã, tarde e noite. Os seguranças atendem 24 horas por dia, sendo dois por plantão de 12 horas.

Quanto à titulação do corpo docente da instituição, segue abaixo o gráfico, especificando a quantidade dos docentes em relação à titulação.

Titulação dos docentes

Total:28

■ Graduado ■ Especialista ■ Mestrado

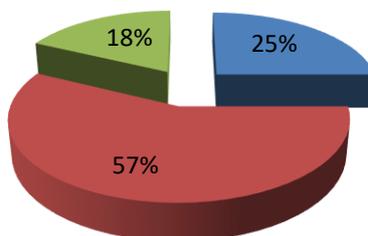


Gráfico03: Titulação dos docentes na Instituição

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Sistema de informações da Educação de PE- SIEPE
<http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/>

A escola conta com 28 professores, sendo 07 graduados, 16 especialistas e 05 mestres, não foi encontrado nenhum com o título de doutor. Os Docentes trabalham no modelo de professores- pesquisadores, além do tempo de regência, esses profissionais realizam pesquisas orientadas sobre as questões que envolvem o trabalho com os estudantes e o ambiente tecnológico oferecido, desenvolvem em suas práticas educativas um itinerário formativo que contempla propostas de didáticas e de avaliações colaborativas, pedagogia da presença, protagonismo juvenil, educação para valores, cultura da trabalhabilidade.

Em consulta, ao projeto político pedagógico da referida instituição, traz a proposta de uma educação inspirada nos princípios de “liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996, p.15), bem como se propõe orientar suas ações pedagógica administrativa e financeira através dos objetivos da construção coletiva e permanente, politicamente comprometido com a Proposta Curricular do Estado de Pernambuco e com os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Também traz no documento, uma gestão democrática e participativa baseada na autonomia, valorizando a relação escola/ comunidade, escola/ professor, e tendo como foco principal o educando e se propõe ancorar em três pilares: Instituição Escolar, Centro de Pesquisa e Centro de Disseminação.

Tendo a intenção de desenvolver uma proposta Norteada da Educação interdimensional idealizada pelo pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa²⁴, privilegiando não apenas o incremento cognitivo do estudante, mas também o seu desenvolvimento total como ser humano, apontando mudanças de conteúdo, de método e de gestão da aprendizagem, visando um projeto educativo capaz de contemplar de forma equilibrada todas as dimensões constitutivas do homem.

Conta também com a parceria do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (C.E.S.A.R), no desenvolvimento de dois cursos, o Técnico de nível médio em Programação de Jogos Digitais que traz como perspectiva a formação de um profissional técnico para atuar como programador de jogos digitais, responsável pelo desenvolvimento de código de jogos e subprodutos relacionados, utilizando padrões, metodologias, tecnologias, linguagens e ferramentas de programação adequadas, finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, e o Técnico de nível médio em Multimídia que trata dos aspectos concernentes à interface de jogos eletrônicos e habilita o profissional técnico a apoiar o projeto de componentes como vídeo, áudio, física, mecânica (gameplay), inteligência artificial (IA), Graphical User Interface (GUI), a modelar classes e “algoritmizar” soluções. Além disso, esse profissional precisa estar apto a apoiar a produção de elementos gráficos dos jogos, como personagens, cenários e objetos de cena.

No tocante a provas realizadas pelos estudantes, a instituição apresentou bons resultados em comparação aos resultados alcançados em âmbito estadual e nacional no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)²⁵, conforme mostra abaixo o gráfico 03. Nos anos de 2009 até 2013, a escola ficou acima da média nacional e estadual. Esses resultados refletem o

24 Antônio Carlos Gomes da Costa foi um dos grandes personagens da história da educação brasileira. Pedagogo, escritor e consultor, Costa dedicou sua vida à educação e foi sistematizador de metodologias para um novo paradigma educacional. Deixou grande contribuição para o cenário da promoção dos direitos e deveres da infância e da juventude, quando trabalhou como um dos redatores da Lei no 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Foi secretário de Educação em Belo Horizonte, oficial de projetos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), consultor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e presidente do Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA). Costa conquistou o primeiro lugar no Prêmio Nacional de Direitos Humanos (1998), foi membro do Comitê Internacional dos Direitos da Criança (Genebra) e do Instituto Interamericano da Criança (Montevideú).

25 Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. A partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior.

diferencial da escola que pode ser observado desde a sua infraestrutura, à formação dos docentes e ao empenho dos estudantes. Esses resultados representam avanços na qualidade da Educação Profissional do estado, mas não devem ser tomados como os únicos fatores da consolidação da Educação Profissional do Estado, pois ainda temos muitos desafios a serem superados.

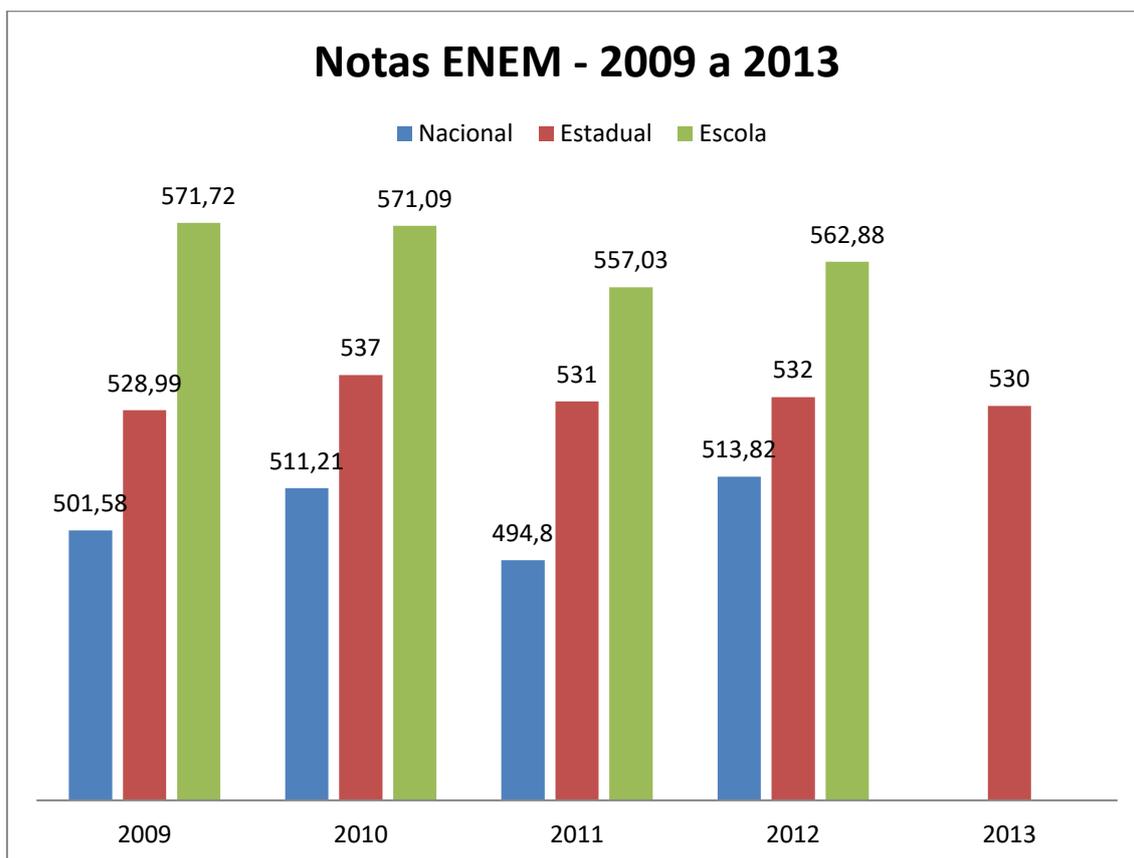


Gráfico 04: Dados do ENEM 2009-2013
Fonte: elaboração própria a partir de dados do portal do INEP
(<http://www.portal.inep.gov.br/enem>)

Além da avaliação nacional que a escola é submetida, o Estado de Pernambuco criou o Sistema de Avaliação Educacional para a Educação Básica (SAEPE) ²⁶ com a finalidade de monitorar o padrão de qualidade do ensino e apoiar as iniciativas de promoção da igualdade de oportunidades educacionais. Para tanto, esta avaliação faz parte da construção do Índice de

²⁶Os testes do SAEPE têm como objetivo avaliar as competências e habilidades, na área de Língua Portuguesa e de Matemática, dos estudantes das redes Estadual e Municipal nas 2ª, 4ª, e 8ª séries ou 3º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, incluindo os projetos de correção do fluxo escolar. Além da aplicação dos testes, a avaliação inclui outros instrumentos importantes, como: o questionário do estudante, cujo objetivo é traçar seu perfil socioeconômico e sua trajetória escolar; os questionários do professor e do diretor, com o objetivo de traçar o perfil dos profissionais da educação de Pernambuco; e o questionário da escola, cuja finalidade é conhecer infraestrutura e os serviços oferecidos por ela, tendo-se em vista identificar os fatores que interferem no desempenho escolar.

Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE), que leva em conta a multiplicação do desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, resultante dos testes elaborados no SAEPE, com a taxa de aprovação em cada uma das séries da educação básica oferecidas pela escola, conforme os procedimentos do Censo Escolar, que apura os índices anuais de aprovação, reprovação e abandono. Os índices obtidos permitem diagnosticar e avaliar a evolução de cada escola estadual, ano a ano. A escola obteve no ano de 2011 a média 3,4 e no ano 2012 a média 5,79. Os dados revelam um sincronismo entre os avanços mensurados pelo ENEM e IDEPE. Cabe ressaltar que os avanços aferidos na avaliação interna representam significativos avanços na qualidade da educação oferecida é importante compreender quais fatores estão imbricados nestes resultados. Por meio do IDEPE, as escolas que alcançarem as metas previsto no Termo de Compromisso firmado com a Secretaria de Educação têm como um requisito fundamental para o estabelecimento do Bônus de Desempenho Educacional-BDE²⁷.

Segundo Frigotto (2011) “as parcerias do público com o privado e dentro de uma perspectiva daquilo que Saviani (2009) denominou pedagogia dos resultados, sem a disputa pela concepção que as orienta” (opcit, p.245). Ainda segundo o autor, a ênfase é dada aos processos de avaliação de resultados batizados pelo produtivismo e à sua filosofia mercantil. É possível observar que a premiação por desempenho é entendida como incentivo. Questionamos se não é uma forma de privatização da escola pública e uma forma de comprar políticas, princípios, enfim, o que Harvey chama de a mercadificação de tudo.

27.BDE (Bônus de Desempenho Educacional) é um incentivo financeiro para os servidores das escolas que alcançaram a partir de 50% da meta estabelecida no Termo de Compromisso. O valor da bonificação varia de acordo com o percentual da meta atingido pela escola, levando em conta o salário base do servidor e o tempo de serviço na unidade

4. OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE EPT DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO: UM OLHAR NA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CÍCERO DIAS

Neste capítulo apresentamos os resultados da pesquisa realizada na Secretaria de Educação Profissional do Estado de Pernambuco e na Escola Técnica Estadual Cícero Dias. Para o desenvolvimento dessa investigação, tomamos como categorias de análise: Políticas Públicas, Ensino Médio integrado a Educação Profissional, Currículo Integrado.

Por meio dessas categorias foi possível explicitar o movimento real do fenômeno estudado, desvelando aquilo que não seria possível perceber num olhar imediato. Estas categorias fazem o trânsito entre a discussão global e o local do estudo, considerando o movimento de realização do capitalismo, o processo de Reforma do Estado, e as políticas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Brasil.

Nessa perspectiva, o sentido da investigação foi o de traçar um panorama sobre a implementação e a execução das políticas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Estado de Pernambuco. Assim como, desvelar o que está ocorrendo na Escola Técnica Estadual Cícero Dias, a partir da visão dos sujeitos envolvidos no processo – gestores, coordenadores, representante do Instituto Oi, professores e estudantes.

O gestor escolar, entrevistado é membro efetivo da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, está na faixa etária acima de 35 anos, com mais de 15 anos na rede pública. Sua **formação** . Os três coordenadores entrevistados, dois deles, são contratados pela empresa CESAR e o outro membro efetivo da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

Os professores entrevistados foram das disciplinas denominadas de básicas e das disciplinas específicas. Estão na faixa etária de 30 a 55 anos. Todos os professores das disciplinas básicas entrevistados são concursados, sendo que os professores das disciplinas técnicas são funcionários vinculados à empresa CESAR.

Vale ressaltar que a implementação e a execução dessas políticas desenvolvidas no âmbito escolar pesquisado não dependem apenas dos sujeitos envolvidos em seu interior, é muito mais complexo, estão atreladas também, as explorações social endêmicas e as contradições existentes na sociedade. Os desafios da integração da Educação Profissional ao Ensino Médio já foram apontados anteriormente, mas serão resgatados aqui para um novo olhar a partir das entrevistas realizadas.

Durante a observação e compilação de dados, as entrevistas foram codificadas adotando-se para os docentes a letra D, seguida de uma numeração sequencial de 1 a 10, para os coordenadores de curso, da mesma forma, CP 1, o gestor escolar GE1, o Gerente Pedagógica da Educação Profissional C1 e C2, o coordenador pedagógico GP1, o Secretário Executivo SE, o representante da Oi R1. No caso dos estudantes como tem dois cursos com várias turmas, foi necessário fazer três codificações Em todos os casos visamos preservar a identidade dos entrevistados, optou-se fazer referência no masculino ou pelo correspondente código especificado anteriormente.

Em pesquisa ao Sistema Educacional de Pernambuco - SIEPE, a escola pesquisada, conta com 163 estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Médio. Optamos aplicar o questionário aos estudantes do 3º ano do Ensino Médio dos dois cursos de Ensino Médio de nível Técnico, oferecidos na instituição de ensino (Jogos Digitais e Multimídia), pelo fato de estarem no ano de conclusão da última etapa da Educação Básica e já ter vivenciado mais tempo na escola.

O quadro 02 abaixo representa a distribuição dos estudantes do 3º ano dos cursos técnico de nível médio da escola pesquisada, respondentes do questionário aplicado:

ANO DOS ESTUDANTES	CURSOS			
	MULTIMÍDIA TURMA 1	MULTIMÍDIA TURMA 2	JOGOS DIGITAIS TURMA 1	JOGOS DIGITAIS TURMA 2
3º ANO	42	41	32	33

Total por curso	83	65
Total dos respondentes	148	

QUADRO 2: QUANTITATIVO DOS ESTUDANTES QUE RESPONDERAM O QUESTIONÁRIO POR CURSO

Dos 163 estudantes matriculados, tivemos um total de 148 respondentes, sendo 83 do sexo feminino e 65 do sexo masculino, contabilizando um taxa percentual de 90,8% dos estudantes, distribuídos da seguinte forma: 74 estudantes matriculados no curso de Jogos Digitais, 65 responderam ao questionário, contabilizando 87,9% do total de estudantes. Já no curso de Multimídias dos 89 estudantes matriculados, 83 responderam ao questionário, contabilizando 93,2% dos estudantes matriculados no curso.

A seguir, apresentaremos a análise dos quatro campos elucidados a partir dos resultados dos questionários e das entrevistas.

4.1 FORMAÇÃO CIENTÍFICO-FILOSÓFICOS ESTUDANTES DOS CURSOS TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Nesse tópico apresentamos a pesquisa desenvolvida por meio de questionários e observações no campo intitulado “Formação científico-filosófica dos estudantes dos cursos técnico de nível médio”, objetivamos identificar, se os estudantes conhecem o conceito de formação humana integral, a importância da formação técnica de nível médio pautada em currículo integrado, a contribuição da escola de Educação Profissional para interesses próprios e os meios utilizados para ao acesso conhecimento científico.

O primeiro questionamento aos entrevistados versou sobre a satisfação dos estudantes em estarem cursando a última etapa da educação básica integrada a Educação Profissional. A pesquisa apontou que 138 estudantes dos entrevistados sentem realizados por estarem cursando o Ensino Médio integrado a Educação Profissional e 10 estudantes não estão satisfeitos com o curso. Para visualizarmos a disparidade entre o número de estudantes

satisfeito e os insatisfeitos apresentamos o percentual do resultado no Gráfico 05.



Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE Cícero Dias. Recife / PE 2015.

Diante do resultado encontrado, e a partir dos dados socioeconômicos disponibilizados pelos estudantes, inferimos que o fator que pode contribuir para a satisfação da maioria dos entrevistados, seja as oportunidades de ter uma formação profissional para serem inseridos no mundo do trabalho cada vez mais cedo, com isso, complementando a renda de suas famílias. Diante do exposto anteriormente, percebemos que a formação para uma profissão interessa aos jovens das classes economicamente menos favorecidos.

Nesse sentido, a escola pesquisada tenta por meio do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional ofertar a formação escolar básica à formação profissional, assim proporcionar aos estudantes uma formação integral. Para uma melhor compreensão do que seja essa formação oferecida pela escola, apresentamos o depoimento abaixo:

Quando esse Ensino Médio integrado está dentro de uma escola técnica ele funciona, por que você tem uma carga horária dividida entre a escola regular e a escola técnica, então essa divisão faz com que o aluno ele consiga diferenciar os dois mundos onde um lhe dá uma formação geral e o outro direciona o mercado de trabalho. (P1,

No depoimento acima, o professor P1 menciona a formação para o mercado de trabalho, isso remete à necessidade dos jovens ingressarem, desde cedo, no mercado de trabalho. Porém a formação na escola não deve se restringir apenas á formação para atender as necessidades imediatas do mercado de trabalho, mas deve formar os sujeitos em todas as suas dimensões, ou seja, formação humana integral.

Diante disso, perguntamos aos entrevistados se no percurso de sua formação houve a reflexão sobre o conceito de formação humana integral. Tabulamos as respostas e chegamos ao seguinte resultado:



Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE Cícero Dias. Recife / PE 2015.

No Gráfico 06, apontou que 139 estudantes refletiram sobre o conceito de formação humana em sua trajetória acadêmica, enquanto 09 estudantes não refletiram sobre conceito de formação humana em sua trajetória acadêmica. A quantidade significativa de estudantes que refletiram sobre o conceito de formação humana integral é um reflexo da formação dos professores que compreendem a formação humana integral nessa concepção:

A formação do ser integral estimula os diversos potenciais cognitivos e sociais dos educando. Uma formação para sua independência cria um cidadão pensante, protagonista e solidário. (P2, PROFESSOR DA ESCOLA TÉCNICA CÍCERO DIAS, 2015, Informação verbal).

Uma educação que vive um desenvolvimento do educando também de forma a torná-lo mais independente a desenvolver uma postura mais crítica uma postura mais cidadã, uma postura mais efetiva a frente às demandas da sociedade e, sobretudo da comunidade. (P3, PROFESSOR DA ESCOLA TÉCNICA CÍCERO DIAS, 2015, Informação verbal).

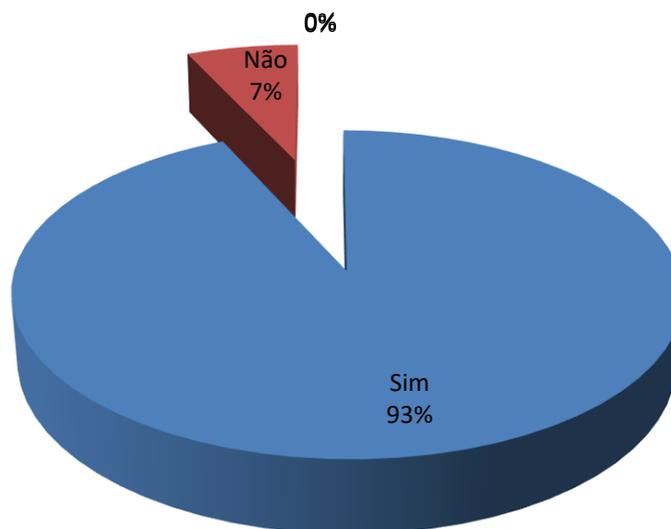
Os depoimentos apontam a necessidade de uma formação que contribuam para uma formação integral dos sujeitos guiadas por objetivos coerentes, que compreenda todas as dimensões do ser humano, tais como: intelectual, social, afetiva e profissional

Sabemos que diante da forma que é posto o Ensino Médio na escola pesquisada, os estudantes necessitam conhecer suas condições sócio-histórico-cultural e considerar que o ser humano deve ser integralmente desenvolvido em suas potencialidades. Não apenas integração dos conteúdos da Educação Profissional e do Ensino médio nas perspectivas interdisciplinar, como diálogo entre diferentes disciplinas.

Para proporcionar a formação humana integral dos estudantes, a escola precisa ter um currículo que integre os conhecimentos científicos aos conhecimentos necessários para a formação profissional. Para tanto, o currículo integrado, por meio os eixos estruturantes, é a base para essa formação omnilateral.

Diante do exposto, se fez necessário pesquisarmos se os estudantes têm clareza sobre o significado e as contribuições do currículo integrado para sua formação, enquanto sujeitos atuantes na sociedade. O Gráfico 07 apresenta o resultado da pesquisa.

Gráfico 07
AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO TÉCNICO DE NÍVEL SOBRE
SUA FORMAÇÃO PAUTADA NO CURRÍCULO INTEGRADO



Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE
Cícero Dias. Recife / PE 2015.

O Gráfico 07 aponta que 138 estudantes afirmam que conhecem o sentido de currículo integrado e percebem que a sua formação tem base curricular integrada. Apenas 10 estudantes não têm clareza do que seja o currículo integrado, nem de suas contribuições.

A concepção de currículo integrado e suas contribuições não é só conhecida e sentida pelos estudantes, mas também pelo o coordenador pedagógico da escola, que ressalta a integração dos conhecimentos como forma significativa de trabalhar as disciplinas. Vejamos:

A integração é o fazer significativo, é trabalhar as disciplinas de modo que o estudante perceba a importância destas, quando a uma interligação dos conhecimentos. A concepção também a gente vai reformulando ao longo do tempo ao longo que vai aparecendo novas maneiras de se fazer. Mais assim a ideia é a gente suprimir nessa integração aquilo que está repetido, então a gente dá uma atenção maior aqueles pontos que convergem e tiram as repetições pra que a gente ganhe tempo pra que o aluno fique estimulado, quando a gente vê três ou quatro disciplinas fazendo uma atividade juntas propondo uma atividade pra os alunos existe uma vamos dizer assim os alunos têm uma percepção diferente, eles ficam mais envolvidos. Quando se muda aquilo que é tradicional e se busca algo diferente se a gente buscar integração normalmente a gente sai do comum que é feito sempre do mesmo jeito, então a gente consegue prender bem melhor a

atenção dos meninos e a gente consegue ampliar e produzir conteúdos novos. (CP1, COORDENADOR DA ESCOLA CÍCERO DIAS, 2015).

A integração das disciplinas, e conseqüentemente dos conhecimentos, também é mencionada pela gestão da educação de Pernambuco como uma forma de ofertar uma educação que possibilite aos sujeitos terminarem a educação básica como cidadãos reflexivos e autônomos, e não uma educação que limite a mero adestramento para exercer funções no mercado de trabalho. Para tanto, a proposta de um currículo integrado, como menciona o depoimento abaixo, contribui para agentes promotores de mudanças:

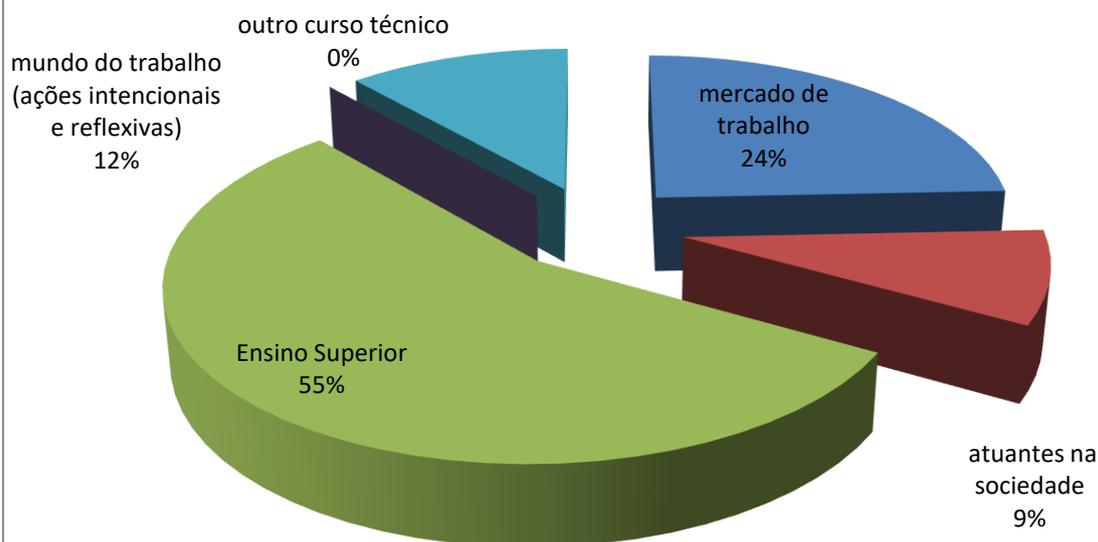
Tratar a integração na perspectiva da construção de um currículo integrado que ultrapasse a divisão dos componentes curriculares em “caixinhas” separadas e sem inter-relação, é algo desafiador por estarmos trabalhando com a quebra de paradigmas. Faz-se imprescindível efetivar uma proposta de integração na Educação Profissional que não oportunize apenas a formação de cidadãos produtivos, mas, sim, de pessoas capazes de ultrapassar a mera execução programada e treinada de um determinado trabalho, sem reflexão, para a percepção de si mesmos como agentes promotores de mudança (GP, GERENTE PEDAGÓGICO DA ESCOLA TÉCNICA CÍCERO DIAS, 2015, Informação verbal)

Assim sendo, buscamos durante as entrevistas com os estudantes avaliar o objetivo da formação ofertada pela escola, por meio do currículo integrado. Com isso, conhecer, por meio das respostas dos estudantes, se a escola tem finalidade de formar para o mercado de trabalho capitalista, para ser cidadão atuante na sociedade, para ingresso no ensino superior, para ingresso em outro curso técnico ou para o mundo do trabalho, a partir de ações intencionais e reflexivas. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012):

A educação profissional integrada ao ensino médio torna-se requisito importante dentro da política educacional brasileira, já que grande parte dos egressos do ensino médio não cursará o ensino superior. “Com efeito, apenas ao redor de 45% dos jovens brasileiros concluem o ensino médio e, destes, aproximadamente, 60% o fazem em situação precária - noturno e/ou supletivo” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 7)

No entanto, diferente da grande maioria dos jovens brasileiros, os estudantes responderam que a escola forma com a finalidade de prosseguimento dos estudos no ensino superior, como apresenta o Gráfico 08.

GRÁFICO 08
AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO TÉCNICO DE NÍVEL
SOBRE O OBJETIVO DA FORMAÇÃO OFERTADA NA ESCOLA

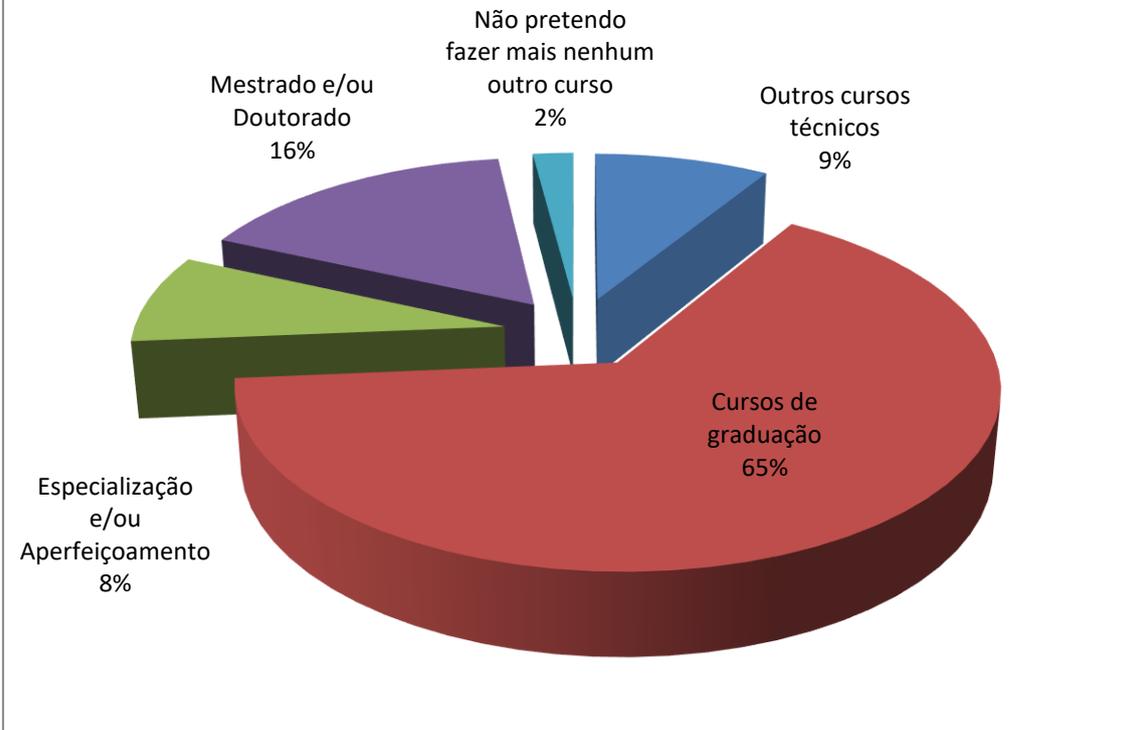


Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE Cícero Dias. Recife / PE 2015.

Assim sendo, o Gráfico apontou que 82 estudantes afirmam que aprendizagem adquirida na instituição é voltada para ingresso em um curso superior, 36 estudantes acreditam que sua formação é voltada para atender as exigências do mercado capitalista, 17 estudantes responderam que a formação volta-se para o mundo do trabalho, a partir de ações intencionais e reflexivas, 13 estudantes afirmaram que a formação é para serem cidadãos atuantes na sociedade. E nenhum respondeu que a formação é voltada para ingressarem em outro curso técnico.

Essa avaliação dos estudantes, quanto à formação ofertada pela escola, atende aos anseios dos mesmos, pois de acordo com a pergunta sobre o que os estudantes pretendem fazer após a conclusão do Ensino Médio integrado à Educação Profissional, aponta que a maioria pretende ingressar no ensino superior. O resultado da pesquisa foi tabulado e apresentado em percentual no Gráfico a seguir:

GRÁFICO 09
AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE OPÇÃO DE
PROSSEGUIMENTO DOS ESTUDOS



Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE Cícero Dias. Recife / PE 2015.

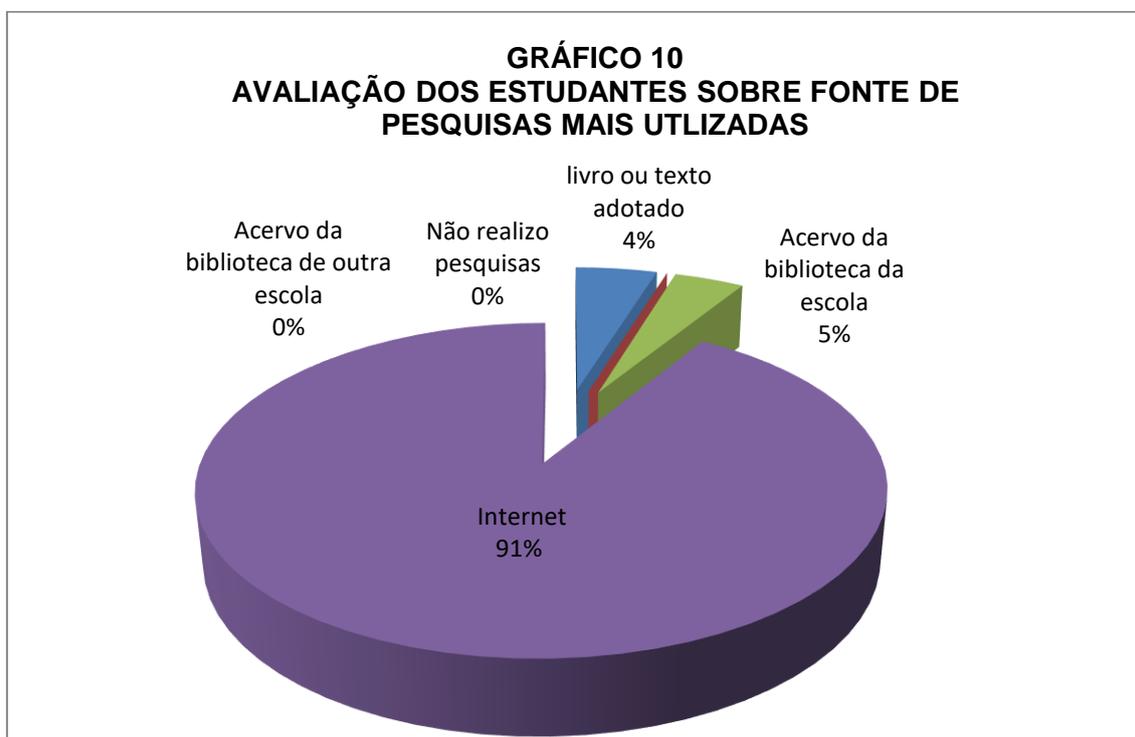
Dessa forma, o Gráfico aponta que 96 estudantes afirmam que pretendem dar prosseguimentos dos estudos por meio de uma graduação, 24 pretendem cursar um mestrado/doutorado, 13 cursar outro curso técnico, 12 um curso de aperfeiçoamento e 03 não pretendem fazer mais nenhum curso.

A opção dos estudantes em seguirem para ensino superior pode estar relacionado com a formação científica que os jovens recebem, a qual faz eles se sentirem preparados para enfrentarem um processo seletivo. De acordo com o Professor P2:

O objetivo no ensino médio integrado em relação ao processo de avaliação dos estudantes é de prepará-los para as avaliações internas e externas (ENEM, vestibulares). (P2, PROFESSOR DA ESCOLA TÉCNICA CÍCERO DIAS, 2015, Informação verbal)

A preparação dos estudantes para a participação nos processos avaliativos para o ingresso no ensino superior, de acordo com a pesquisa, acontece por meios de recursos tais como: acervos da instituição, livros e textos adotados pelo docente e internet. Os recursos servem como fonte de

pesquisa para os estudantes, o que contribui para a aquisição de novos conhecimentos. O Gráfico 10 apresenta quais os recursos mais utilizados pelos estudantes como fonte de pesquisa.



A pesquisa revela que 135 estudantes entrevistados utilizam como fonte de pesquisa a internet, 07 o acervo da biblioteca e 06 livros adotados pelos docentes.

Para entendermos a pesquisa escolar é necessário, primeiramente, conceituar a pesquisa em si. Para Bicheri (2008) pesquisa é um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” e que recorremos a uma pesquisa “quando se dispõe de informação suficiente para responder ao problema”.

A pesquisa escolar, por sua vez, “é condição imprescindível para o desenvolvimento da aprendizagem” (BICHERI, 2008, p.31), pois ela propicia o desenvolvimento da investigação e do conhecimento do estudante.

Levando em consideração que a biblioteca escolar deveria ser o primeiro local para uma pesquisa, pois é onde está concentrado um grande número de informações. Porém, como sabemos, as bibliotecas deveriam abrigar obras de referências e uma variedade de suportes informacionais.

Para BICHERI, 2008, p. 56) a pesquisa escolar é um princípio educativo, pois

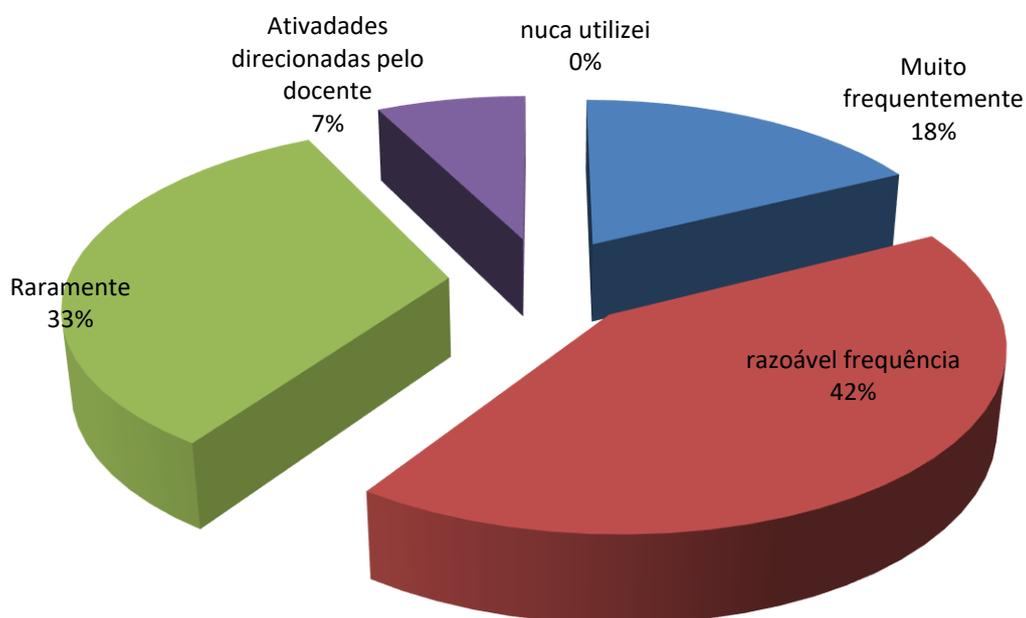
No espaço da educação básica (...) não está em jogo produzir a ciência propriamente, mas construir a metodologia do aprender a aprender. Pesquisa ressalta sua pretensão educativa, emergindo como estratégia de formação, âmago da pedagogia, dentro da didática.

Com o aparecimento da internet, o fluxo de informação tomou tamanha proporção que a cada dia que passa, novas informações são colocadas em rede, levando em consideração a praticidade e a rapidez que a internet trouxe para as pesquisas escolares e como consequência da popularização da internet sendo utilizada tanto para sanar simples dúvidas ou como para realizar pesquisas escolares. Como afirma Campello (2001,p.3)

É preciso lembrar que a sociedade atual, caracterizada pela abundância, por vezes excesso de informação, apresenta ao aluno pesquisador o problema de definir o que é informação suficiente tanto quanto o de selecionar a informação relevante. O desafio para o aluno será, pois, não só o de desenvolver habilidades de ir além da localização das fontes de informação, mas ser capaz de encontrar significados através da produção de sentido em mensagens diversas e numerosas e, por vezes, inconsistentes.

Ainda para o autor (p. 84) “não se pode deixar de mencionar a internet como uma rica fonte de informação para apoiar os trabalhos escolares”, pois “o uso de recursos hipertextuais e interativos devem ser estimuladas”.

GRÁFICO 11
AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A FREQUÊNCIA DO USO DA BIBLIOTECA



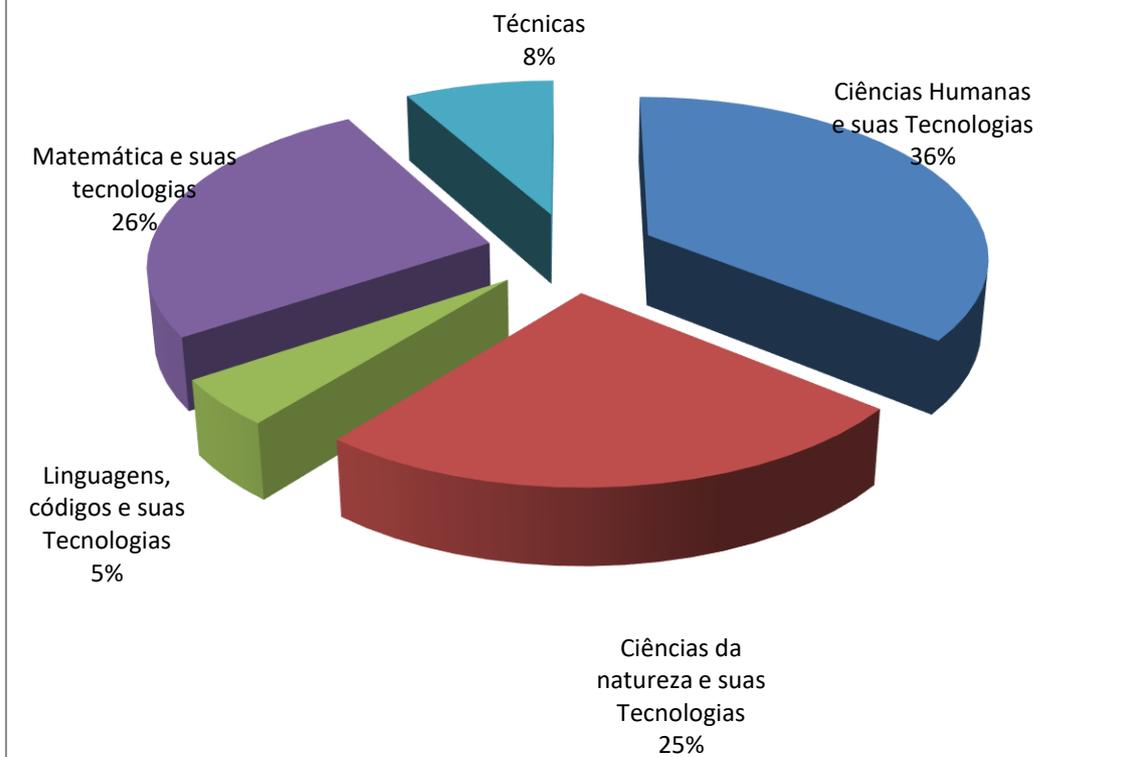
Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE Cícero Dias. Recife / PE 2015.

4.2 CURRÍCULO E OS EIXOS ESTRUTURANTES

Nesse tópico apresentamos a pesquisa desenvolvida por meio de questionários e observações no campo intitulado “Currículo e os eixos estruturantes” objetivo do eixo conhecimento do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional por meio do currículo.

Para tanto, questionamos os estudantes sobre a contribuição dos conteúdos e o seu cotidiano, sobre o conhecimento dos eixos estruturantes, sobre o diálogo com os eixos estruturantes e a sua formação, sobre os conteúdos ministrados pelos docentes. Buscamos no primeiro momento, uma avaliação dos estudantes sobre as disciplinas as quais consideram que contribuem para sua formação. Vale ressaltar, que os estudantes cursam disciplinas propedêuticas e disciplinas para formação técnica profissional. O gráfico a seguir apresenta o resultado da pesquisa.

GRÁFICO 12
AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE AS DISCIPLINAS QUE MAIS CONTRIBUEM PARA SUA FORMAÇÃO COMO CIDADÃO ATUANTE NA SOCIEDADE



Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE Cícero Dias. Recife / PE 2015.

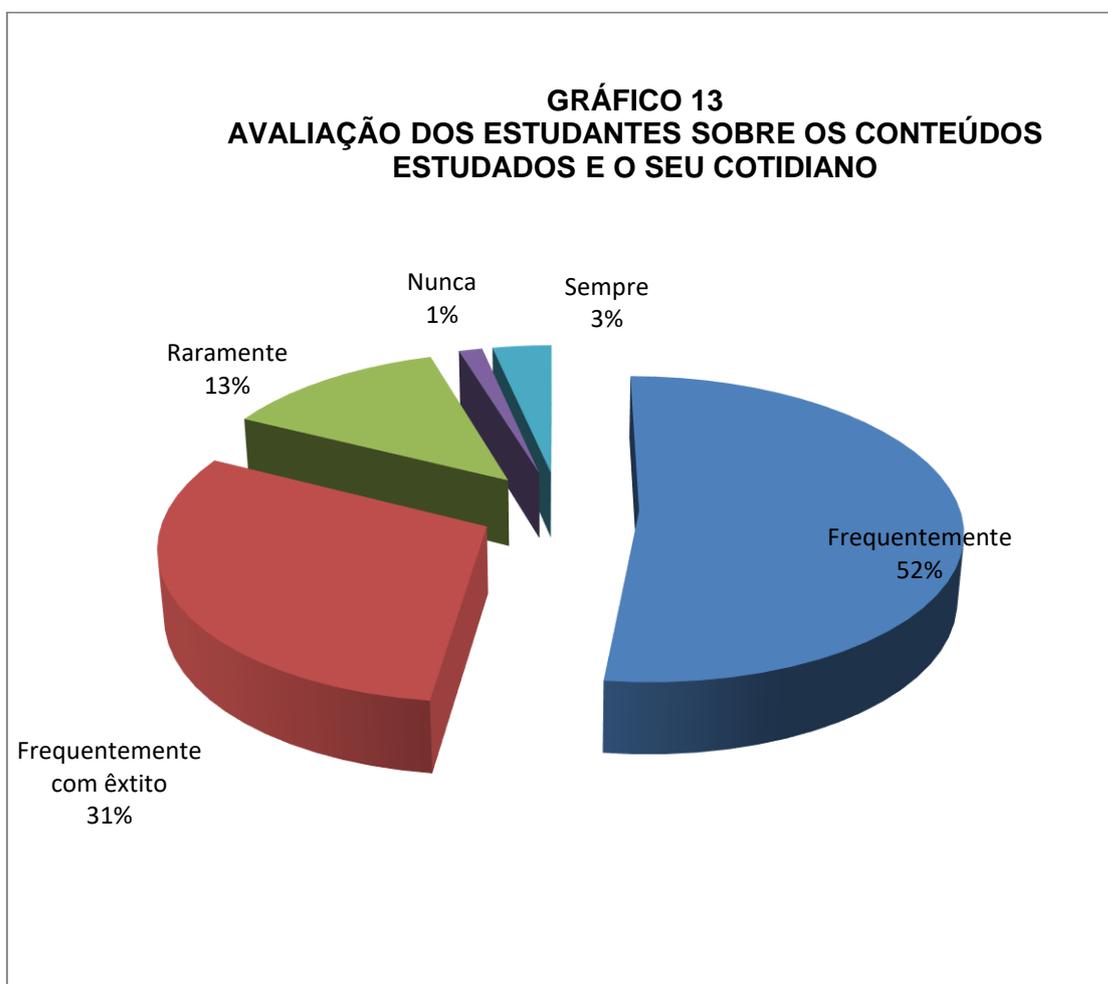
A pesquisa revela que 53 estudantes entrevistados afirmam que as disciplinas das ciências Humanas e suas tecnologias contribuem mais para sua formação como cidadãos atuantes, em segundo lugar com 39 estudantes as disciplinas de matemática e suas tecnologias, com 37 estudantes Ciências da natureza e suas tecnologias, 12 estudantes responderam as disciplinas técnicas e apenas 07 das disciplinas linguagens códigos e suas tecnologias.

Assim sendo, os estudantes reconhecem que as Ciências Humanas e suas Tecnologias trabalhada pelo currículo da escola campo de pesquisa, contribuem para sua formação como sujeitos atuantes na sociedade, pois são disciplinas que proporcionam uma maior reflexão sobre a formação histórico-social do homem.

Quanto às disciplinas relacionadas à Base Técnicas, dos 148 estudantes, 87 deles avaliaram as disciplinas de formação profissional

excelente, devido ao quadro de professores qualificados e a infraestrutura que contribuem para as aulas práticas, que possibilita a relação com a teoria, com isso, uma aprendizagem significativa. Sabemos que não basta à escola que ter currículo que aponte para integração dos conhecimentos, se faz necessárias condições físicas e pedagógicas para que o mesmo seja desenvolvido.

O currículo integrado deve proporcionar uma formação humana integral, para tanto os conteúdos trabalhados na sala de aula, deve fazer relação com o cotidiano dos estudantes. Assim sendo, buscamos uma avaliação dos estudantes quanto à frequência na qual estabelece relação com os conteúdos estudados com o seu cotidiano. Os estudantes avaliaram conforme mostra o gráfico abaixo:

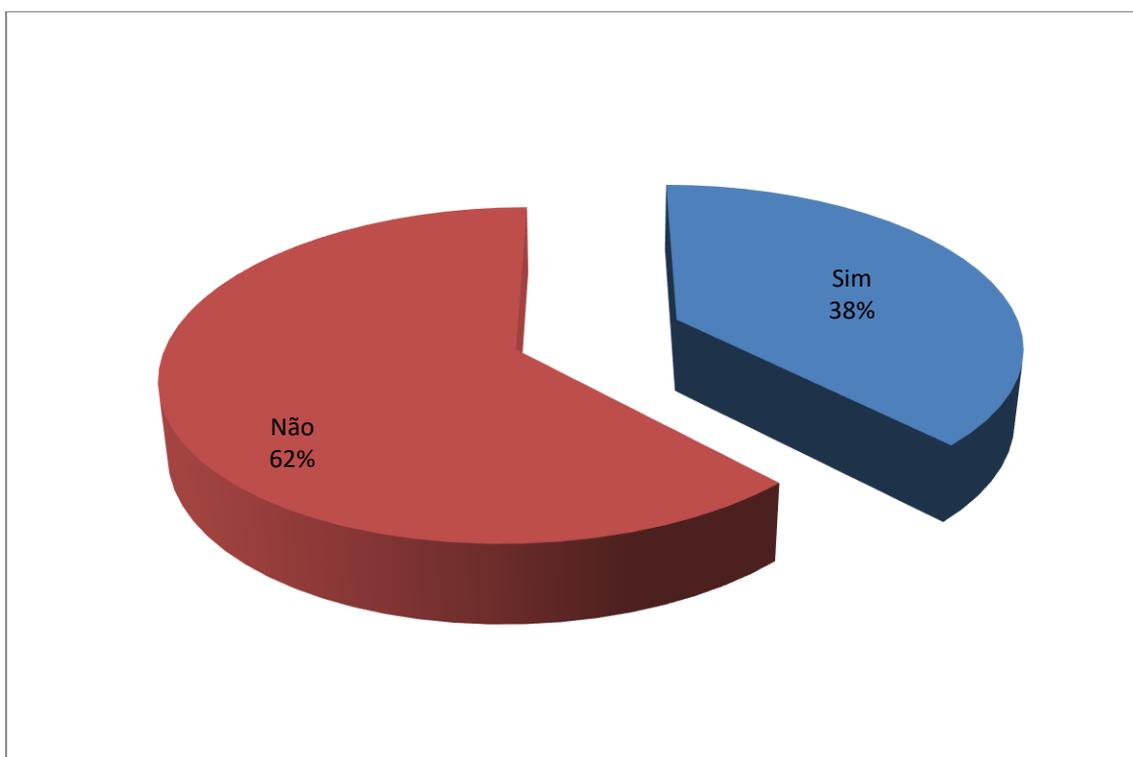


Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE Cícero Dias. Recife / PE 2015.

Os dados da pesquisa apontam que 77 estudantes avaliam que os conteúdos estudados tem frequentemente relação com sua vivência em seu cotidiano, 45 estudantes apontam essa relação frequentemente com êxito, 19 estudantes responderam que raramente consegue fazer essa relação, 5 estudantes conseguem fazer essa relação sempre e apenas 02 nunca conseguem estabelecer essa relação com seu dia- a-dia.

Consideramos que a Educação Profissional tem como base o trabalho como principio educativo que integra os aspectos sociais, históricos e econômicos da atividade.Com isso, uma quantidade expressiva de estudantes (83%) afirmam conseguir fazer a relação entre os conteúdos estudados e o seu cotidiano, sendo essa relação possibilitada, principalmente, pelo caráter dos cursos técnico de Nível médio oferecidos pela instituição pesquisada.

**Pesquisar a importancia da relação dos conhecimento com om cotidiano.
certau**



Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE
Cícero Dias. Recife / PE 2015.

O Gráfico 14 aponta que 92 estudantes afirmam não ter conhecimento sobre os eixos estruturantes no Ensino Médio e 56 estudantes afirmam ter conhecimento sobre os eixos estruturantes.

A quantidade significativa de estudantes que não conhecem os eixos estruturantes do Ensino médio é um reflexo do conhecimento dos professores sobre essas dimensões. Apresentamos o depoimento abaixo:

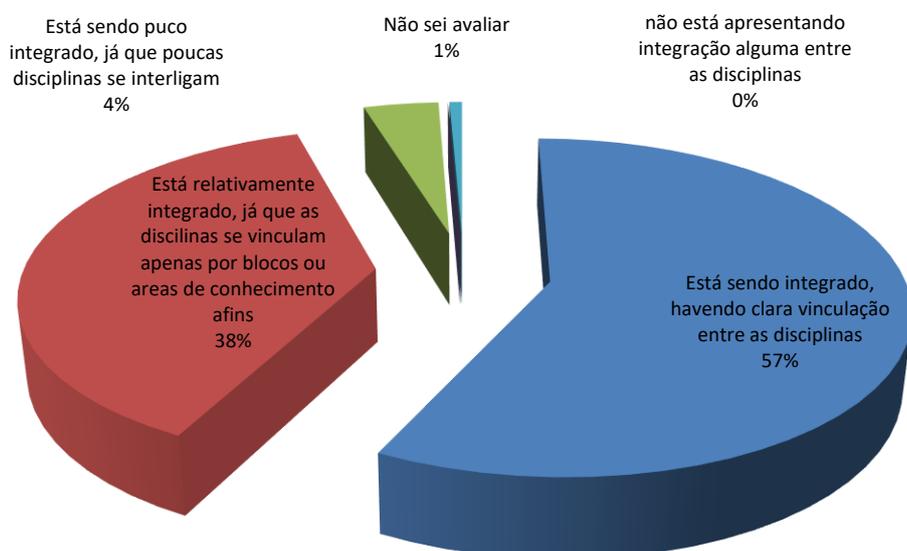
A questão dos eixos estruturantes vamos dizer assim de um técnico integral e da educação de ensino médio integrado da educação profissional que é feita com certo lucro eu acho que a gente tem certo diferenciado e ele é um ponto forte e pode funcionar como um grande eixo que é a educação interdimensional que ela se divide em educação de protagonismo juvenil, e educação para valores, pedagogia da presença ((P4, PROFESSOR DA ESCOLA TÉCNICA CÍCERO DIAS, 2015, Informação verbal)

Devido à falta da compreensão por parte dos estudantes e dos professores da instituição pesquisada dessas dimensões, o entendimento do significado dos eixos estruturantes do EMI: trabalho, ciência, tecnologia e cultura, ficam comprometidos, considerando o aporte teórico das Diretrizes Curriculares do Ensino Médio.

A visão é predominante de que essa formação é a partir do mercado de trabalho e não o trabalho como princípio educativo integrado a ciência, tecnologia e cultura, esses que são indissociáveis, embora não se discuta, de maneira fundamentada, como ocorrem essas inter-relações. Dessa forma, Antunes (2009) traz que Educação Profissional Técnica de Nível Médio, fundamentado nos eixos estruturantes trabalho, ciência, tecnologia e cultura representam uma possibilidade concreta digna para os filhos da classe que vive do trabalho.

Sobre a relação dos eixos na formação dos estudantes, questionamos aos estudantes de que forma o currículo na Educação Profissional Técnica de nível médio dialogam com os eixos: trabalho, ciência, tecnologia e cultura, como referenciais fundamentais em sua formação. O gráfico abaixo apresenta o resultado da pesquisa.

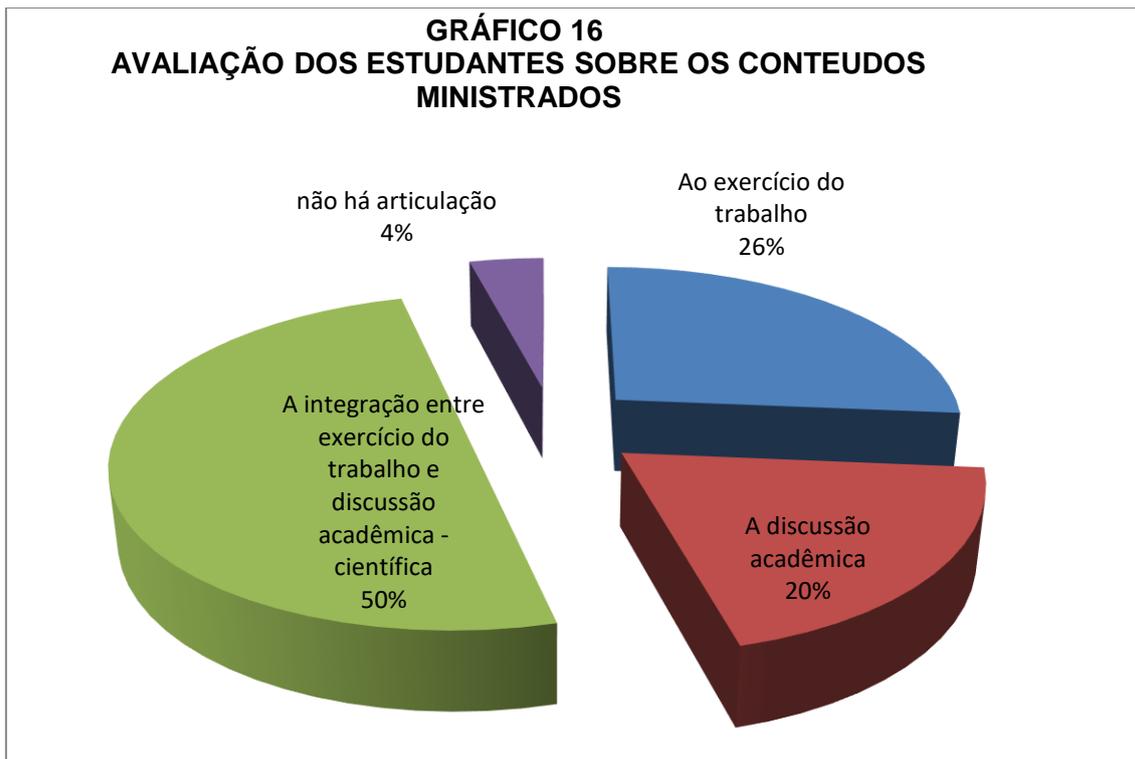
GRÁFICO 15 AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE O DIALÓGO DOS EIXOS ESTRUTURANTES E SUA FORMAÇÃO



Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE Cícero Dias. Recife / PE 2015.

O Gráfico 15, aponta que dos estudantes respondentes, 95 afirmam que o diálogo entre o currículo e os eixos estruturantes acontecem de forma integrada, havendo clara vinculação com as disciplinas, 56 estudantes responderam que acontecem relativamente, devido às disciplinas se vincularem por blocos ou áreas de conhecimentos afins e 06 estudantes afirmam ser pouco integrado, devido a poucas disciplinas se interligarem.

Diante do resultado de que há a integração entre o currículo e os eixos estruturantes, não surpreendemo-nos com os dados apontados pelos estudantes ao responderem sobre a articulação dos conteúdos ministrados. O gráfico a seguir mostra a avaliação dos estudantes sobre os conteúdos ministrados.



Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE Cícero Dias. Recife / PE 2015.

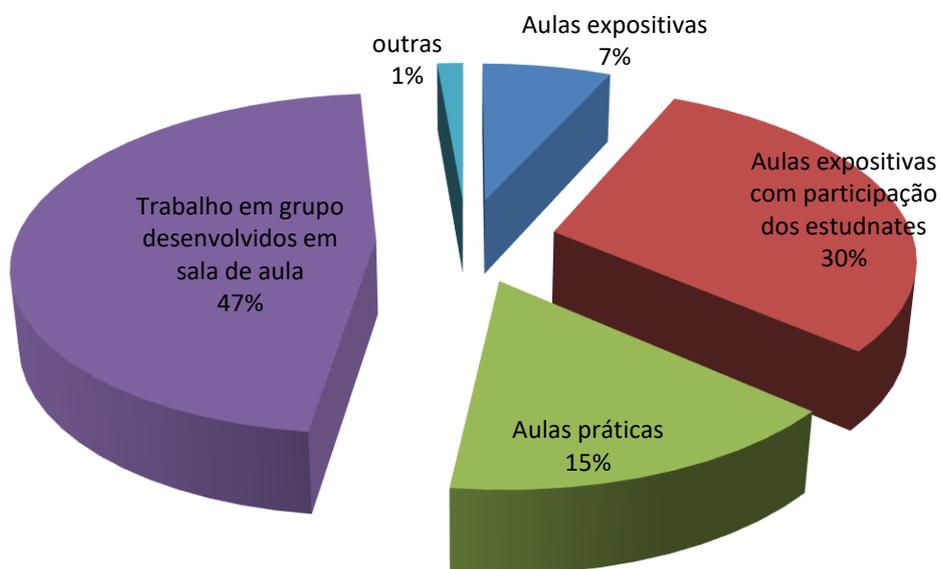
O Gráfico 16 aponta que 74 estudantes afirmam que ao longo do curso os conteúdos apreendidos, estão em sua maioria articulados com problemas relacionados à integração entre exercício do trabalho e discussão acadêmica científica, 39 estudantes afirmam estar voltados apenas para o exercício do trabalho, 29 dos respondentes, afirmam estar voltado para discussão acadêmica científica e 06 afirmam não há articulação.

A percepção dos estudantes sobre a integração dos conteúdos no curso torna-se importante para sua formação humana integral, pois os estudantes conseguem apreender que as áreas do conhecimento estão interligadas.

4.3 DIDÁTICA E METODOLOGIA DO CURSO

Nesse tópico apresentamos a pesquisa desenvolvida por meio de questionários e observações no campo intitulado “Didática e metodologia do curso” que tem como objetivo conhecer como os estudantes avaliam a organização e funcionamento do curso técnico de nível médio.

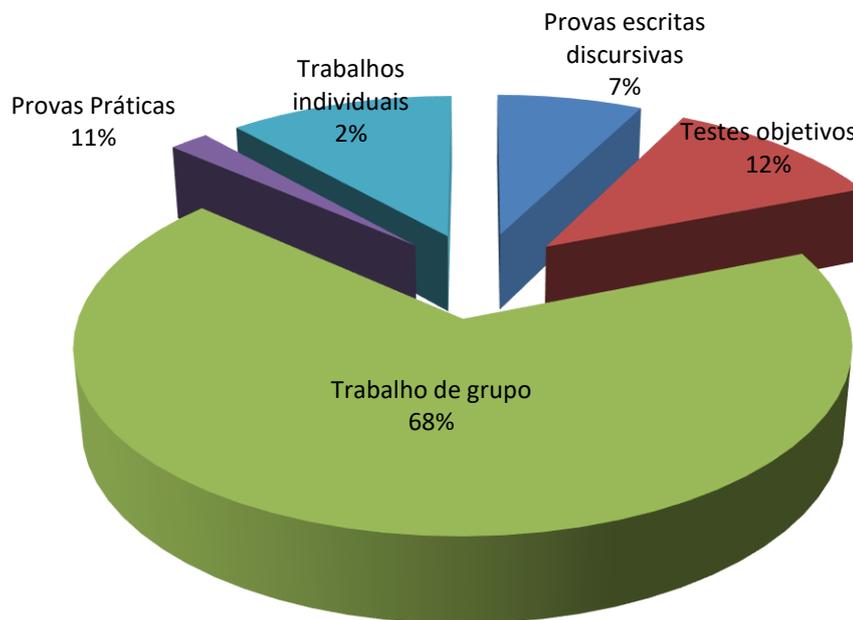
GRÁFICO 17
AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A DIDÁTICA MAIS VIVENCIADA NA SUA FORMAÇÃO



Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE Cícero Dias. Recife / PE 2015.

O Gráfico 17 aponta que 69 estudantes afirmam as atividades desenvolvidas e propostas durante o curso mais vivenciadas são trabalhos em grupo, 44 estudantes afirmam que são aulas expositivas com participação dos estudantes, 23 estudantes afirmam serem aulas práticas, 10 aulas apenas expositivas.

GRÁFICO 18
AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE OS INSTRUMENTOS
DE AVALIAÇÃO SUBMETIDOS DURANTE O CURSO



Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE Cícero Dias. Recife / PE 2015.

O Gráfico18 aponta que 100 estudantes afirmam o instrumento de avaliação mais submetido durante o curso são os trabalhos em grupo, 17 estudantes afirmam serem aulas práticas, 17 testes objetivos 11 provas escritas discursivas e 03 trabalhos individuais.

A avaliação escolar, em sentido lato, deve subsidiar o diagnóstico da situação em que se encontra o estudante, oferecendo recursos para orientá-lo a uma aprendizagem de qualidade, por meio do ensino adequado, pois, “Avaliar significa identificar impasses e buscar soluções” (LUCKESI, 2002, p.165).

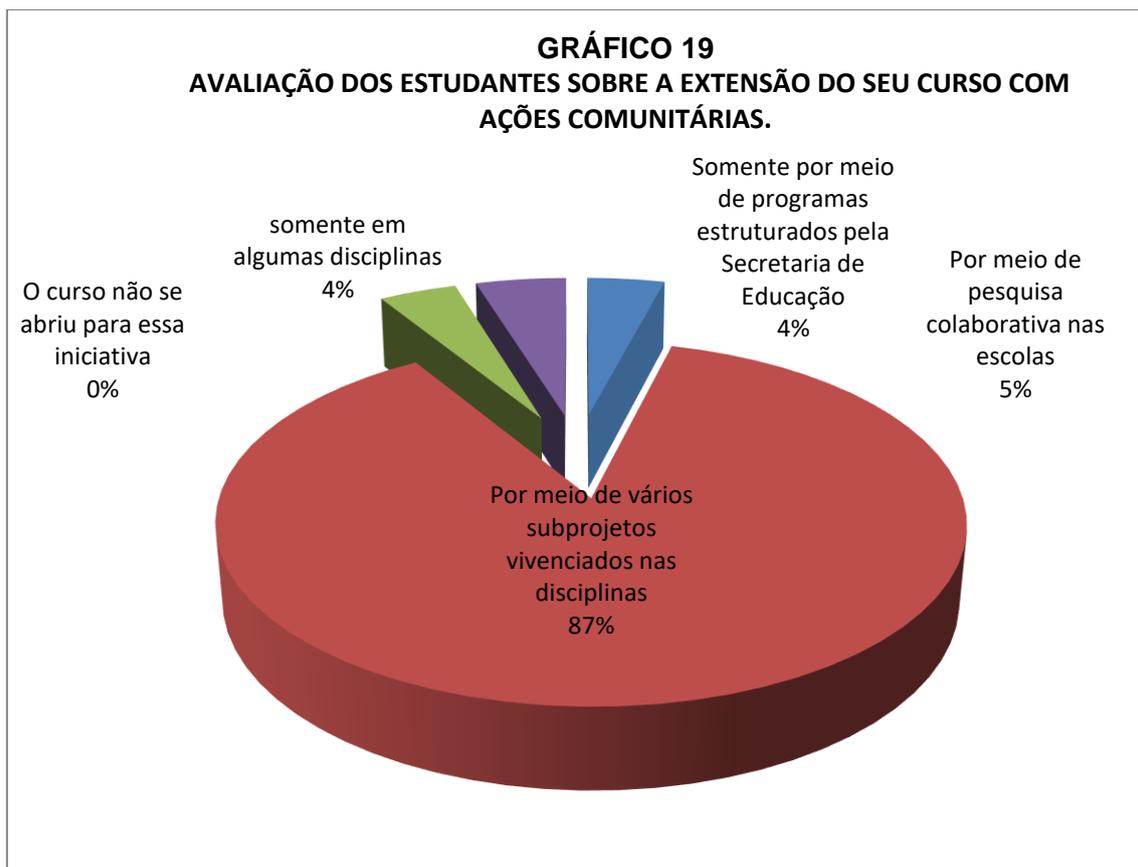
A avaliação escolar integra o processo didático, e, portanto, não pode se sintetizar a conceitos formais e estatísticos; atribuição de “notas” que servirão para definir o avanço ou a retenção em determinadas disciplinas. Vasconcelos (1998), se refere ao processo avaliativo em sentido amplo:

A Avaliação deve ser um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática no sentido de captar seus avanços e possibilitar uma tomada de decisões, acompanhando a pessoa em seu processo de crescimento (p.43).

Os resultados expressivos em relação ao instrumento de avaliação ser predominantemente em grupo, se dar pelo formato do curso de ser guiado, pela maioria das atividades propostas serem com a finalidade de construções coletiva de programas e mídias.

4.4 QUALIDADE DO CURSO

Nesse tópico apresentamos a pesquisa desenvolvida por meio de questionários e observações no campo intitulado “qualidade do curso”. Buscamos a avaliação dos estudantes sobre a qualidade do curso ofertado. Para tanto, realizamos perguntas em torno de três eixos, os quais consideramos essenciais para um bom funcionamento do curso: planejamento pedagógico, a qualificação dos professores, a instalações física da escola.

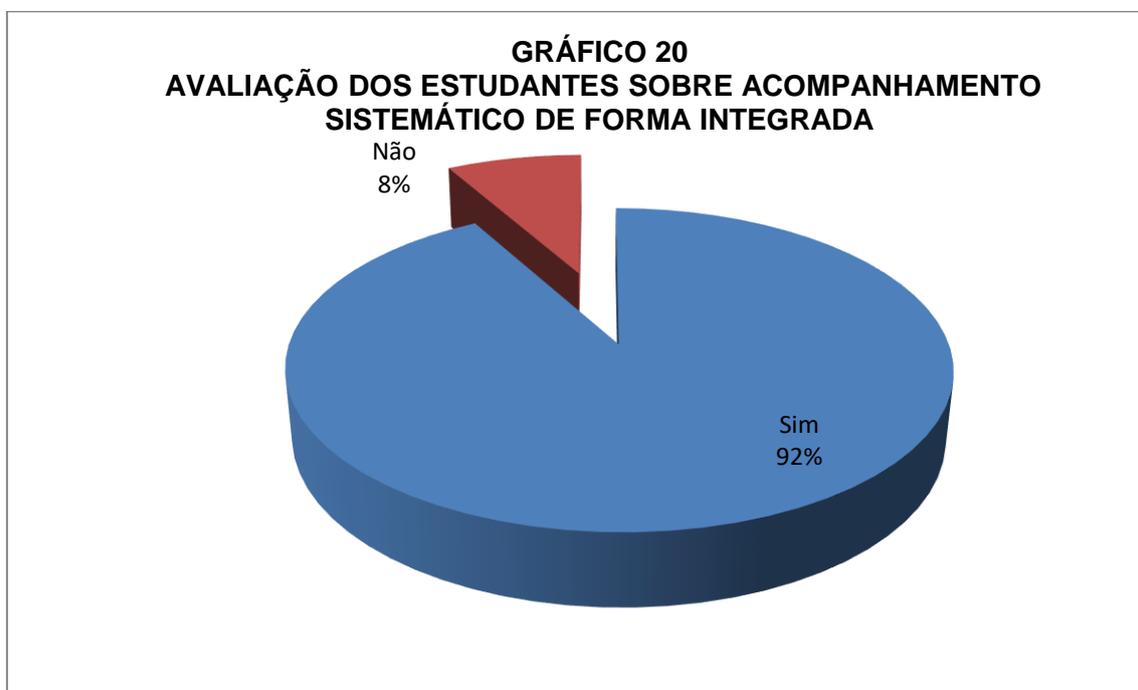


Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE Cícero Dias. Recife / PE 2015.

O Gráfico19 aponta que 129 estudantes responderam que a extensão do seu curso com ações comunitárias se dar por meio de vários subprojetos vivenciados nas disciplinas, 07 estudantes responderam que por meio da pesquisa colaborativa nas escolas, 06 estudantes responderam que se dar somente por meio de programas estruturados pela secretaria de educação, 07 estudantes responderam que por meio da pesquisa colaborativa nas escolas, 06 somente em algumas disciplinas e nenhum afirmou que o curso não se abri para essa iniciativa

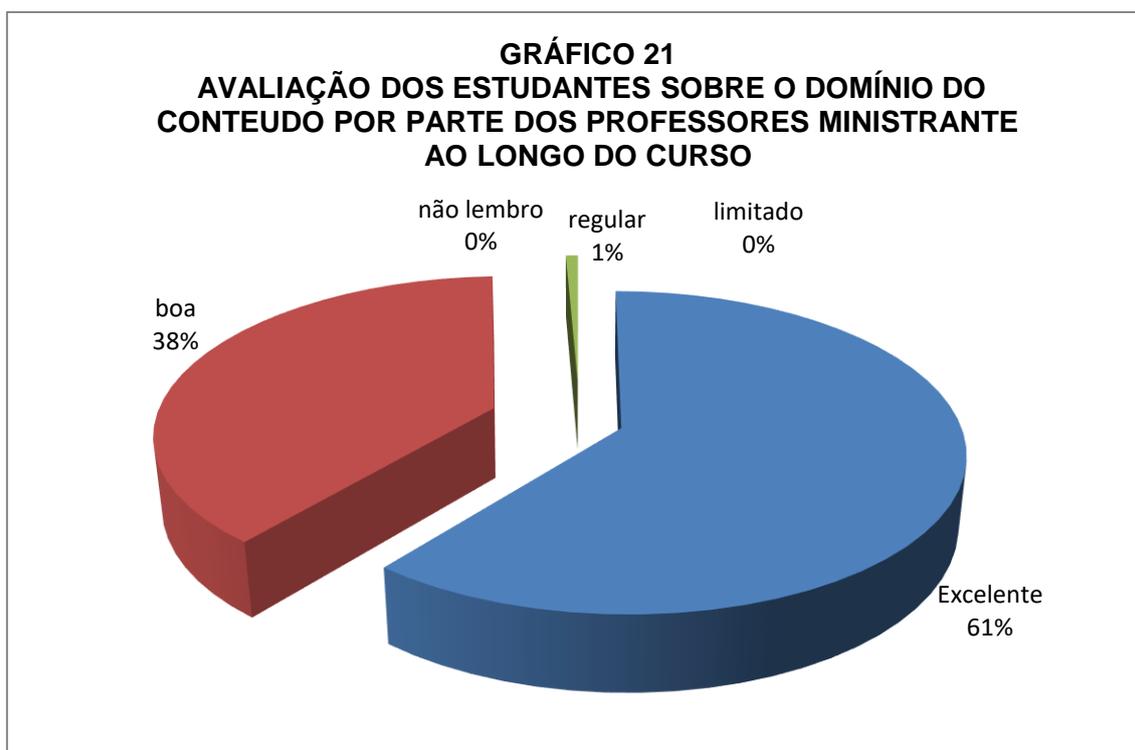
Sobre o planejamento perguntamos aos estudantes, se estão sendo acompanhados por uma sistemática formação integrada na escola. O gráfico abaixo aponta que 136 estudantes avaliam que tem um acompanhamento sistemático de forma integrada em seu curso e 12 estudantes avaliam não ter essa integração.

citação



Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE
Cícero Dias. Recife / PE 2015.

Sobre o eixo qualificação do professor ministrante do curso, a pesquisa apontou que 111 estudantes avaliam que seus docentes têm um excelente nível acadêmico, 34 estudantes dizem serem bons e apenas 03 estudantes afirmam serem regulares. O resultado positivo é reflexo do domínio do conteúdo por parte dos professores do curso, pois ao questionarmos aos estudantes sobre avaliação da apropriação dos conteúdos por parte dos professores, 61% dos estudantes avaliaram como excelente. O Gráfico abaixo apresenta a avaliação dos 148 estudantes respondentes.



Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE Cícero Dias. Recife / PE 2015.

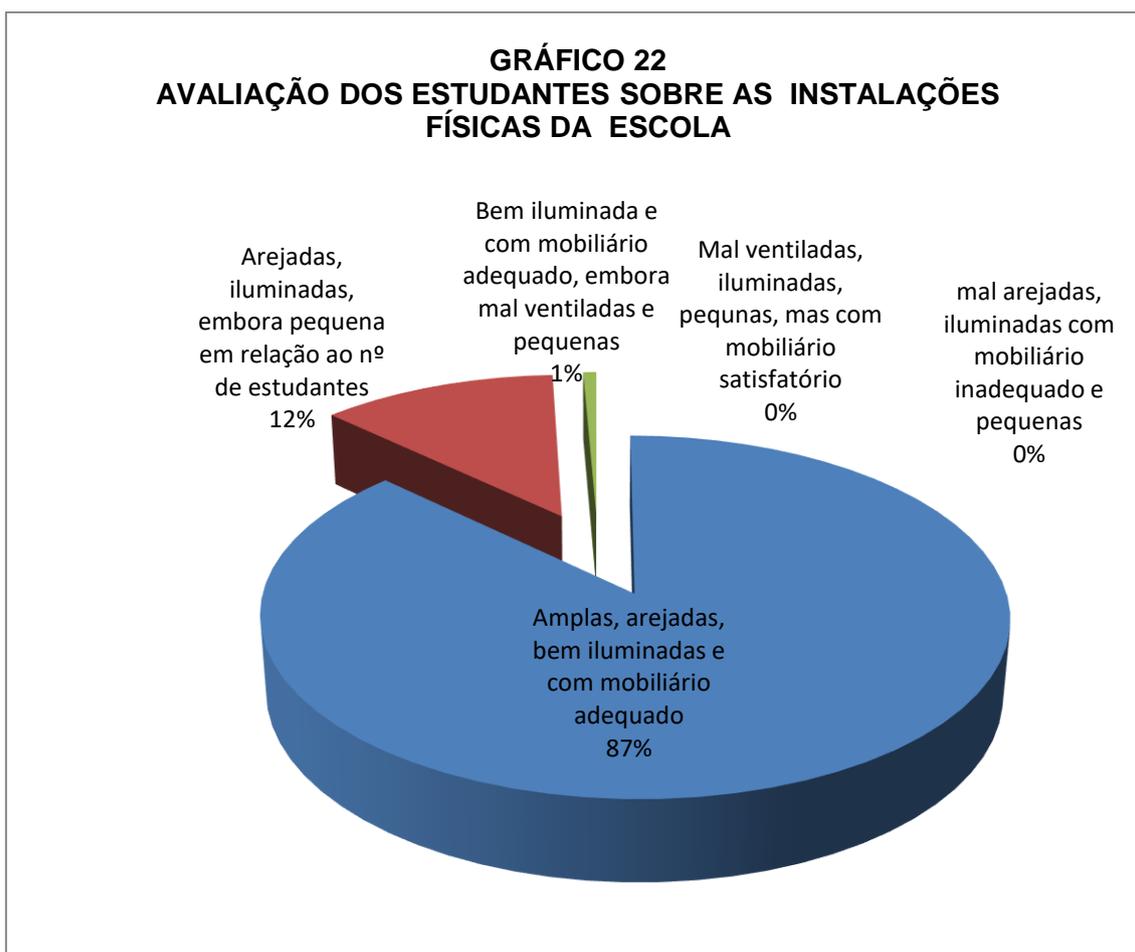
Sobre o eixo domínio do conteúdo por parte dos professores ministrantes ao longo do curso, a pesquisa apontou que 90 estudantes avaliam excelente o domínio dos professores, 57 estudantes avaliam boa, 01 estudante avalia de forma regular.

do gestor sobre os professores

Atuação de professores no curso técnico .

Quanto ao eixo instalações físicas, entendemos por estrutura, o conjunto de aspectos físicos, materiais e recursos disponíveis em uma escola, que além de permitirem seu funcionamento, direta ou indiretamente reflete no desenvolvimento das atividades escolares. Os espaços das escolas possuem uma dimensão simbólica importante. As diferentes dinâmicas estabelecidas no interior dos sistemas de ensino são construídos socialmente e com isso acaba refletindo na produção das identidades dos juvenis e por conseguinte nas experiências dos estudantes (ABRANTES, 2003, p.76).

Indagamos aos estudantes sobre as condições das salas de aula, laboratórios e ambientes de estudo ofertada pela instituição. Os estudantes responderam o seguinte:



Fonte: Entrevistas com estudantes dos 3º anos dos cursos de Técnico de nível Médio ETE Cícero Dias. Recife / PE 2015.

A pesquisa aponta que 129 estudantes avaliam que as instalações físicas utilizadas na escola são amplas, arejadas e com mobiliário adequado, 18 estudantes avaliam com arejadas, bem iluminadas e com mobiliário satisfatório, embora pequena em relação ao número de estudantes e apenas 01 estudante avalia bem iluminada e com mobiliário adequado, embora sejam mal ventiladas e pequenas em relação aos estudantes.

Diante da resposta dos estudantes, a escola é um local de boas condições físicas para o processo de formação. As boas instalações físicas é resultado da parceria do Instituto Oi futuro com a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, essa parceria volta-se para o financiamento de modo a pensar e desenvolver metodologias replicáveis, a partir da educação técnica de nível médio.

CONSIDERAÇÕES

Desde a implantação do Ensino Médio Integrado no Estado de Pernambuco, as medidas políticas e educacionais tomadas podem ser consideradas um avanço se levarmos em consideração sua prematuridade e originalidade em relação aos demais estados brasileiros e ao histórico da educação no país. Contudo consideramos um avanço limitado, decorrente, provavelmente do processo de implantação que não contou com a prévia discussão com professores e gestores a respeito da concepção de integração, sobretudo no início da implantação.

Defendemos a possibilidade do Ensino Médio integrado à Educação Profissional, tanto possível quanto necessário, tendo a função social de formar os jovens, com base científica e técnica. Primeiro para a vida, depois para o mundo do trabalho, ou seja, oferecer uma Educação Profissional integrada à educação básica. Há necessidade de tirar o foco de desvincular as finalidades do Ensino Médio a preparação para o trabalho do mercado de trabalho e colocá-los sobre as necessidades dos sujeitos.

Entendemos como urgente e necessário avançar para implementação um currículo que supere o ideário do dualismo entre formação propedêutica e formação profissional, que venha proporcionar um caminho formativo motivador, tanto pela integração entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia como pela prospecção de um futuro melhor, articulando a formação cultural e o trabalho produtivo. Currículo este, que apresente uma perspectiva na formação humana dos sujeitos e abra espaço para que diferentes etnias, gêneros, faixas etárias e necessidades de aprendizagem além de outras categorias da diversidade sejam efetivamente contempladas.

Uma formação em que a ação educativa está centrada numa perspectiva propedêutica, dissociada do trabalho em suas dimensões ontológica e histórica; da ciência e da tecnologia como conhecimentos produzidos e acumulados pela humanidade e que produzem o avanço contraditório das forças produtivas; e da cultura como código e expressão dos comportamentos dos indivíduos e grupos que integram determinada sociedade e como manifestação de sua forma de organização política e econômica.

A plena formação humana só pode ser alcançada à medida que o ser humano desenvolve suas capacidades de decisão e ações sustentadas pela superação do antagonismo entre trabalho intelectual e manual, a partir de um ensino pautado na perspectiva de formar sujeitos autônomos, críticos e reflexivos, que estejam capazes de compreender os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, interferindo em seu meio, refletindo sobre sua condição social e participando das lutas em favor dos interesses da coletividade.

Para tanto, a formação humana integral, é a que proporciona aos sujeitos o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos e acumulados pela humanidade. É preciso, desenvolver possibilidades formativas que contemplem múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos, reconhecendo-os, não como cidadãos e trabalhadores de um futuro indefinido, mas como sujeitos de direitos no momento em que cursam o Ensino Médio no processo de sua formação, seja proporcionado um efetivo desenvolvimento desses sujeitos para compreenderem o mundo e construírem seus projetos devidos mediante relações sociais e que enfrentem as contradições do sistema capitalista, visando à emancipação humana por meio da transformação social.

Quando se propõem inovações educativas como esta de integrar o Ensino Médio a Educação Profissional, é importante considerar as condições, os fatores e as variáveis determinantes de seu êxito ou fracasso. As experiências dessa integração, requerem uma reorganização curricular é um processo dinâmico, aberto e formativo e sua estratégia de concepção e implementação precisa ser participativa e construída, tendo em vista assegurar sua eficiência no saber encontrar os meios de atingir os objetivos da aprendizagem.

Discutir a educação pelo viés de se pensar na construção do currículo emancipado e emancipador. Não se trata de uma proposta fácil; antes é um grande desafio a ser construído processualmente pelas redes e instituições de ensino, objetivando práticas curriculares e pedagógicas que levem à formação integral do educando e possibilitem construções intelectuais elevadas, dando prioridade à autonomia, à democracia e ao respeito à subjetividade do indivíduo, mediante a apropriação de conceitos necessários à intervenção consciente na realidade. Chegar a essa máxima é superar a contradição entre

o que a escola tem feito e o que ela precisa fazer para garantir a emancipação do sujeito.

A dinâmica da parceria público privada na educação do Estado de Pernambuco ocorre em consonância com as diretrizes do Governo Federal. Percebemos avanços nessa relação, pois os resultados das avaliações Nacionais e Estaduais apontam significativos avanços, com a possibilidade da oferta de uma educação pública com maior qualidade.

O poder público estimula o interesse das empresas privadas para efetuarem investimentos de infraestrutura do Estado, oferecendo atrativos e garantias para que a parceria aconteça na forma de uma mão dupla, em que todos os envolvidos sejam beneficiados: a sociedade, o governo e a iniciativa privada. Sua aprovação representa um mecanismo para minimizar as precárias condições de infraestrutura física visando contribuir com o crescimento econômico. Diante do exposto, os docentes e discentes precisam procurar mudar esta visão ingênua de apenas atender a lógica do capital que impulsiona o mercado, mercantilizando a educação, em que os empresários ditam as políticas públicas de educação, com um discurso de que é democrático e a sociedade está participando.

A construção de uma escola pública é fruto de nossa luta, precisamos inquietamente, ousar, como nos incita Paulo Freire (2001), para fazê-la cada vez melhor, fazendo a educação que venha possibilitar uma formação na perspectiva transformadora, em que os sujeitos envolvidos, possam entender e atuar de forma crítica reflexiva na sociedade.

REFERÊNCIAS

BICHERI, Ana Lúcia de Oliveira. A mediação do bibliotecário na pesquisa escolar face a crescente virtualização da informação. 2008. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade Estadual Paulista, Unesp, Marília, 2008.

CAMPELLO, Bernadete Santos; et al. A coleção da biblioteca escolar na perspectiva dos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Informação.** Londrina, v. 6, n.2, p. 71-88, jul./dez. 2001.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Concepção Dialética-Libertadora do processo de Avaliação Escolar.** São Paulo, Libertad, 1998